

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SILVANA PENA DE SÁ**

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL E SEU DIÁLOGO  
COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 2003 A 2013**

**Santana do Livramento**

**2014**

**SILVANA PENA DE SÁ**

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL E SEU DIÁLOGO  
COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 2003 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carletti

**Santana do Livramento**

**2014**

**SILVANA PENA DE SÁ**

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL E SEU DIÁLOGO  
COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 2003 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21/08/2014.  
Banca examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Carletti  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kamilla Raquel Rizzi  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Me. Rafael Balardin  
(UNIPAMPA)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem não pretendo definir, mas certamente vem dEle a força que tem cooperado para o meu bem.

À minha universidade, meu segundo lar. Tenho o orgulho de dizer que cooperei com alguns tijolinhos desta construção. Aos meus mestres, cujos conhecimentos compartilhados agora são parte de mim. Em especial, aos professores Flávio Lira, Kamilla Rizzi, Rafael Balardin e Ana Monteiro, a quem muito admiro, pelo apoio a mim dedicado nas minhas angústias “acadêmicas”. À minha tão querida orientadora, Anna Carletti, a quem devoto sincera admiração. Com sua simplicidade, mansidão e seus sensatos conselhos, acadêmicos ou não, tornou os meus dias mais suaves.

Aos meus avós, pois a sua pouca instrução não os impediu de ter a sabedoria de perceber na educação um dos caminhos de aprimoramento do ser humano. Se hoje conquisto a meta da formação superior, é pelos valores que transmitiram aos meus pais, e que estes transmitiram a mim.

Aos meus pais, Sérgio e Regina, a quem tenho como verdadeiros amigos, pelos conselhos e por todo o incentivo e amor incondicional dedicados a mim, todos os dias da minha vida.

Aos meus irmãos Silvio e Renon, a quem devoto admiração pelos grandes homens que se tornaram. À minha pequenina irmã Maria Luiza, e aos meus sobrinhos Pedro e Alice, para os quais espero ser um exemplo positivo. À minha irmã gêmea Rosana, bem precioso que a vida me deu, desde absolutamente o primeiro dia de nossas vidas, para compartilhar tudo.

Ao meu companheiro de vida Nicson, amigo e amante, a quem devoto amor e gratidão por todo apoio e incentivo e pelo aprendizado conjunto que temos compartilhado desde os nossos 16 anos.

A toda a minha família. Vocês são a minha grande fortuna e fortaleza!

Aos muitos amigos que fiz em Livramento e que tornaram meus dias nesta cidade tão ricos e inesquecíveis! Em especial, à segunda turma de formandos em relações internacionais da UNIPAMPA por compartilharem comigo esta inusitada experiência de diálogo entre todas as regiões do nosso país.

Aos colegas das instituições SAF, AFEPA, ERESUL, ACRI, SDPI e demais instituições estaduais, que me acolheram com generosidade e compartilharam comigo as experiências e as informações que tornaram este trabalho tão vívido. Em especial, Tarson Nuñez, Fábio Balestro, Márcia Nunes, Sandra Schafer, Márcia Lang, Carmen Nunes e Bruno Sadeck.

A todos que direta ou indiretamente cooperaram para que este momento chegasse, devoto a minha eterna gratidão!

## RESUMO

A intensificação da inserção internacional dos entes da federação nos últimos anos tem suscitado a necessidade da execução de pesquisas acadêmicas que busquem responder se ocorre de fato a construção de políticas externas federativas pelos entes subnacionais e de que forma estes projetos de política externa dialogam com o projeto nacional de política externa. O presente trabalho tem como proposta buscar elementos que respondam a estes questionamentos. Neste sentido, o estudo de caso das relações internacionais do estado do Rio Grande do Sul, com o recorte de tempo dos anos 2003 a 2013, mostrou-se como válido instrumento de análise. Assim, através de pesquisa bibliográfica sobre as diretrizes e agendas internacionais priorizadas pela política externa brasileira nos últimos doze anos, pôde-se executar uma análise comparativa com a política internacional gaúcha do mesmo período, apreendida por meio dos resultados obtidos de pesquisas documentais e do diálogo com gestores estaduais da área das relações internacionais. O resultado desta pesquisa foi a observação de que não há um projeto de política externa federativa de longo prazo levado a cabo pelo estado do Rio Grande do Sul, mas sim, ações internacionais executadas em acordo com o que foi priorizado a cada mudança de gestão estadual. Sobre o diálogo com a esfera federal, observou-se que o diálogo institucional tem sido permanente e muitas ações foram executadas em conjunto. Porém, uma inclinação ideológica em concordância com o projeto federal de política externa dos últimos doze anos só foi verificada quando da convergência partidária entre as duas esferas.

Palavras-chave: Política Externa Nacional. Política Externa Federativa. Rio Grande do Sul.

## RESUMEN

La intensificación de la integración internacional de las entidades de la federación en los últimos años ha provocado la necesidad de implementación de investigaciones académicas que traten de responder si la construcción de la política exterior federativa por las entidades subnacionales ocurre de hecho, y de qué manera estos proyectos de política exterior están en conformidad con el proyecto nacional de política exterior. Este trabajo tiene como objetivo buscar elementos que respondan a estos cuestionamientos. En este sentido, el estudio de caso de las relaciones internacionales en el estado de Rio Grande do Sul, con el marco temporal de los años 2003 a 2013, se ha demostrado una herramienta de análisis válida. Así, a través de la investigación bibliográfica acerca de las directrices y agendas internacionales priorizadas por la política exterior de Brasil en los últimos doce años, fue posible realizar un análisis comparativo con la política internacional de Rio Grande do Sul del mismo período, aprehendida por medio de los resultados obtenidos de investigaciones documentales y del diálogo con las autoridades estatales en el ámbito de las relaciones internacionales. El resultado de esta investigación fue la observación de que no hay un proyecto de política exterior federativa a largo plazo llevada a cabo por el estado de Rio Grande do Sul, pero hay acciones internacionales ejecutadas en conformidad con lo que se fue priorizado en cada cambio de administración del estado. Acerca del diálogo con el ámbito federal, se observó que el diálogo institucional ha sido constante y muchas acciones han sido ejecutadas en conjunto. Sin embargo, una inclinación ideológica en conformidad con el proyecto federal de política exterior de los últimos doce años sólo ha sido verificada cuando hubo una convergencia partidaria entre las dos esferas.

Palabras clave: Política Exterior Nacional. Política Exterior Federativa. Rio Grande do Sul.

## LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACRI – Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais - RS

AFEPA – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul Americana

Apex-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASPA – Cúpula América do Sul – Países Árabes

BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS – Brasil, Rússia, China e África Do Sul

CEDIF – Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado de Fronteira

CELAC – Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COCAP – Cohesion Social a Través del Fortalecimiento de las Cadenas Productivas

CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul

COMECOM – Conselho para Assistência Econômica Mútua

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRECENEA-Litoral – Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino

CRIAS – Comitê de Rotas de Integração da América do Sul

ERESUL – Escritório de Representação Diplomática do Itamaraty – RS

FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

Ibas – Índia, Brasil E África Do Sul

JICA – Japan International Cooperation Agency

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PDIF – Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PICE – Programa de Integração e Cooperação Econômica  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PPPS – Parcerias Público Privadas  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SAF – Subchefia de Assuntos Federativos do Gabinete da Presidência  
SDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social -RS  
SDPI - Secretaria de Desenvolvimento e Promoção Do Investimento – RS  
SEAI – Secretaria Especial de Assuntos Internacionais - RS  
SEBRAE/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul  
SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – RS  
SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.  
SIAL – Salão Internacional Agroalimentar  
SICA – Sistema de Integração Centro Americana  
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas  
UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 DEBATES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA NACIONAL E FEDERATIVA</b> .....	<b>12</b>
<b>3 AS PRINCIPAIS AÇÕES INTERNACIONAIS GAÚCHAS DE 1987 À 2002 E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA</b> .....	<b>18</b>
3.1 O INÍCIO DA POLÍTICA INTERNACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL: A GESTÃO DE PEDRO SIMON E A INTEGRAÇÃO NO CONE SUL .....	18
3.2 A GESTÃO DE ALCEU COLLARES E O FOCO NA COMPETITIVIDADE GAÚCHA PARA INSERÇÃO INTERNACIONAL NA GLOBALIZAÇÃO DE MERCADOS E NO MERCOSUL.....	22
3.3 A GESTÃO DE ANTÔNIO BRITTO: ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO .....	25
3.4 A GESTÃO DE OLÍVIO DUTRA E SUA EFICIÊNCIA NA PROMOÇÃO COMERCIAL E APOIO ÀS EXPORTAÇÕES .....	27
<b>4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SEU DIÁLOGO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 2003 A 2013</b> .....	<b>32</b>
4.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DA GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES .....	33
4.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS GAÚCHAS: AGENDAS INTERNACIONAIS EXECUTADAS E SEU DIÁLOGO COM A ESFERA FEDERAL DE 2003 A 2013 .....	39
4.2.1 <i>A Gestão de Germano Rigotto: Proximidade com a agenda internacional brasileira para promoção dos negócios gaúchos</i> .....	39
4.2.2 <i>A Gestão de Yeda Crusius: A priorização das relações com o hemisfério norte para atração de investimentos</i> . .....	51
4.2.3 <i>A Gestão de Tarso Genro: A síntese entre as tradicionais relações internacionais do estado e a implementação de uma política externa federativa em consonância com o projeto federal</i> .....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>82</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde quando soubemos da possibilidade de inserção internacional dos entes federados, um mundo de questionamentos e informações nos foi apresentado. Certamente, a incógnita que mais nos afligia – enquanto aluna de graduação recém-apresentada ao concreto projeto de política externa sob a guarda do Itamaraty, cuja construção fora tão cuidadosamente forjada ao longo da história das relações internacionais brasileiras – era a da possibilidade de implementação de diferentes políticas internacionais pelos entes federados, que poderiam ter ou não congruência com o projeto nacional.

Por outro lado, nossa afinidade na graduação com o tema do desenvolvimento nos inclinava a ver com bons olhos a inserção internacional dos entes federados, por ser um importante instrumento de fomento ao desenvolvimento local. Também sempre nos afligiu o questionamento de até que ponto a política externa conseguia ser um reflexo do real interesse da nação, principalmente quando nos deparávamos com as proporções geográficas do nosso país, que denotam o quão desafiador é espelhar no projeto nacional de desenvolvimento os interesses das diversas localidades que o conformam. Afinal, seria o interesse nacional a soma dos interesses locais? E seria a política externa nacional um instrumento eficiente para suprir estas necessidades locais? Há instituições e instrumentos eficientes que operem no diálogo entre esfera nacional e local de forma que ambas as esferas estejam bem articuladas em suas relações internacionais?

A partir destes questionamentos, enveredamos pelo caminho das pesquisas bibliográficas e percebemos que um estudo de caso seria a forma mais palpável de trazer respostas às nossas angústias iniciais. O pioneirismo gaúcho nas relações internacionais, a proximidade geográfica que tornava mais viável esta pesquisa e, por fim, a enriquecedora oportunidade que tivemos de travar contato, desde o início do ano, com gestores das instituições paradiplomáticas gaúchas, mostraram-nos que não haveria melhor escolha do que estudar as relações internacionais do Rio Grande do Sul.

Assim, este trabalho tem como proposta avaliar se há um diálogo eficiente entre governo federal e estadual no que diz respeito às suas políticas internacionais, expressas em agendas internacionais, discursos e diretrizes ideológicas que guiam as ações de ambas as esferas. Nosso recorte temporal, que abarca os anos 2003 à 2013, ou seja, as últimas três gestões federais e estaduais, está relacionado com o fato de, em levantamento bibliográfico anterior, termos identificado que já haviam trabalhos que tratavam das relações internacionais

do estado<sup>1</sup> desde a criação da primeira Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAI – na gestão do governador Pedro Simon (1987), bem como da articulação entre as duas esferas, até o ano de 2002.

Assim, após o debate teórico sobre política externa nacional e política externa federativa, ou paradiplomacia, que propomos no primeiro capítulo deste trabalho e, ainda após um breve resumo do que fora escrito a respeito das relações internacionais do estado e de seu diálogo com a política externa de 1987 à 2002, discussão proposta no capítulo dois, entramos, de fato, nos resultados da pesquisa a que propusemos.

O capítulo 3 desta pesquisa possui um conteúdo denso, pois tratamos com detalhes das relações internacionais do estado do Rio Grande do Sul de 2003 à atualidade. Iniciamos o capítulo com um levantamento bibliográfico sobre a política externa brasileira executada nos últimos doze anos, desde a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, iniciada em 2003. Para esta parte do capítulo, utilizamos como principal fonte a análise e os conceitos de Amado Cervo (2011), bem como discursos e informações disponíveis na página institucional do Ministério das Relações Exteriores. Em seguida, introduzimos a discussão sobre as relações internacionais do estado do Rio Grande do Sul nas gestões dos governadores Germano Rigotto (2003 – 2006), Yeda Crusius (2007 – 2010) e Tarso Genro (2011 – atual). Procuramos abordar, por meio da exposição de dados sobre as agendas internacionais executadas por cada governo – composta por missões internacionais, os objetivos de suas relações internacionais e outras iniciativas levadas a cabo – se houve a intenção consciente de construir uma política internacional consistente, se este projeto de política está vinculado ao projeto executado pela esfera federal e, se sim, se este vínculo é por alinhamento ideológico ou apenas fruto de objetivos pontuais em comum entre governo estadual e governo federal.

A metodologia que utilizamos para a construção de boa parte do capítulo três foi a pesquisa documental a fontes primárias e o diálogo com gestores dos três governos analisados. Certamente o que nos facilitou o caminho da pesquisa foi o estágio obrigatório que cumprimos na Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do estado – ACRI. Por meio desta oportunidade, tivemos acesso a documentos das missões internacionais do estado nos últimos doze anos, sob a guarda da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, bem como a notas técnicas e documentos internos de contabilização das missões. Os Planos de Governo e as Mensagens do Governador à Assembléia Legislativa, disponibilizados no site da Secretaria do Planejamento – SEPLAG e as notícias veiculadas na

---

<sup>1</sup> Em todo este trabalho, ao nos referirmos ao Rio Grande do Sul, utilizamos “estado” com inicial minúscula, para que se possa tratar dos países com o termo “Estado”, sem causar dificuldades ao leitor.

página na ACRI foram fontes fundamentais para reforçarem muito do que tínhamos apreendido da pesquisa documental e do diálogo com os diversos gestores estaduais que generosamente nos receberam e sanaram muitos dos nossos questionamentos. Também tivemos a oportunidade de dialogar com funcionários do Ministério das Relações Exteriores e da Subchefia de Assuntos Federativos do Gabinete da Presidência.

Assim, com este trabalho pretendemos contribuir academicamente com os estudos sobre a inserção internacional dos entes federados. Por mais que haja atualmente mais espaço para este debate na academia, o tema ainda é vítima de preconceito e está à margem dos principais debates afinal conduzidos pelas doutrinas do *mainstream*. Porém, também é fato que este fenômeno tende a se intensificar cada vez mais como consequência da própria intensificação do processo de globalização, o que justifica a importância de pesquisá-lo.

Por ser um fenômeno dos últimos anos, também se deve considerar que a inserção internacional das unidades subnacionais é um processo em construção e se coloca como um grande desafio planejar e consolidar um projeto de política externa de longo prazo. Assim, por mais que não haja um marco jurídico que condicione as ações dos entes subnacionais e as amarre aos limites postos pela política externa nacional, a tendência que mais se vê é a da cooperação com as ações promovidas pela esfera federal, mesmo quando não há convergência partidária entre as duas esferas.

Esta afirmativa se reflete no estudo de caso a que propomos neste trabalho, pois como será exposto e argumentado, mesmo após quase 30 anos da criação do primeiro órgão estadual destinado a cuidar especificamente das relações internacionais do Rio Grande do Sul, o que se constata como característica mais geral é que não houve a construção de um projeto de política externa de longo prazo, mas sim uma grande quantidade de ações executadas a partir de oportunidades criadas pela esfera federal ou em resposta a demandas estaduais ou advindas do exterior. Também se verifica a descontinuidade de muitas ações, as quais obedeceram à lógica dos rompimentos advindos das muitas mudanças de gestão no governo estadual.

## **2 DEBATES TEÓRICOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA NACIONAL E FEDERATIVA**

Tradicionalmente, o estudo das Relações Internacionais centrou-se no papel desempenhado pelo Estado nacional, construindo consensualmente a aceitação de que este seria o ator legítimo imbuído de promover os interesses de seus cidadãos no plano das relações internacionais, apesar de, ao longo dos anos, terem sido admitidas a presença de novos atores com papéis importantes na governança mundial.

Nesta perspectiva, cabe atenção especial à expressão “interesses de seus cidadãos” – que equivale a interesse da nação – pela complexidade de sua construção. Afinal, não se pode negar que aferir o interesse da nação nos primórdios da criação do Estado nacional não delegava os mesmos esforços que aferir o interesse da nação em um contexto de Estados democráticos e de mundo globalizado. Assim, o que se podia chamar de “vontade do príncipe” ou “interesses dinásticos” deu lugar a outras terminologias, a saber, “interesse público” ou “bem-estar geral”, embora se possa questionar até que ponto houve de fato uma transição que se tenha revertido em concreta abrangência dos interesses dos nacionais, em detrimento dos interesses dos grupos mais poderosos (ALTEMANI, 2005).

O interesse da nação é aferido a partir de um complexo conglomerado de preferências e interesses disputados por diferentes coalizões, por meio dos quais se constrói um conjunto de objetivos e princípios conformados em um projeto de desenvolvimento nacional. Este projeto-expressão do interesse nacional, por sua vez, concretiza-se por meio da criação e implementação de políticas públicas, dentre as quais a política externa.

A política externa, conforme definição cunhada por Letícia Pinheiro (2004) é um conjunto de ações e decisões de um determinado ator em relação a outros atores externos, cujo teor expressa a conjugação dos interesses e ideias desse ator, formuladas a partir de suas demandas e de sua percepção de inserção no sistema internacional, sendo condicionada por seus recursos de poder.

Complementar a essa visão, Altemani (2005) percebe a política externa como o instrumento pelo qual os Estados conduzem suas relações com os demais e se projetam internacionalmente, sendo condicionado por fatores intra e extraterritoriais. Altemani ressalta que para a maior parte dos pesquisadores brasileiros a política externa configura política de Estado por seu papel preponderante em representar os interesses nacionais, muitos dos quais de caráter permanente. O autor considera relevante o fato de que a política externa é

condicionada pela relativa estabilidade de modalidades de inserção no sistema internacional, o que também lhe confere certa continuidade embora não se possa ignorar que as personalidades dos tomadores de decisão também incidam sobre o teor dessa política, dando-lhe diferentes nuances.

No Brasil, cabe ao poder executivo a definição da política externa, ficando a cargo do corpo diplomático a implementação da mesma. Neste sentido, é consensual o pensamento de que o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) tradicionalmente tem desempenhado um papel central na execução da política externa, caracterizando-se historicamente por alto grau de coesão corporativa e expressiva credibilidade pela tradição de unidade no processo decisório (ALTEMANI, 2005). Corrobora com este argumento a seguinte afirmativa de Russel:

Desde a Política Externa Independente, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil fortaleceu sua autonomia decisória tanto na formulação como na implementação dessa política. Junto ao presidente, a corporação diplomática centralizou a adoção de decisões. Deste modo esta conjunção de autonomia e centralização possibilitou que o processo decisório alcançasse um alto grau de unidade. O elevado consenso sobre a política exterior, a aprovação do Itamaraty por segmentos-chaves como as Forças Armadas e os grupos empresariais e a articulação funcional com outras agências federais contribuíram significativamente para o papel central do Itamaraty na formulação da política externa brasileira (RUSSEL, 1990, p. 259).

A exposição de Albuquerque corrobora com a de Russel nas explicações a respeito dos fatores que possibilitaram caracterizar a política externa brasileira como consensual e uniforme, pois afirma que:

(...) os partidos políticos estão geralmente distantes da política externa e a agenda oficial dos principais partidos políticos também ignora, ou, simplesmente, espelha pontos de vista do Itamaraty(...). O mesmo se aplica aos sindicatos, à mídia e à opinião pública em geral.(...) A pesquisa acadêmica está muito incipiente e a maior parte dos autores está limitada a comentar (favoravelmente) sobre a formulação e implementação da política externa pelo Itamaraty. Tudo isso é decorrente da extrema habilidade do corpo diplomático em obter credibilidade geral como o único campeão e eficiente guardião dos interesses vitais externos brasileiros (ALBUQUERQUE, 2002, apud ALTEMANI, 2005, p.24).

Lima dialoga com Albuquerque sobre a desvinculação entre política doméstica e política externa, quando expõe que:

(...) a institucionalização dos serviços diplomáticos contribuiu para ‘despolitizar’ a política externa, com exceção de alguns momentos (...). Contudo, o fator burocrático não é suficiente, por si só, para dar conta desse

resultado. O que também parece ter contribuído para uma relativa desvinculação da política externa da dinâmica da política doméstica, foi a natureza das questões que, majoritariamente, compuseram a agenda externa, consequência para qual muito contribuíram certas características institucionais do processo de formação da política, assegurando ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) influência decisiva na definição dessa agenda (LIMA, 2000, p. 288-289).

O ponto defendido pelos autores supracitados torna-se passível de discussão quando suas reflexões são trazidas para o debate da política externa federativa ou paradiplomacia. De fato, o fenômeno da intensificação da inserção internacional dos entes federados é a expressão de uma mudança na dinâmica das relações internacionais, pois é expressão de que novos atores tem ganhado importância e voz no cenário internacional. Portanto, pode representar um momento de transformações do padrão de construção e implementação da política externa até então creditada no Brasil.

Rodrigues (2008) faz uma opção teórica e conceitual por chamar o fenômeno de política externa federativa, definida pelo mesmo como a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, tendo em vista a sua inserção internacional, de forma individual ou coletiva.

Outro conceito bastante usual é o cunhado por Soldatos, que define o fenômeno como paradiplomacia, que diz respeito às

(...) atividades internacionais realizadas diretamente por atores subnacionais (unidades federadas, regiões, comunidades urbanas, cidades) que apóiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia do Estado-Nação; o prefixo 'para' indica o uso fora da estrutura tradicional do Estado-Nação (SOLDATOS, 1993, p. 46, apud ISER, 2013, p. 20).

A tipologia subnacional quer expressar o fato de estes atores não poderem ser considerados não-estatais, visto que estão em sua composição as estruturas do poder público do Estado nacional. Ao mesmo tempo, não são atores estatais por esta designação dirigir-se apenas ao governo central, o que exclui estruturas de poder regional e local (MIKLOS, 2010).

Política externa federativa ou paradiplomacia, a questão a que se quer elencar neste trabalho é o fato de que este fenômeno introduz paradigmas quanto às afirmativas dos autores antes citados, principalmente no que diz respeito ao monopólio da formulação e execução da política externa pelo Itamaraty, bem como da centralização das decisões e no que diz respeito ao distanciamento ou desvinculação dos partidos políticos e da política doméstica em relação à política externa. Como afirma Miklos,

Ao Estado, a questão colocada diz respeito ao seu protagonismo externo, ou seja, ao direito de atuar como porta-voz único de sua população no plano internacional. O controle exclusivo do Estado nacional sobre a elaboração e execução da política externa para o seu território é percepção fundante do mundo westfaliano e princípio orientador das correntes teóricas que compõem o *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais. Uma vez questionada tal prerrogativa, o Estado se vê diante do desafio de compreender tal processo, seja incorporando-o ou combatendo-o (MIKLOS, 2010, p.18).

Neste sentido, a discussão de como a atuação internacional das unidades constituintes de uma federação é percebida pela mesma é de extrema importância, sendo frequentemente apontado pelos estudiosos da temática “o receio do poder central quanto à perda de eficiência na atuação internacional da nação como um todo, a fragmentação da política externa e, no limite, a fragmentação política do território” (MIKLOS, 2010, p. 22). Por isso tradicionalmente os Estados se valeram de princípios constitucionais que garantissem seu monopólio sobre a elaboração e a execução da política externa. Porém, o caráter conflituoso delegado às relações entre a diplomacia nacional e a subnacional não é consensual e traz para o debate o questionamento de se necessariamente a atuação internacional dos entes subnacionais gera tensão ou divergência de interesses com o governo central e quais as possibilidades de coordenação entre as duas esferas.

A paradiplomacia no Brasil tem sua origem desvinculada dos propósitos do governo central e do MRE. Como afirma Saraiva, “a criação, apenas em 1997, de uma divisão específica para tratar dos interesses e assuntos federativos expõe o quanto o assunto chegou tarde à chancelaria” (SARAIVA, 2006, p. 431). Tendo como pano de fundo a intensificação do processo de globalização e da interdependência mundial, devem ser considerados como grandes impulsionadores do fenômeno no Brasil: a redemocratização e conseqüente descentralização política e administrativa ocorrida nos anos 1980; o aprofundamento da abertura econômica nos anos 1990, que despertou os governos subnacionais para promover seus interesses de exportação e atrair investimentos externos; a integração no Cone Sul, que trouxe consigo a necessidade de os estados desenvolverem estruturas internacionais e promoverem/protegerem seus interesses locais (NUNES, 2005).

Assim, a inserção internacional subnacional pode ser vista como uma estratégia que tem por fim o desenvolvimento local, objetivo que expressa o interesse local. Uma visão mais otimista, que conjuga desenvolvimento e interesse local como parte do desenvolvimento e interesse nacional, poderia perceber no diálogo e boa coordenação entre os entes subnacionais e o governo central, em matéria de inserção internacional, uma forma de democratização da construção da política externa. Isto porque esse diálogo poderia traduzir-se em oportunidades

de interpretação mais realista do interesse nacional, visto que os interesses locais teriam maior voz nesta construção. Esta visão mais otimista pode ser percebida nas palavras de Hocking, quando diz que “(...) a localização [da política externa] oferece a perspectiva do estabelecimento de uma nova ordem mundial, mais igualitária e justa. (...) uma futura ordem mundial em que as localidades desempenhariam um papel essencial” (HOCKING, 1997, p.100, apud MIKLOS, 2010, p. 24). À parte a visão que percebe na paradiplomacia o gérmen de uma ordem mais justa, os estudos se concentram mais em perceber quando ocorrem as tensões entre as duas esferas e se há riscos concretos à ordem vigente.

A teoria realista é o pano de fundo dos questionamentos à respeito da validade e da importância das ações dos entes subnacionais no cenário internacional. Isto porque é corrente nos estudos dessa doutrina a centralidade do Estado e o seu comportamento de aversão a qualquer iniciativa que possa ameaçar sua existência. Nesta visão, a paradiplomacia pode ser contemplada como protodiplomacia, termo que corresponde às iniciativas autonomistas de entes federados que visam a uma separação em relação ao governo central. Porém, a análise realista também pode contemplar a paradiplomacia como uma ferramenta do próprio Estado para alcançar seus objetivos, localizando os entes subnacionais como coadjuvantes das aspirações do Estado que compõem. Essa visão e postura demandam que o mesmo possua mecanismos eficientes capazes de fazer com que as iniciativas paradiplomáticas culminem para a finalidade comum a que se almeja (ISER, 2013).

No Brasil, como aponta Salomón, dada a tradição centralista do papel do MRE na implementação da política externa nacional, a reação inicial do governo federal às iniciativas dos entes federados de criarem estruturas institucionais paradiplomáticas e celebrarem acordos com contrapartes estrangeiras foi a de temor:

Uma das manifestações desse temor foram os repetidos pareceres emitidos pelo Itamaraty declarando ilegais os acordos internacionais, embora sem obstruir na prática as ações de cooperação previstas nos acordos. Contudo, progressivamente, ao longo de mais de 20 anos, essa atitude inicial, primeiro, virou aceitação e, mais tarde, com o governo atual do PT, passou a estimular a atividades externa dps governos subnacionais e a integrá-la à estratégia de desenvolvimento nacional (SALOMÓN, 2012, P. 289).

De fato, ao conduzir-se o debate da paradiplomacia brasileira para o campo jurídico, tem-se que a constituição federal brasileira de 1988 não prevê a possibilidade de que os entes federados estabeleçam relações externas. Ao mesmo tempo, no âmbito do direito internacional a celebração de contratos compete apenas aos entes com personalidade jurídica internacional, propriedade que não se estende aos entes subnacionais. Porém, mesmo sem

previsão legal, o desenvolvimento de agendas paradiplomáticas pelos entes federados se tornou recorrente, tornando latente a discussão da legalização de suas ações. Como afirma Castelo Branco,

[n]ada obstante, o crescimento dessa participação não é acompanhado do necessário respaldo jurídico. De fato, salvo raras exceções, a inserção internacional dos entes não centrais na política exterior vem sendo levada a cabo sob uma aparente ilegalidade, haja vista a falta de previsão normativa para tanto, o que gera uma inegável insegurança jurídica. (CASTELO BRANCO, 2007, P.59, apud PERUFFO, 2009, p.16)

Por agora, percebe-se que não há uma homogeneidade na forma de condução da paradiplomacia, sendo esta, até então, condicionada pelos interesses da região e de seu perfil político e, até mesmo, do partido político que se encontra no poder, o que gera diferentes estruturas e enfoques de atuação pelo país. A falta de um marco jurídico capaz de incorporar e fixar barreiras à atuação dos governos subnacionais é agravada pelo fato de o Brasil ter um perfil de ordenamento jurídico que opera de forma a condicionar a incorporação e a validade interna e internacional dos tratados celebrados ao consentimento parlamentar (PERUFFO, 2009). Todas essas questões, concomitantemente, caracterizam o nosso modelo de paradiplomacia, pois a rigidez da legislação somada à inabilidade de coordenar as iniciativas paradiplomáticas são terrenos férteis para que ações sem amparo legal sejam desenvolvidas a fim de que não se perca certas oportunidades que exijam uma celeridade de processo a que o país e os órgãos competentes por coordenar a paradiplomacia federativa ainda não se demonstrem aptos.

Após os argumentos expostos, o que se quer demonstrar é o quão complexo é o estudo do tema e como se mostra importante utilizar a lupa dos estudos de caso para entender a dinâmica da política externa federativa no Brasil e de que forma ela se articula com a política externa nacional. Pensando nessa problemática, a atuação internacional do estado do Rio Grande do Sul, um dos pioneiros da nação quanto à percepção da internacionalização como estratégia de desenvolvimento local, certamente servirá como exemplo da complexidade do fenômeno e da importância do debate acadêmico sobre o tema quando tratamos de política externa brasileira em um contexto de intensa globalização e de complexa interdependência.

### **3 AS PRINCIPAIS AÇÕES INTERNACIONAIS GAÚCHAS DE 1987 À 2002 E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

O capítulo que segue pretende destacar as principais ações da política internacional gaúcha desde quando a mesma foi instituída oficialmente pelo governo de Pedro Simon, traçando um diálogo em paralelo entre as diretrizes do Itamaraty e as principais ações externas do Brasil que se relacionam com o Rio Grande do Sul.

Sabe-se das dificuldades de comparar a política externa nacional – cuja continuidade e solidez das diretrizes e ações internacionais é gerida por um corpo diplomático experiente e bem preparado – com a política internacional do Rio Grande do Sul, muitas vezes marcada pela descontinuidade, pela carência de recursos, pela falta de material humano adequado, etc. Porém, o propósito desta dinâmica comparativa é verificar de forma qualitativa como as duas esferas tem dialogado entre si ao longo dos anos e se há avanços neste diálogo.

Neste capítulo, são abordadas as gestões de Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto e Olívio Dutra. Para tanto, foi executada pesquisa bibliográfica em fontes secundárias, a partir, principalmente, dos trabalhos das pesquisadoras Carmen Nunes, Mônica Salomón e Luíza Peruffo, as quais já haviam executado pesquisas similares à que se pretende neste capítulo.

#### **3.1 O início da política internacional do Rio Grande do Sul: a gestão de Pedro Simon e a Integração no Cone Sul**

A política internacional do Rio Grande do Sul tem início oficialmente com a criação da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAI)<sup>2</sup> no governo de Pedro Simon, cuja gestão ocorreu de 1987 à 1990. Nunes (2005) aponta que a motivação basilar das ações paradiplomáticas gaúchas foi a integração no Cone Sul, que condicionou o estado a pensar estrategicamente sua posição neste processo, a fim de que a integração não ocorresse a partir de condições que privilegiassem a região sudeste do país – polo industrial brasileiro –, tornando o estado do Rio Grande do Sul ator coadjuvante, em contradição ao fato de ser o mesmo, por natureza, o centro geográfico do processo de integração. As motivações dessa

---

<sup>2</sup> A SEAI foi estabelecida em 1987, por meio do Decreto nº 32.515/1987. A função da secretaria era assessorar o governador nas relações com outros países e com organismos internacionais, orientar e supervisionar os órgãos do governo em suas ações externas, além de captar recursos e investimentos e oferecer apoio ao setor privado nos seus projetos de participação externa (SALOMÓN E NUNES, 2007).

iniciativa pioneira, qual seja, a de criar um novo campo de ação governamental para o estado, são compreendidas a partir de uma conjuntura nacional e internacional que demandaram do estado uma gestão e posicionamento em defesa de seus interesses.

Rearranjos dos mais variados aspectos formavam o cenário internacional. Na América Latina, as redemocratizações celebravam a falência do que fora implantado pelos regimes militares. A vulnerabilidade interna do país, acometido pelos percalços econômicos e sociais de uma década de crises e involução dos indicadores econômicos e sociais, somada a um cenário internacional de transformações e, portanto, de imprevisibilidade de seus rumos, impulsionava uma inserção internacional via blocos econômicos.

Para a política externa nacional, Altemani (2005) aponta que a redemocratização não significou um momento de mudanças significativas de diretrizes, mas de continuidade. Porém, a ação externa brasileira naquele período esteve condicionada à crise da dívida, bem como a um cenário de inflexões no diálogo norte-sul e de proliferação dos blocos econômicos, os quais impulsionavam o protecionismo, acirrando as diferenças e enfraquecendo as possibilidades de progresso do discurso terceiro-mundista. A visão pragmática de que de nada adiantavam “os discursos enfatizando a importância das relações Sul-Sul, visto que os países do Terceiro Mundo encontravam-se igualmente em situação financeira difícil e impondo restrições às suas importações (ALTEMANI, 2005, p. 204)” impulsionava aos esforços que privilegiassem o relacionamento comercial com países economicamente mais desenvolvidos.

Por outro lado, Lafer (1987, p. 77, apud ALTEMANI, 2005, p. 206) considera o fato de que os discursos de defesa às reivindicações dos países do Terceiro Mundo por uma ordem econômica mais justa e igualitária teve continuidade, demonstrando o compromisso brasileiro respaldado em uma concepção de que o país teria um papel importante, como potencia intermediária, nas respectivas negociações.

Um cenário de dificultosa implementação da política externa estava dado. Assim, a estratégia brasileira, com uma margem de manobra reconhecidamente reduzida, foi focar-se no fortalecimento do sistema multilateral de comércio – o que se dava no âmbito das negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) – e na ampliação do papel da América Latina, com ênfase na aproximação com a Argentina (ALTEMANI, 2005).

Com início no regime militar, a aproximação entre Brasil e Argentina tem continuidade nos governos dos presidentes brasileiro, José Sarney e argentino, Raul Alfonsín, fato que se materializa na celebração de 24 protocolos de cooperação entre ambos os países.

Nesta conjuntura de aproximação, a instauração do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), advindo da Declaração de Iguazu (1985), cujo propósito seria o de estabelecer a liberação gradual e seletiva dos mercados brasileiro e argentino, mostrou-se como uma das principais preocupações do estado do Rio Grande do Sul, que voltou esforços para acompanhar o processo. Isto porque havia grande apreensão a respeito dos impactos econômicos e sociais da integração, visto que as economias gaúcha e platina eram concorrentes em vários aspectos. Assim, o estado buscava defender os interesses locais ante ao governo central e às instâncias de negociações (PERUFFO, 2009).

Ainda no que tange à integração no cone sul, o estado promoveu seminários e estudos a respeito dos impactos da integração para o Rio Grande do Sul. Apesar das contemplanções negativas no que diz respeito ao impacto econômico da integração, vislumbrou-se também a oportunidade de promoção do desenvolvimento das regiões fronteiriças do estado, via intensificação dos fluxos comerciais e da oportunidade de cooperação entre povos com cultura e história em comum. Neste período, é criada a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF). São instituídos ainda os Comitês de fronteira, grupos de trabalho que reuniam representantes dos governos subnacionais da região e do governo central para discutir o desenvolvimento na fronteira, tratando de temas socioeconômicos e operacionais. O estado também buscou participar ativamente de iniciativas como o Fórum Permanente do Mercosul e a Coordenadoria do Mercosul. Nunes (2005) aponta o papel fundamental desempenhado pela SEAI na promoção das reuniões da CEDIF, bem como a participação da mesma nas reuniões intergovernamentais do Grupo de Trabalho Permanente do Protocolo Regional Fronteiriço e da Subcomissão para o desenvolvimento conjunto das zonas fronteiriças Brasil – Uruguai (NUNES, 2005, p. 28).

Além de todo o enredo e ações que envolvem a integração no cone sul, a gestão de Simon é caracterizada por missões internacionais e recepção de missões estrangeiras, pela organização de eventos internacionais e pela busca por diversificar os parceiros, como é o exemplo da cooperação com a província de Shiva (Japão) e da aproximação com os países socialistas do COMECON<sup>3</sup> (PERUFFO, 2009).

A gestão de Simon também é marcada pelas iniciativas de promoção das exportações gaúchas e pela tentativa de atração de investimentos, ainda que em menor prioridade. Tendo em vista estes objetivos, foram elaborados bancos de dados estatísticos das exportações do estado que abrangiam cadastro de exportadores e de seus produtos e as oportunidades

---

<sup>3</sup>O Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) foi uma organização internacional de integração econômica do Leste Europeu, criada em 1949 pela URSS.

oferecidas pelo exterior aos mesmos. A execução dessas estratégias também se dava via participação em eventos de intercâmbio do Rio Grande do Sul com o exterior. A manutenção do relacionamento com o CODESUL<sup>4</sup> e CRECENEA - Litoral<sup>5</sup> foram parte da estratégia de atração de investimentos e tecnologia, por meio da qual o estado reunia-se com governos subnacionais vizinhos para tratar de temáticas variadas que abarcavam o interesse de todos. Também foram estabelecidas relações com governos subnacionais dos EUA, da Espanha e do Japão. Apesar dessas iniciativas, fato é que a cooperação internacional e a facilitação de negócios eram temas secundários nesta gestão (NUNES, 2005).

Ainda no âmbito das relações com o CODESUL e o CRECENEA – Litoral, uma iniciativa política de destaque da SEAI foi promover uma reunião das províncias que formavam os dois órgãos para elaborar uma proposta de protocolo a ser assinado pelos governos centrais que assegurasse proteção às demandas fronteiriças no âmbito do PICE (SEITENFUS, 1994, apud NUNES, 2005, p.66).

A SEAI pôde operar como ponte entre o estado e o Itamaraty e organismos internacionais, no intuito de acelerar as ações federais de interesse do estado, bem como operou como coordenadora das ações internacionais das demais secretarias do Estado, em prol de maximizar os resultados obtidos (PERUFFO, 2009).

A troca constante de titulares na SEAI e a falta de um orçamento próprio e de corpo técnico com conhecimento especializado em relações internacionais são fatores que auxiliam na compreensão das dificuldades que a secretaria teve de elaborar um projeto de inserção internacional que tivesse em vista o médio e o longo prazo. Apesar disso, a estrutura que foi criada na secretaria foi aproveitada pelo governo seguinte. Ao final da gestão, a secretaria contava com aproximadamente 30 funcionários, distribuídos nos setores de Cooperação Internacional, de Apoio ao Investimento Privado e no setor de Integração com a América Latina, sendo que este contava com uma Divisão de Integração e uma de Cooperação Cultural (SALOMÓN; NUNES, 2007).

---

<sup>4</sup> O Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul é um convênio entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e que mais recentemente incorporou o Mato Grosso do Sul. Foi criado em 1961 com o objetivo de encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais gerados pela concentração do crescimento no centro do País. Assim, suas funções se dirigem à coordenação e potencialização em torno das questões comuns aos estados-membros, principalmente nos assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento econômico e social e à integração ao Mercosul.

<sup>5</sup> A Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino surgiu da iniciativa de províncias argentinas de se unirem para promover a integração no nordeste argentino e com os estados vizinhos. À comissão é delegado o mérito da assinatura, em 1988, do Protocolo Regional Fronteiriço nº 23, que diz respeito ao PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina). Cabe destacar que a parceria Codesul – Crecenea tornou-se o primeiro e maior bloco sub-regional no âmbito do Mercosul.

No que diz respeito à sintonia entre governo nacional e governo federal, pode-se dizer que a gestão de Simon buscou trabalhar de forma complementar, pois não reagiu negativamente à integração no cone sul, mas sim, procurou fomentar o debate sobre a mesma e aproximar-se dos vizinhos do país a fim de tornar a integração mais positiva para o estado, mas não em detrimento dos vizinhos. O fato de ter visto na questão da maior atenção ao desenvolvimento das fronteiras um dos fatores positivos da integração para o estado também demonstram este caráter complementar à esfera nacional. Peruffo (2009) aponta uma harmonia entre ambas as esferas no que diz respeito à busca pela diversificação de parcerias e cooperação internacional como forma de superar as dificuldades advindas da perda da competitividade nacional e estadual, que representou uma forma de contornar os riscos da marginalização que a conjuntura econômica mundial apresentava.

### **3.2 A gestão de Alceu Collares e o foco na competitividade gaúcha para inserção internacional na globalização de mercados e no MERCOSUL**

A conjuntura nacional que recebe o governo Collares (1991 – 1994) é a de expansão da doutrina neoliberal e monetarista como modelos de solução para a crise econômica vivida pelo país, em detrimento do modelo desenvolvimentista até então creditado. À aproximação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para as negociações da dívida externa e à adesão ao Consenso de Washington seguiram-se as privatizações, liberalizações e desregulamentação da economia, próprias da doutrina neoliberal. Em consonância com esta linha de pensamento, Fernando Collor foi eleito no Brasil pelas campanhas que prometiam a modernização do país e a inserção do mesmo no primeiro mundo.

O país reaproxima-se dos EUA após ceder em questões como a reserva de mercado para a informática e a proteção à propriedade intelectual, as quais nos anos anteriores geraram distanciamento e prejuízos ao comércio entre os dois países. O multilateralismo torna-se coadjuvante nas ações da política exterior brasileira e há um arrefecimento das relações com os países em desenvolvimento, com exceção da América do Sul.

A estratégia maior de inserção internacional do país continua sendo a integração sul-americana. O governo do presidente Collor acelera a integração, criando o MERCOSUL com a celebração do Tratado de Assunção, em 1991. O projeto de gradual integração previsto pelo Tratado de 1988, que estabeleciam o prazo de 10 anos para a criação de uma Área de Livre Comércio, cede lugar a um projeto que opta pela criação de um Mercado Comum em apenas

4 anos, e que incluía uma área de livre comércio e uma união aduaneira (ALBUQUERQUE, 2006, 519, apud PERUFFO, 2009, p. 33).

Apesar do projeto nacional de aceleração da integração, a gestão Collares não se caracteriza pelo mesmo receio da gestão anterior, de que houvesse grandes perdas econômicas para o Rio Grande do Sul. Isto porque após a abertura econômica no bloco, houve aumento significativo das exportações gaúchas para o MERCOSUL. Nunes (2005) e Peruffo (2009) apontam que as questões políticas a respeito da integração no Cone Sul perdem seu destaque, cedendo espaço para o que se tornou o foco das ações paradiplomáticas do governo Collares: a promoção comercial, a geração de negócios e a atração de investimentos. A estratégia a que se contemplava era a de proteção dos interesses gaúchos em relação à abertura comercial promovida pelo governo federal através do incremento da competitividade e da produtividade do estado.

Assim, a SEAI, cujo foco de atuação até então tinha sido a Integração no Cone Sul e o PICE, pôde dedicar maiores esforços à atração de investimentos, apoio às exportações e cooperação internacional. A complexificação e qualificação da estrutura da secretaria que ocorrera em finais da gestão anterior foi fundamental para que se pudesse aperfeiçoar a atuação nestes assuntos. (SALOMÓN; NUNES, 2007)

A estratégia do governo Collares era maximizar as potencialidades econômicas do estado e elevar sua competitividade regional. Esta estratégia deriva de uma visão clara de que o momento de globalização de mercados e de concretização do MERCOSUL eram oportunidade de o estado inserir-se internacionalmente de forma vantajosa. Assim, são inúmeras as ações promovidas pela SEAI e pelos demais departamentos do governo, direcionadas à aprimorar a produção do estado e promovê-la internacionalmente.

Vários programas foram lançados pela secretaria com a finalidade de inserir o empresariado gaúcho nas oportunidades de internacionalização. O “Disque MERCOSUL” e o “Bolsa Negócio” eram programas que apoiavam os empresários gaúchos a participarem do MERCOSUL. Como fomento ao comércio exterior do estado, foram formados comitês setoriais em parceria com a FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), que reunia empresas, sindicatos, universidades, etc., para trabalhos em conjunto. O Departamento de Negócios Internacionais, em parceria com o Banrisul, proporcionou a capacitação de funcionários para o comércio internacional. Também nesta gestão o estado passou a contar com um Trade Point, inaugurado em Porto Alegre, o que proporcionou agrupar representantes de alfândegas, bancos, operadores de transportes, seguros e câmaras de comércio em uma

mesma área, a fim de facilitar para as pequenas e médias empresas o acesso ao mercado internacional. Também são lançados muitos programas com o intuito de modernizar os seguimentos industriais do estado, como o Programa Gaúcho de qualidade produtiva, o Programa de Desenvolvimento da Indústria Química e Petroquímica, etc., e são realizadas missões internacionais empresariais e feiras, sempre com foco comercial. Sobre a cooperação internacional, há um fomento da cooperação técnica com países de Primeiro Mundo, com destaque para Alemanha, Japão e Inglaterra, em variados setores: agricultura, meio ambiente, desenvolvimento urbano, educação, saúde, etc. O saldo positivo dessas ações foi o crescimento econômico do estado superior ao brasileiro, mas que cooperava com o país para que os desequilíbrios macroeconômicos fossem superados (PERUFFO, 2009).

Mais uma vez, observa-se que a atuação do estado interagiu de forma complementar à nacional. Assim como o governo brasileiro procurou acelerar a integração no Cone Sul tendo em vista os ganhos econômicos necessários a melhoria das condições econômicas do país, o estado reagiu preparando-se melhor para esta integração por meio do aperfeiçoamento de sua produtividade e competitividade. O foco econômico e comercial dos ganhos da integração enveredou a atuação do estado para uma menor dedicação à cooperação acadêmica e à integração física, embora as reuniões da CEDIF tenha se mantido ativas e tenha se dado início ao Fórum Permanente do Mercosul. Nunes (2005) destaca o papel importante da SEAI como interlocutora do Itamaraty no estado em certos assuntos. A secretaria encaminhava as demandas da CEDIF, do Fórum Permanente do Mercosul e dos subgrupos do MERCOSUL para o Itamaraty. Em contrapartida, recebia apoio do órgão federal nas missões ao exterior, na realização de seminários entre outras demandas, o que demonstra uma relação de parceria entre estado e governo central.

Apesar da intensificação do contato entre o MRE e a Secretaria, os contatos diretos entre o Itamaraty e os outros órgãos do governo nunca deixaram de existir. Este fator, combinado à ausência de uma reestruturação que centralizasse na SEAI as funções de caráter internacional do estado pesaram desfavoravelmente em relação à continuidade da mesma. A descontinuidade de gestão da secretaria, que contou com 9 titulares ao longo de sua existência e o despreparo de seus funcionários para lidar com temas internacionais, fadavam o órgão ao insucesso. Diante dos demais órgãos, a SEAI demonstrou dificuldades de firmar-se como a responsável pelos assuntos internacionais do estado. A criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SDES) também trouxe complicações, pois ambas acabaram por disputar o protagonismo de certas ações paradiplomáticas. Em suma, a SEAI

não conseguiu centralizar a orientação e supervisionamento das ações externas do estado, e em seus oito anos de existência, foram recorrentes as ações paralelas e as superposições de funções por parte de outros órgãos do governo. Assim, a SEAI foi extinta pelo governo que sucedeu a gestão Collares, o de Antônio Britto, em 1995, e suas atribuições passaram à responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), novo órgão criado por esta gestão (SALOMÓN; NUNES, 2007).

### **3.3 A gestão de Antônio Britto: atração de investimentos e negócios internacionais como estratégia de desenvolvimento**

A gestão de Antônio Britto (1995 - 1998), que ocorre no período em que o Brasil estava sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), é marcada por ações que pressupõem uma clara visão das relações internacionais como estratégia de desenvolvimento (NUNES, 2005). A substituição da SEAI pela SEDA, uma nova secretaria caracterizada pela fusão das áreas de indústria, comércio e assuntos internacionais e cuja função era assegurar a integração do Estado ao Mercado Internacional com destaque para o Mercosul, bem como promover a industrialização do estado através da atração de investimentos, davam forma a estratégia pensada pela gestão Britto (SALOMÓN; NUNES, 2007).

O governo Cardoso é caracterizado pelo que se cunhou chamar de diplomacia presidencial, pois há uma centralização das relações internacionais na figura do presidente. Esta centralização é acompanhada de uma perda de protagonismo do Itamaraty, situação que pode ser interpretada a partir de uma incompatibilidade de visões entre o corpo diplomático existente e a gestão do presidente. Apesar disso, a continuidade da gestão de Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, no governo Cardoso, pôde delegar estabilidade e coerência ao projeto de inserção internacional brasileiro, que se caracterizou pela preferencial aproximação com países desenvolvidos e um afastamento do discurso terceiro mundista, exceto em relação à integração latino-americana, que continuava sendo projeto brasileiro, embora com foco na integração sul-americana. Além disso, o Brasil buscou fortalecer-se nos fóruns multilaterais a fim de ter uma papel mais destacado na elaboração e aplicação das normas e pautas de conduta que regeriam o Sistema Internacional, em um contexto de reordenamento das agendas interna e externa da economia e política internacionais (LAFER, 2000; VISENTINI, 2005; apud PERUFFO, 2009).

Em consonância com o projeto federal de abertura comercial e atração de investimentos, a gestão Britto pôde se valer das bandeiras de consolidação da democracia e estabilização econômica, bandeiras estas utilizadas pelo Brasil para atrair investimentos do exterior. De fato, a estabilidade macroeconômica que caracteriza o primeiro governo de Cardoso, somada ao seu projeto neoliberal de inserção internacional, logrou êxito na atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, principalmente no setor automobilístico. Neste cenário, os estados da federação disputavam entre si pelo estabelecimento das multinacionais em seu território e o estado gaúcho buscava êxito nesta disputa (PERUFFO, 2009).

Em Mensagem à Assembléia Legislativa (1998, p.15, apud PERUFFO, 2009, p. 46), o governador Britto põe em evidência seu projeto de que a economia regional se tornasse um parque industrial moderno e competitivo, como exigia a nova ordem econômica internacional. Assim, o estado buscou investir em infra-estrutura e nos setores de transporte e energia, e buscou atrair investimentos a fim de renovar a matriz produtiva estadual. Esta concepção norteava as ações internacionais do estado, inclusive àquelas voltadas à cooperação internacional e à integração regional. Assim, missões internacionais governamentais à 10 países e a recepção de diversas missões estrangeiras caracterizaram-se principalmente pelo teor comercial, de captação de investimentos, promoção das exportações gaúchas e assinatura de acordos de cooperação técnica, todos imbuídos de proporcionarem maior desenvolvimento econômico ao estado. O grande destaque dado aos negócios internacionais resultou na possibilidade de diversificação e intensificação do contato com multinacionais e o estado atraiu o estabelecimento de grandes empresas como a General Motors, a Ford, e a Dell Computers. Além disso, a implantação de uma Zona de Processamento de Exportações em Rio Grande e o trabalho da Secretaria de Coordenação e Planejamento para captar recursos junto ao BIRD e ao BID confirmavam o foco comercial e nos negócios internacionais que caracterizaram a gestão Britto (PERUFFO, 2009, e NUNES, 2005).

Em relação ao que vinha sendo feito pelas gestões anteriores, o contato com o CODESUL e o CRECENEA – Litoral foram intensificados através da criação do Fórum de Governadores. Porém, acordos de irmanação das gestões anteriores não prosperaram. A respeito da integração no Cone Sul, na gestão Britto o mito dos prejuízos da integração para o estado é refutado de vez, pelo histórico da balança comercial entre o estado e os países do bloco, caracterizada a todo tempo pela superioridade das exportações gaúchas em relação às importações advindas do Mercosul para o estado. Assim, o foco comercial da integração sobressai às iniciativas de integração cultural e acadêmica, apesar de terem ocorrido ações

conjuntas na fronteira Brasil – Uruguai, como a I Bienal de Artes do Mercosul e o Projeto de Ensino de português e espanhol na fronteira, desenvolvido pela Secretaria da Educação. Já as reuniões da CEDIF e do Fórum Permanente do Mercosul foram abandonadas (PERUFFO, 2009).

Apesar de as funções paradiplomáticas – como o contato com o Itamaraty e com governos subnacionais estrangeiros e diplomatas e a orientação nos assuntos internacionais às demais secretarias – terem sido mantidas sob responsabilidade da nova secretaria, o alcance dessas ações era reduzido em relação ao da secretaria anterior muito em função do foco da SEDAI no campo econômico. Segundo Nunes (2005), ocorre um abandono da idéia inicial de concentrar a atuação internacional em uma única secretaria como pretendia a antiga SEAI. Assim, as ações internacionais ficam descentralizadas e passam a ser função de outras secretarias, de acordo com o assunto envolvido (ciência e tecnologia, turismo, cultura, etc).

Na gestão Britto, o estabelecimento do Escritório de Representação Diplomática do Itamaraty no estado – ERESUL – marca uma conjunção de interesses de aproximação entre o estado e o governo federal no que tange às ações internacionais. Criado através de um convênio celebrado entre o Ministério das Relações Exteriores e o governo gaúcho, o ERESUL tinha a função de atuar como um interlocutor, apoiando as ações que o Ministério desenvolvia no Rio Grande do Sul. Como aponta Lampreia, ministro do MRE naquele período, “o Itamaraty precisa[va] ter raízes plantadas em todos os Estados da federação onde seja necessária esta antena” (LAMPREIA, 1995, s/p, apud NUNES, 2005, p. 111, grifo nosso). Por parte do estado, sediar a representação do Itamaraty demonstrava o interesse do mesmo de ter a sua disposição um assessoramento qualificado no desenvolvimento de suas ações internacionais, além de um recurso para melhorar seu diálogo com o Itamaraty (NUNES, 2005).

Assim, mais uma vez pode-se dizer que as relações entre a diplomacia brasileira e a paradiplomacia estadual foram próximas e que o estado reagiu de forma cooperativa com o projeto internacional brasileiro de inserção.

### **3.4 A gestão de Olívio Dutra e sua eficiência na Promoção Comercial e Apoio às Exportações**

A gestão Olívio Dutra (1999 a 2002) é apontada por Nunes (2005) como pioneira na tentativa de efetivamente construir uma política internacional independente, embora não

necessariamente contrária àquela enveredada pelo governo central. Esta afirmação, segundo Peruffo, encontra respaldo no projeto de desenvolvimento mais autônomo do estado, quando sob a gestão Dutra, e da clara preferência de estabelecer relações política com governos e partidos anti-neoliberais.

O discurso anti-neoliberal da gestão Dutra aplicou-se também à atuação do governo federal. Assim, críticas à aproximação do governo federal ao FMI – cuja consequência teria sido a reforma liberal do Estado, que onerou os entes subnacionais criando um ambiente de guerra fiscal predatória entre os mesmos pela concentração dos recursos na união e conseqüente diminuição dos recursos distribuídos – eram recorrentes. Bandeiras pela ampla reforma tributária nacional e contra a adesão do modelo neoliberal, que teria subjugado o país a uma globalização subordinada e que trouxera ônus sociais significativos, compunham o discurso do governo estadual.

De fato, uma conjuntura de decadência da matriz neoliberal da política externa brasileira, acompanhada da crise do Plano Real e dos novos desequilíbrios macroeconômicos<sup>6</sup>, bem como das mazelas sociais multiplicadas ao longo dos anos, foi terreno fértil para a reação de mudança de rumos em termos de ação e discurso por parte até mesmo do governo federal. A retórica da “globalização assimétrica” passa a ser bandeira utilizada nos discursos do presidente Cardoso, como forma de reprovação a conduta dos países desenvolvidos, que atuavam de forma a acirrar as desigualdades, tornando o processo de globalização assimétrico e excludente. Os discursos brasileiros nos fóruns multilaterais passam a enfatizar a importância de que seja assegurada uma estrutura financeira internacional que favoreça o investimento produtivo, em detrimento da especulação desenfreada e que este seria um trabalho que demandava o compromisso da comunidade internacional (PERUFFO, 2009).

A gestão Dutra demonstra seu teor de atuação mais independente ao envolver-se, por exemplo, com movimentos sociais internacionais. Assim os projetos estaduais na área de economia popular e solidária puderam contar com a cooperação técnica internacional, através da missão à Europa viabilizada pelo governo estadual. O estado também foi pioneiro em

---

<sup>6</sup> Ao ancorar a moeda nacional no dólar, ao longo dos anos o Plano real expôs o país a maior vulnerabilidade econômica. Enquanto o câmbio mantinha-se apreciado, o mercado brasileiro era inundado de produtos importados, por conta da abertura comercial, acumulando déficits na balança comercial brasileira. O mecanismo de aumento da taxa de juros para atração de investimentos externos como forma de restabelecer o equilíbrio das reservas internacionais mostrou-se falho, principalmente em meados e finais dos anos 1990, com as crises nos mercados do México, da Ásia e da Rússia, que trouxeram ataques especulativos para o país, apontando para uma falência da política monetária que vinha sendo utilizada. É nesta conjuntura que a ancoragem no dólar cede lugar à adoção do câmbio flutuante e há uma desvalorização abrupta do real, que em curto prazo causou incomodo, mas aos poucos trouxe benefícios às reservas internacionais e ao mercado nacional.

liderar uma missão governamental e empresarial à China. Um dos grandes destaques do governo gaúcho neste período foi ter sido sede e patrocinador do primeiro Fórum Social Mundial (2001), que certamente trouxe grande visibilidade internacional não só à capital, Porto Alegre, mas ao estado como um todo (PERUFFO, 2009; NUNES, 2005).

Apesar das desavenças com o partido político responsável pela gestão nacional, as relações com o MRE permanecem com teor de cooperação. A aproximação entre ambos é comprovada pelo fato de o estado sediar e organizar o Fórum dos Governadores do Mercosul, em parceria com o MRE. O órgão federal também viabilizou a participação do governo estadual na Cúpula das Américas<sup>7</sup>, tendo em vista o interesse gaúcho<sup>8</sup> na discussão sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), dado o teor das conseqüências econômicas que poderiam decair sobre o estado na questão dos subsídios e barreiras agrícolas (NUNES, 2005). Neste sentido, é importante salientar o destaque dado pelo MRE à cooperação com os governos subnacionais, pois o convite do órgão federal à participação na discussão da ALCA demonstra uma abertura para a maior participação destes governos na construção da política internacional do país e uma preocupação em levar em consideração os interesses locais em sua agenda internacional.

A SEDAI é mantida na gestão Dutra, mas conta com uma reorganização que distribuiu suas funções entre o Departamento de Negócios Internacionais – de teor comercial/econômico – e Departamento de Assuntos Internacionais – cujo teor de atuação seria mais político. Com um quadro menor de funcionários, a SEDAI se abstém de ser a responsável pelos assuntos da integração no Cone-Sul, os quais passam a ser função de um novo departamento criado, o Gabinete Extraordinário para Assuntos do MERCOSUL (SALOMÓN; NUNES, 2007).

Nestes anos há um desfalecimento da discussão dos temas relativos à integração regional. Apesar da criação do Gabinete, o órgão não foi à frente, dando vazão aos discursos que percebiam esta criação como fruto de manobras políticas (NUNES, 2005; SALOMÓN; NUNES, 2007). Na agenda da SEDAI o tema teve pouca relevância e esta operou mais tomando conhecimento das negociações entre os governos centrais dos países do bloco, bem como atendendo demandas pontuais dos municípios de faixa de fronteira. No último ano da gestão (2002), uma nova agenda de cooperação e desenvolvimento fronteiriço entre Brasil e

---

<sup>7</sup> A Cúpula foi realizada no Canadá, em 2001, sob a égide dos EUA quanto à proposta da ALCA.

<sup>8</sup> O interesse gaúcho no tema é materializado à nível estadual através do estabelecimento da Comissão Especial sobre a ALCA, cuja função era promover debates a respeito dos impactos na integração hemisférica, proposta pelos EUA, na economia estadual. Estes debates eram promovidos no âmbito do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil, estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Uruguai foi estabelecida, mas a SEDAI não desempenhou na ocasião um papel de protagonista, dando pouca relevância à questão (PERUFFO, 2009).

O fato de o estado ter liderado a criação do Fórum de Governadores do MERCOSUL em parceria com o MRE pode ser interpretado como uma tentativa de reanimar a discussão, pois o fórum tinha como função delegar maior respaldo aos governos subnacionais na negociação da reativação do bloco, propondo reformas que cooperassem com um aprofundamento dos mecanismos de integração.

De fato, como aponta Peruffo (2005), a integração regional neste período contava com um esgotamento da etapa inicial de ganhos imediatos gerados pela expansão dos fluxos comerciais. Além disso, levando em conta uma conjuntura política mais ampla, a Argentina, pivô do processo de integração, neste período seguia a condução de suas relações internacionais para uma maior aproximação à proposta norte-americana da ALCA, em detrimento do projeto de integração no Cone Sul. O próprio Brasil, frente a esta crise, reagiu adaptando o discurso de integração a toda a América do Sul, apesar de não necessariamente abandonar o projeto MERCOSUL. A iniciativa brasileira de encabeçar a discussão sobre a Área de Livre Comércio Sul- Americana (ALCSA), na Primeira reunião da Cúpula das Américas realizada em Brasília (2000), é prova real da criação de mecanismos de reação a situação frustrante da integração no Cone Sul. Neste sentido, apesar de governo federal e estadual estarem em posições partidárias opostas, pode-se dizer que houve cooperação para que houvesse êxito nos projetos internacionais de âmbito federal, pois além do discurso de contraposição à ALCA, houve apoio estadual à criação da ALCSA.

A parte o ativismo político internacional da gestão de Olívio Dutra, a grande ênfase, em termos de atuação internacional, é dada à promoção comercial e ao apoio às exportações para micro, pequenas e médias empresas. O título de estado mais eficiente neste ofício, delegado por Vianna Moraes (2001, apud Nunes, 2005, p. 119), certamente tem como fato de viabilização o Programa de Promoção Comercial desenvolvido em articulação com a Apex – Brasil, bem como em parceria com o SEBRAE – RS, universidades e entidades empresariais. As ações eram direcionadas à capacitação e apoio à inserção das empresas gaúchas no fluxo global de comércio e a atração de investimento tinha como foco as áreas de superação das lacunas existente na matriz produtiva do estado (NUNES, 2005).

Assim, o estado atuava por meio do apoio logístico e financeiro a empresas gaúchas para participação em feiras internacionais e fornecia cursos de capacitação ao empresariado. Também buscou promover encontros de embaixadores e espaços de encontro entre diferentes

países e blocos, sempre com viés mais comercial. Uma iniciativa ousada do estado foi dar início a negociações para o estabelecimento de escritórios de representação em Miami (EUA) e Hubei (China). A gestão Dutra também buscou ser eficiente na renegociação dos contratos com as multinacionais que haviam se estabelecido no estado na gestão anterior, porém só obteve êxito nas tratativas com a Dell Computers e a General Motors. A Ford, em razão da guerra fiscal já mencionada, mudou-se para Camaçari, na Bahia. (PERUFFO, 2009).

Nunes percebe a gestão Dutra com desempenho de Estado Logístico. Este conceito, cunhado por Amado Cervo, expressa um modelo de atuação que busca fortalecer o núcleo nacional enquanto transfere à sociedade responsabilidades empreendedoras. Assim, ajuda-a a operar no exterior tendo em vista equilibrar os benefícios da interdependência por meio de uma modalidade de inserção madura no mundo globalizado (CERVO; BUENO, 2008, p. 457).

De fato, a gestão Olívio Dutra destacou-se por suas ações bem coordenadas com outros órgãos em direção ao seu objetivo central, que era garantir as estruturas logísticas e financeiras e a capacitação necessárias ao aprimoramento da categoria empresarial gaúcha, percebendo no bom desempenho das atividades econômicas e nas oportunidades criadas pela globalização dos mercados, uma forma de atrair investimentos e de aumentar as exportações gaúchas para mundo. Certamente, o ciclo virtuoso advindo do aquecimento da economia local traria emprego e renda e, em uma concepção mais econômica<sup>9</sup>, traria desenvolvimento para o estado.

Quanto à compatibilidade com o projeto nacional, a incompatibilidade dos partidos políticos não necessariamente se reverteu em estratégias de atuação internacional opostas, mesmo que independentes. Como pode ser percebido, as duas esferas de governo se apoiaram mutuamente nos projetos contra ALCA e a favor da ALCSA, e o estado continuou sendo parceiro de atividades enveredadas pelo MRE.

---

<sup>9</sup> Esta observação quer destacar o fato de que os estudos dos conceitos e das teorias do desenvolvimento não se limitam à percepção de que o aquecimento da economia, que pressupõe crescimento econômico, necessariamente se reverte em desenvolvimento. É necessário uma análise da distribuição desses ganhos e de como eles se revertem em qualidade de vida para população envolvida.

#### **4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SEU DIÁLOGO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 2003 A 2013**

Este capítulo conta com um estudo baseado em fontes primárias, secundárias e empíricas. Primárias porque as informações que aqui constam foram aferidas dos documentos das missões internacionais do estado sob a tutela da Divisão de Missões Internacionais da SDPI, das Mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa e dos Planos de Governos sob a guarda da SEPLAG e, ainda, das notas técnicas e outros relatórios e informações sob responsabilidade da ACRI e da SDPI. Empíricas, porque também compõem o texto as informações a que se teve acesso via diálogo com os gestores em poder nestas instituições e gestores que trabalharam nas mesmas em anos anteriores.

Por meio de todos estes documento, buscou-se identificar o que caracteriza as relações internacionais do estado nas últimas três gestões estaduais (a partir de 2003), a fim de elencar o que foi priorizado pelas mesmas em termos de suas ações internacionais: qual o teor de suas agendas internacionais, a que países se dirigiram as missões<sup>10</sup>, quais eram os objetivos das mesmas, quais eram as principais metas destas gestões e quais o resultados mais significativos alcançados em suas atividades.

As fontes secundárias dizem respeito a discussão sobre a política externa brasileira executada nos últimos 12 anos. Considerando que durante todo o período que este capítulo abrange, o país esteve sob gestão do mesmo partido político, foi possível trabalhar com uma constante em termos de projeto de desenvolvimento nacional e prioridades em ações internacionais da política externa brasileira. Neste aspecto, elencou-se a análise feita por de Amado Cervo (2011) no que diz respeito às diretrizes, conceitos e principais ações do governo federal desde a eleição que colocou sob a tutela do Partido dos Trabalhadores os rumos da política externa brasileira, em 2003.

---

<sup>10</sup> Infelizmente, não foi possível abarcar precisamente todas as missões internacionais empreendidas, principalmente pela dificuldade de acessar a todas elas, pois boa parte não constava como documento impresso sob a guarda da SDPI. Assim, as missões utilizadas são aquelas a que se teve acesso, a maioria delas, chefiadas pelo governo do estado ou integradas por representante da SEDAI, antigo departamento responsável pelas relações internacionais do estado até 2011, e pela SDPI, que passou a ter esta responsabilidade, no âmbito das relações econômico-comerciais, em conjunto com a ACRI – Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais – instituição também criada em 2011, a qual coube as relações de caráter mais político e institucional. Deve ser considerado o fato de que outras secretarias e departamentos do governo do estado também tem seu histórico de ações internacionais, e que uma pesquisa precisa demandaria um tempo muito maior de busca de dados em cada instituição, porque de fato, até hoje, não houve uma sistemática rígida de organização das missões internacionais do estado. Assim, tivemos de optar pelo material a que tínhamos acesso facilitado, o qual acreditamos ser suficiente para se ter uma dimensão das relações internacionais empreendidas pelo Rio Grande do Sul nas últimas três gestões.

O desenrolar dos dados deste capítulo obedece a uma dinâmica diferente da utilizada no capítulo anterior. O capítulo anterior tem um formato de levantamento bibliográfico da atuação internacional do estado até 2002, a título de fornecer bases para a análise agora proposta. Neste capítulo, propõem-se inicialmente uma abordagem geral sobre as diretrizes e principais ações em política externa da gestão do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, são abordadas as principais ações internacionais dos governos gaúchos de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro buscando identificar se esta atuação internacional obedece a uma lógica de política internacional gaúcha e se a mesma dialoga com o projeto nacional de política externa.

#### **4.1 A Política Externa Brasileira da gestão do Partido dos Trabalhadores**

Sendo a política externa parte integral do projeto de desenvolvimento do país, que por sua vez é estabelecido pelo executivo, é necessário analisar as nuances dadas à política externa sob a gerência do presidente Luís Ignácio Lula da Silva, por duas gestões consecutivas (2003 – 2010), e da atual presidente do país, Dilma Roussef (2011 – 2014). Por se tratar de um mesmo partido político (PT), por mais que possam ser identificadas diferenças na gestão delegadas às personalidades de cada presidente, deve-se considerar que há uma continuidade no projeto de desenvolvimento pensando para o país e, inerente a isto, uma continuidade do projeto pensado para a política externa brasileira, que se materializa em diretrizes e ações específicas.

O PT é eleito no Brasil em uma conjuntura de falência do modelo neoliberal e de busca por soluções que revertissem o quadro de deterioração das condições sociais que caracterizavam o cenário brasileiro. Segundo CERVO (2011), a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, respaldada na filosofia política do Neoliberalismo, apesar do mérito da modernização das plantas industriais do país e do aumento da competitividade da economia brasileira no sistema global, teria deixado um cenário de déficit comercial e endividamento externo, submissão à consensos advindos do centro do capitalismo, obediência às tradicionais regras da governança global traçada pelos países ricos e o sacrifício das relações com os países emergentes em favor das relações com os de primeiro mundo. Assim, o autor coloca que o país estaria em uma posição de perda de poder no cenário internacional.

Porém, ainda na gestão Cardoso há uma transição para uma postura mais autônoma e combativa em política externa, pois os discursos brasileiros nos organismos multilaterais

passam a ser pautados pelo conceito de *globalização assimétrica*, em clara discordância com os rumos da governança global, a qual enveredava por uma via de injustiça e de prejuízos aos países em desenvolvimento. Assim, a gestão do presidente Lula assume um caminho já iniciado pela gestão anterior, de colocar o país nos rumos de uma política externa independente, mas com o mérito de um discurso amplo e bem construído que emerge como contrapoder, respaldando as ações empreendidas pelo Brasil, em conjunto com outros países emergentes, que fazem coro contra as assimetrias globais (CERVO; BUENO, 2011; BARRETO, 2012).

De fato, mudanças concretas na Ordem Internacional demandavam uma postura brasileira ativa que fosse compatível com a aspiração por ser protagonista da construção de uma governança mundial democrática, na qual os países que antes assistiam às negociações e cumpriam as regras do sistema forjado pelos países do centro do capitalismo agora tomassem parte na construção das regras desta governança ao preço da inviabilização do avanço das negociações nos foros multilaterais. Assim, a ação brasileira passa a ser caracterizada pela missão da redistribuição do poder nas relações internacionais e de nelas imbutir componente moral: justiça, democratização da globalização, combate à pobreza e à fome.

Amado Cervo (2001, p 528) cria o conceito de *Estado Logístico* para expressar a estratégia de ação nacional, que consiste: no liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios; na expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras; no reforço de poder para influir sobre o ordenamento global e os regimes setoriais. Assim, a estratégia da internacionalização da economia brasileira, que consiste no estímulo à inserção das empresas brasileiras no mercado internacional, é viabilizada pelo apoio logístico e financeiro, que resulta em uma globalização dos empreendimentos brasileiros expressa no aumento do investimento externo direto do Brasil no exterior, segundo dados da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (CERVO; BUENO, 2011, p.545).

O Brasil põe em prática, nas negociações em organismos multilaterais, o que se cunhou chamar de *multilateralismo recíproco*. No âmbito do GATT/OMC, a formação do G20 se contrapõe ao G8, expressando uma clara rejeição a todo o tipo de tratado de livre comércio assimétrico. As grande economias mundiais travam longo embate, no qual os emergentes fazem coro pela liberalização do mercado agrícola e fim dos subsídios na Europa e nos EUA, ao mesmo tempo em que barganham por meio da não concessão de liberalização do comércio

na área dos manufaturados, cenário que conforma a falência da Rodada de Doha, iniciada em 2001, e que é a expressão clara da exigência da reciprocidade (CERVO; BUENO, 2011)

Nesta conjuntura de inflexão das negociações, as relações com o sul se mostram favoráveis, contrapondo-se aos sacrifícios demandados pelas relações com o norte. Para o Brasil, estas relações se reverterem no aumento do comércio com a China, que passa a ser seu principal parceiro comercial; na intensificação do processo de integração latino-americana; e em um acordo com 22 países em desenvolvimento que institui a redução tarifária do comércio entre os mesmos em 20%. (CERVO; BUENO, 2011, p. 539)

De fato, como aponta Visentini (2008, p. 127), em dezembro de 2005, a balança comercial brasileira registra, até então, o maior superávit de sua história, no valor de 45 bilhões de dólares, 54% deste valor advindo das exportações para países em desenvolvimento.

No âmbito do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil marca presença com o discurso da resolução dos conflitos por meios pacíficos e em espaços multilaterais, condenando iniciativas como a ação preventiva unilateral norte-americana. Reivindica uma ampla reforma no Conselho de Segurança, em razão da falta de representatividade e eficácia apresentada pelo mesmo diante dos conflitos do século vigente. Nesta proposta, apresenta sua aspiração, junto a outros três países que conformam o G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), de que os mesmos sejam somados às cadeiras permanentes da instituição.

Ainda no âmbito da ONU e de outros fóruns multilaterais para discussão de temas globais, a lógica da reciprocidade também é defendida. Os países em desenvolvimento apontam os industrializados como responsáveis pela degradação ambiental e pelas desigualdades, que por sua vez são delegadas, pelos países ricos, à corrupção e incompetência dos governos do hemisfério sul. A bandeira brasileira é a do desenvolvimento sustentável e da reciprocidade em seus efeitos, condenando ações como a de países que não cumprem com as metas de redução de gases poluentes arregimentadas pelo Protocolo de Kioto. Uma solução proposta é a de redução das emissões por meio do auxílio de tecnologias financiadas pelos países ricos aos emergentes. No âmbito da saúde e dos direitos humanos, o país torna-se referência em programas sociais de combate à pobreza e adota uma postura de cooperação com países mais pobres, especialmente os africanos. Na OMC, busca quebrar patentes de medicamentos essenciais. Estas posturas conformam a visão brasileira de que o foco que privilegia a dimensão militar da segurança internacional deve ceder em favor de uma visão que leva em conta uma consonância entre desenvolvimento econômico-social e paz e segurança internacional, pela defesa do ponto de vista de que a fome, por exemplo, pode ser

considerada a mais mortífera das armas de destruição em massa (MRE – Discurso de Presidente Luís Ignácio Lula da Silva na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU, 2003).

Já o termo *inserção globalista* diz respeito à postura brasileira de buscar fortalecer os laços com o maior número possível de nações, blocos e regiões, embora permaneça a ênfase na cooperação com o hemisfério sul. Na gestão Lula, há um aumento de 30% no número de países com representação diplomática brasileira. (CERVO; BUENO, 2011, pag. 530)

A começar pela cooperação no cone sul, as relações com a principal parceira brasileira na região, a Argentina, ficam estremecidas em âmbito comercial, o que certamente se desdobra como entrave para os avanços do MERCOSUL. O desafio se dá no conflito entre as exportações brasileiras de manufaturados e a intenção argentina de reindustrializar-se. Havendo choque de interesse entre os dois países, Cervo descreve as relações entre os mesmos como a de países que “andam lado a lado, mas não de mãos dadas”. (2011, pag. 549-550). Em 2011, quando da posse de Cristina Kirchner, retomam-se os esforços de aproximação, com a proposta de integração nos setores de energia, ciência, tecnologia, defesa, integração produtiva, espacial e nuclear, que resultam na assinatura de 17 acordos bilaterais entre os dois países nas respectivas áreas, o que demonstra uma tentativa de resgatar a aproximação argentino-brasileira (CERVO; BUENO, 2001).

Ainda no âmbito do MERCOSUL, é assinado Acordo para cooperação, proteção e uso do Aquífero Guarani<sup>11</sup>, entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, em 2010. Ocorre tensão nas relações mercosulinas quanto à aprovação da integração da Venezuela, ratificada em um momento em que o Paraguai, principal voto contra esta integração, estava sob sanção no MERCOSUL e, portanto, impedido de votar.

Convém destacar que, como já ocorria na última gestão Cardoso, o discurso mercosulino mesclou-se com o sul americano, e o projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações materializou-se institucionalmente com o Tratado Constitutivo da UNASUL – União das Nações Sul-Americanas – em 2008 (BARRETO, 2012, p.25). Além da promoção da integração econômica, via integração produtiva, energética e de infraestrutura, a organização tem em vista promover a aproximação, em vários âmbitos, das nações sul americanas, se mostrando como oportunidade de fortalecimento político dos países que a conformam, pois a personalidade jurídica conferida à instituição, que tem por metodologia de escolha as decisões por unanimidade e igualitária, fortalece os discursos de seus membros nos foros multilaterais. A organização também tem como propostas a existência de um pólo regional de segurança,

---

<sup>11</sup> É o maior aquífero transfronteiriço do mundo.

que propicie que as resoluções de contenciosos na região obedeçam à dinâmica das resoluções com base em doutrinas sul-americanas.

De fato, a lógica dos tratados com reciprocidade tem sido decisiva para o avanço ou não das tratativas brasileiras com o exterior. Neste sentido, as negociações de aproximação entre União Européia e MERCOSUL para a criação de uma Área de Livre Comércio entre ambos continuam sem avanços, sendo importante observar que estas negociações já ocorrem há 15 anos. No projeto ALCA, as negociações se perpetuam sem avanços.

No âmbito da cooperação Sul-Sul, o grupo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China institucionaliza-se como bloco político em 2007, agregando a África do Sul em 2011<sup>12</sup>, tendo em vista a promoção comercial intra-bloco e a tomada de posições conjuntas nas negociações internacionais, nos assuntos que lhes convenham. O BASIC<sup>13</sup> - Brasil, África do Sul, Índia e China – é um exemplo de cooperação Sul-Sul que reúne autoridades dos países do BRICS para tratar especificamente das questões das mudanças climáticas, a fim de que os países mencionados ajam de forma coordenada no que diz respeito às negociações no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC).

Outro grupo constituído na era PT é o IBAS<sup>14</sup> – Índia, Brasil e África do Sul – com a proposta de aproximação destes países para cooperação em diversos temas, dentre os quais temas sociais como inclusão social e desenvolvimento, que se materializa na celebração de acordos de cooperação nas áreas de comércio, segurança, energia, saúde, tecnologia, etc.

Outros exemplos do modelo de inserção globalista do Brasil que conversam com o projeto de cooperação sul-sul dizem respeito às iniciativas para a aproximação com o Caribe, por meio da promoção do diálogo com o SICA – Sistema de Integração Centro Americana, intensificadas a partir da criação da CELAC – Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos<sup>15</sup> – em 2010, e com a África, por meio das inúmeras visitas e das iniciativas de cooperação em vários âmbitos a que o Brasil procurou privilegiar, como é o exemplo da CPLP<sup>16</sup> – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

<sup>12</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics> Acesso: 20/07/2014.

<sup>13</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-ministros-do-brasil-africa-do-sul-india-e-china-basic-sobre-mudanca-do-clima-brasilia-20-e-21-de-setembro-de-2012> Acesso: 20/07/2014.

<sup>14</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas> Acesso: 20/07/2014.

<sup>15</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac> Acesso: 20/07/2014.

<sup>16</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp> Acesso: 20/07/2014.

Ainda outro exemplo desse estilo de conduta brasileiro são os esforços de aproximação com os países árabes. Como exemplo material deste esforço pode-se elencar a criação da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA)<sup>17</sup>, que reuniu em Brasília, no ano de 2005, 22 países árabes e 11 países latino-americanos. O ASPA seguiu tendo continuidade, com novas reuniões da cúpula em 2009 (Doha, Catar) e em 2012 (Lima – Peru), ocasiões na qual também foram realizados foros empresariais para promoção do comércio entre os países. No que diz respeito à Ásia, além das relações próximas com a China e das estáveis relações com o Japão, o Brasil tem procurado estimular a aproximação gradual com países asiáticos via cooperação MERCOSUL – ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático)<sup>18</sup> desde 2007, com caráter predominantemente comercial.

Cervo aponta que os dias atuais são de crise do multilateralismo, o que se comprova nas observações já feitas neste trabalho tanto sobre as tratativas globais nos foros multilaterais como nas tratativas multilaterais intra-blocos. Como observa, o mundo da globalização tornou o bilateralismo caminho vital para a realização dos interesses nacionais, em resposta a tendência ao declínio do multilateralismo e da integração (2011, pag 560). De fato este é um momento em que o bilateralismo tem trazido respostas mais imediatas nas relações internacionais, o que se coloca como um desafio para as concepções e ações a que o país tem dado preferência.

Assim, se não há avanço das negociações no âmbito da ALCA, as relações bilaterais com os EUA avançaram para a assinatura de Acordos de Cooperação Tecnológica para a produção e comercialização de etanol e outros combustíveis, bem como acordos de cooperação militar, embora não se possa negar o hiato político dessas relações, endossado pela desavença diplomática em decorrência do escândalo de espionagem, que estremeceu as relações entre os países e provocou a não ida da presidente Dilma Rouseff aos EUA, além de seu discurso na ONU, que tornou o Brasil protagonista de um movimento pela privacidade como parte da defesa pelos direitos humanos, bem como pela criação de um Marco Jurídico que dirima sobre a governança global na internet.<sup>19</sup>

Em contrapartida estreitou-se a parceria estratégica sino-brasileira, não só no âmbito comercial – no qual a China se tornou a principal parceria econômica do país, posição antes

---

<sup>17</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa> Acesso: 20/07/2014.

<sup>18</sup> Informações disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/08/22/cooperacao-mercosul-asean> Acesso: 20/07/2014.

<sup>19</sup> FONTE: MRE – Discurso da Presidente Dilma Rouseff na Abertura do Debate Geral da 68ª Assembléia Geral das Nações Unidas, 2013.

ocupada pelos EUA – mas também no âmbito da coordenação de posições em políticas multilaterais. Em (des)compensação, apesar da aproximação fomentada pela criação do BRIC, as relações bilaterais com a Rússia e Índia ainda estão aquém do real potencial (CERVO; BUENO, 2011).

Apesar do arrastar das tratativas entre União Européia – MERCOSUL, a cooperação técnica bilateral entre Brasil e países europeus tem se intensificado. Com a Alemanha, principal parceira comercial do bloco europeu, o país renovou o acordo nuclear. Também há registrada aproximação bilateral com Portugal e Espanha, e o Brasil se tornou o principal destino de investimentos destes países. Certamente as relações bilaterais muito se multiplicaram em decorrência da intensificação do próprio processo de globalização, porém não cabe neste trabalho tratar de todas elas.

De fato, a política externa brasileira tem optado por remar contra a maré internacional dos últimos anos com respeito à falência dos foros multilaterais e à inércia das integrações, bem como tem buscado uma inserção internacional mais autônoma, como apontam todas as iniciativas e discursos inaugurados desde a posse da gestão PT. Porém, uma avaliação mais equilibrada desta política, que não se atenha às preferências partidárias e às convergências ideológicas, será papel para análises de sujeitos que tenham consigo a vantagem do distanciamento histórico, que certamente se apresenta como uma dificuldade para a análise feita neste trabalho.

## **4.2 As Relações Internacionais Gaúchas: agendas internacionais executadas e seu diálogo com a esfera federal de 2003 a 2013**

Como já apontado na introdução do capítulo, a partir deste ponto são abordadas as principais ações internacionais dos governos gaúchos de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro buscando identificar se esta atuação internacional obedece a uma lógica de política internacional gaúcha e se a mesma dialoga com o projeto nacional de política externa.

### **4.2.1 A Gestão de Germano Rigotto: Proximidade com a agenda internacional brasileira para promoção dos negócios gaúchos.**

A gestão do Governador Germano Rigotto<sup>20</sup> (2003 a 2006), que sucede a gestão de Olívio Dutra, manteve a estrutura da SEDAI – Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, e pode-se dizer que a mesma foi intensa em suas relações internacionais. Um documento a que se teve acesso registrava que somente a SEDAI teria empreendido 14 missões ao exterior, sendo que 9 destas teriam contado com a presença do governador. Além das missões, o estado participou de pelo menos 32 feiras internacionais no Brasil e 11 no exterior<sup>21</sup>, o que demonstra uma preocupação em dar continuidade ao Programa de Apoio à participação de empresas Gaúchas em Feiras Internacionais, criado na gestão de Olívio Dutra. Essas ações estavam em compatibilidade com o Programa Exporta – RS<sup>22</sup>, criado pela gestão Rigotto.

O governo de Germano Rigotto dedicou maiores esforços à promoção comercial do estado. Além das missões empreendidas e das participações em feiras, operava com um programa para exportações, criado através do Decreto nº 42.605<sup>23</sup> (28/10/2003), com metas e mercados estabelecidos. Os setores apoiados eram os de maior potencialidade no Estado – calçados, alimentos, Tecnologia da Informação, máquinas e equipamentos, móveis, entre outros. Criou também a Sala do Exportador, um espaço físico e virtual de atendimento aos exportadores gaúchos, em parceria com a BM&F Bovespa, o Sebrae/RS, o Correios & Telégrafos, o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros e o Banco do Brasil. Todos estes parceiros tinham postos de atendimento na Sala do Exportador. A gestão também procurou manter as redes de negócios já existentes funcionando e deu continuidade a interiorização do Trade Point, instalando as unidades de Bento Gonçalves e Canela.

Apesar de todas as iniciativas para promoção das exportações gaúchas, é destacado o fato de o desempenho econômico do estado ter sido condicionado negativamente por uma das maiores secas já registradas. A questão da seca, somada aos impactos do cambio, teria prejudicado as exportações, trazendo um resultado de não crescimento de seus indicadores.

---

<sup>20</sup> Gestão do PMDB.

<sup>21</sup> No Brasil, as feiras ocorreram nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Teófilo Otoni (MG), Ribeirão Preto (SP) e Fortaleza (CE) No exterior, ocorreram na Alemanha (nas cidades de Hannover e Köln), Argentina (em Buenos Aires), China (em Xanghai e Hong Kong), França (em Paris) e EUA (em High Point).

<sup>22</sup> O Programa tinha como objetivo inserir as empresas gaúchas no comércio internacional através da estruturação e integração de redes de informação comercial, promoção de feiras, missões e encontros de negócios, e da formação de sistemas de orientação aos exportadores. Como instrumento de apoio do programa foi criada a Sala do Exportador, que por sua vez operava o Portal do Exportador. Ambos atendiam usuários via discagem direta gratuita ou via internet, disponibilizando acesso a diversas bases de dados difusoras de oportunidades de negócios aos exportadores. Em conjunto com o mesmo, o Programa Redes de cooperação foi criado para promover e estimular redes de cooperação entre empresas, bem como arranjos produtivos locais (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2006, pag. 60).

<sup>23</sup> Decreto disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2003all/112003/icmstados/dec42605.pdf>  
Visualização: 30/07/2014.

Em nível nacional, o ano de 2005 registrou uma redução de aproximadamente 5,23% na safra de grãos. No Rio Grande do Sul, o Valor Adicionado Bruto (VAB), que é um indicador de desempenho econômico setorial, teria registrado um recuo de 15,2% na agricultura do estado. Apesar das dificuldades mencionadas, o estado teve posição de terceiro maior exportador do país no ano de 2005, participando no comércio exterior brasileiro com 8,8% das exportações registradas em nível nacional. (Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, ano 2006, p. 15, 16, 17, 22 e 23).

Na Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa de 2006, a atração de investimentos é mencionada como estratégica e eixo de atuação do executivo. Neste sentido, contabilizou-se a soma de 240 empreendimentos atraídos para o estado que gerariam cerca de 25 bilhões de reais e 48 mil empregos diretos. O resultado do trabalho por atração de investimentos teria atraído empreendimentos em infraestrutura nos setores de energia – que teria perspectiva de impacto de diminuição da energia importada pelo estado de 40% para 15% e de transportes – no qual teriam sido empreendidas obras de construção e pavimentação de estradas e de modernização do porto de Rio Grande. O investimento em infraestrutura pode contar com recursos do BID e do JBIC. (Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, ano 2006, p. VI e VII)

A atração de investimento pode colaborar com a política do governo de combate às desigualdades regionais do estado, pois empresas como Votorantim Celulose e Papel, Aracruz Celulose, StoraEnso, Tanac e Bialhini foram atraídas para essas regiões. Esta política seria resultado do projeto Rumos 2015, ao qual a gestão Rigotto intitula como “o maior estudo sobre desenvolvimento regional e logística já realizado no Rio Grande do Sul”. Neste sentido, o Governo do Estado em parceria com o Banrisul teria negociado junto ao Banco Mundial o financiamento de projetos de investimento em promoção do desenvolvimento regional no estado. (Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, ano 2006, p. VIII)

Sobre as relações institucionais com a esfera federal, havia bom diálogo com o Itamaraty e várias ações eram desenvolvidas em conjunto. O Itamaraty prestava um papel de conselheiro em muitas ações, assim como já vinha acontecendo desde a instalação do ERESUL no estado na gestão de Antônio Britto. A Subchefia de Assuntos Federativos só iniciou suas atividades em 2008, portanto não há como relacioná-la à gestão estadual deste período. Havia ainda forte articulação com as agendas da Apex-Brasil, com parcerias na promoção comercial em feiras internacionais. O próprio MDIC era parceiro na Sala do Exportador, havendo uma interação permanente entre ambas as instituições.

A proximidade institucional/burocrática não necessariamente representa alinhamento político e similitude de visão a respeito da política internacional a que se tinha em vista. O governo Germano Rigotto constitui-se de uma coligação PMDB/PSDB<sup>24</sup>, ou seja, de partidos de oposição histórica em relação ao partido que a pouco tinha assumido a gestão federal, o PT.

O Plano de Governo da gestão Rigotto mostra com clareza a visão política e macroeconômica que guiaria suas ações. Os elogios à estabilidade econômica trazida pelo Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, a concordância com o desmonte do aparato protecionista levado a cabo pelo Governo Itamar Franco, a consonância com a visão de que a nova conjuntura que se instaurou nos anos 1990 demandava não só uma revisão das premissas das políticas fiscal, cambial e monetária, mas também do próprio modelo de desenvolvimento do país, são afirmações que demonstram um alinhamento com discursos que cabem mais, na esfera federal, à gestão de Fernando Henrique Cardoso, por seu teor liberal. (PLANO DE GOVERNO, 2003 A 2006, p. 13)

Porém, apesar do não alinhamento político-ideológico, na prática a gestão percebia uma postura brasileira de busca por melhorar suas contas externas, através de uma estratégia que combinava fomento à expansão das exportações e à aceleração do processo de resubstituição de importações, via atração de investimentos. Nesta mesma lógica, seria projeto do governo Rigotto aproveitar as oportunidades criadas pela estratégia nacional mencionada. No âmbito do fomento às exportações, considerando a importância do setor de exportações para as rendas do estado, certamente a priorização do governo brasileiro a este setor representaria ganhos significativos para as duas esferas (Plano de Governo, 2003).

Assim, no âmbito econômico das relações entre esfera federal e estadual parece haver um clima de cooperação, principalmente porque havia interesses coincidentes. Porém, as parcerias internacionais priorizadas obedecem a lógicas diferentes. No estado, a lógica obedecida é mais econômica/comercial. Na esfera federal o país passou a reger suas parcerias pela lógica da inserção globalista e do multilateralismo recíproco, conceitos cunhados por Amado Cervo (2011), buscando intensificar as relações com outras regiões do globo, embora não tenha deixado de lado seus antigos parceiros.

---

<sup>24</sup> PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

De fato, na gestão Rigotto, Estados Unidos e União Européia mantiveram posição de principais parceiros comerciais do estado, absorvendo 18,7% das mercadorias<sup>25</sup> gaúchas enviadas ao exterior. As exportações<sup>26</sup> para o mercado asiático registraram em 2005 uma queda de 17,6% em relação ao ano anterior, como impacto da diminuição das exportações para China e Japão. Já em relação às exportações<sup>27</sup> para o MERCOSUL, ocorreu um avanço de 20,6% de participação deste mercado como destino das exportações gaúchas. (Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa, ano 2006, p. 23).

Certamente o critério de escolha dos destinos das missões internacionais levava mais em conta os dados econômicos e as questões relacionadas aos convênios de cooperação internacional que a gestão julgava mais importantes, bem como mercados que intencionavam atingir. As missões internacionais respectivas à gestão Rigotto tiveram como destino países do continente americano (Argentina, Uruguai e EUA), do continente europeu (Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda, França, Itália e Vaticano), e do continente asiático (Emirados Árabes Unidos, China, República da Coreia e Japão).

O estado empreendeu pelo menos duas missões internacionais aos EUA (2003 e 2005). Foram missões para promoção de negócios internacionais, com ampla agenda de visitas a empresas norte-americanas<sup>28</sup>, e cujo objetivo maior foi atrair a empresa Wabtec Railway Electronics para o estado e fechar uma parceria com a empresa West Central Soy, em concordância com o Programa Gaúcho de Biodiesel – ProBiodiesel –RS. De fato, as relações econômicas entre Brasil e EUA deste período se davam muito em função da cooperação na produção de combustíveis. Os documentos desta missão registram que há um Programa Brasileiro de Biocombustível – PROBIODIESEL, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Há registros de uma continuidade, na gestão Rigotto, de relações com a Província de Quebec (Canadá), que teria sido estabelecida na gestão de Olívio Dutra, mas não se teve acesso a informações mais aprofundadas sobre esta relação, portanto não se conseguiu confirmar se houve ou não missão ao país.

---

<sup>25</sup>Os produtos enviados a este parceiros neste período eram: calçados, fumos, tratores, produtos químicos orgânicos, couro, produtos de couro, móveis de madeira e borracha, carne de frango, polietileno, torta de soja, condensadores, colheitadeiras, dentre outros.

<sup>26</sup>Os produtos direcionados ao mercado asiático neste período eram: fumo, carne de frango, torta de soja, soja em grão, óleo de soja em bruto, celulose, dentre outros.

<sup>27</sup>Para o MERCOSUL, neste período o estado exportava máquinas agrícolas e suas partes, óleo diesel, plásticos, produtos químicos orgânicos, adubos/fertilizantes, carne suína, fibras sintéticas, calçados, etc.

<sup>28</sup> Wabtec Railway Electronics, Dell Computers, Unidade de Biodiesel da West Central Soy, Flextronics, Seagate, Nanya, Maxtor, Micron, Celestica.

No que diz respeito às relações com o continente europeu, o estado empreendeu, em verdade, duas missões multilocais. A primeira, em 2003, contemplava Espanha, Holanda e Alemanha. A segunda, que ocorreu em 2004, foi direcionada à Bélgica, Holanda e Alemanha. Os documentos das missões destacam seu foco na atração de novos investimentos, principalmente nos setores de infraestrutura, e no incremento das relações comerciais, culturais e de cooperação científica e tecnológica com órgãos governamentais e entidades públicas e privadas dos países visitados.

Na Espanha, foi firmado contrato com a empresa INTECSA-INARSA, com investimento em mais de um milhão de reais na área de saneamento ambiental e viabilidade de rede de esgoto para municípios gaúchos. Outras empresas espanholas foram visitadas com o mesmo fim de lograr parcerias de investimento na área de infraestrutura, transporte, saneamento e processamento de resíduos sólidos. O Banrisul e a seguradora espanhola Mapfre negociaram parcerias para inserção da mesma no mercado gaúcho. O estado demonstrou interesse na participação de empresas espanholas na construção de usinas térmicas de gás, carvão e eólicas, parte do projeto de infraestrutura na área de energia da gestão Rigotto. Foi celebrado protocolo de intenções entre a empresa Ecotecnia e o governo do estado para a Implantação de uma Fábrica de Aerogeradores no estado. Também foram celebradas uma infinidade de declarações de interesse de cooperação financeira, acadêmica, técnica e cultural com universidades, setores do governo, bancos e empresas espanholas.

Na Holanda o estado cumpriu agenda de visitas a empresas do setor de produção de madeiras, do setor de construção em série de casas populares, do setor de saneamento básico e do setor de financiamento de projetos holandeses no exterior. Também se tratou, junto ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente da Holanda a política holandesa e mundial sobre créditos de carbono e seus critérios de investimentos em projetos ambientais. Também travou-se contato para cooperação nos setores de Navegação Fluvial e Indústria Naval com o Porto de Roterdã. Neste sentido, foram celebrados contratos com empresas holandesas para a construção de uma Plataforma Logística Multimodal no Rio Grande do Sul.

Na Alemanha, junto ao Banco KfW pleiteou-se o financiamento de dois projetos específicos para o estado: um dizia respeito ao Sistema de Proteção Contra Inundações da Cidade de Cachoeirinha/RS, e o segundo era direcionado à construção de um Anel Ferroviário Metropolitano. Junto ao Banco Alemão LBBW, negociou-se a possibilidade de financiamento de projetos de exportação e importação de produtos por empresários alemães. Com a empresa

alemã STEAG, após três anos de negociações, foi assinado o Protocolo de Intenções para efetivação do Projeto Seival, que dizia respeito à implantação de uma usina termelétrica a carvão em Candiota, RS.

Como foi dito, o estado retornou à Alemanha e à Holanda em 2004, estendendo a missão também à Bélgica. Esta missão foi de responsabilidade da Secretaria de Minas e Comunicações do estado. Na ocasião, foram firmados acordos diversos, dentre os quais protocolos de intenções com empresas belgas e alemãs nas áreas de geração de energia que beneficiavam a conclusão das obras da Usina Termelétrica de Jacuí e a continuidade operacional da Usina de Charqueadas, e visavam projetos futuros de cooperação técnica nos setores de geração de GNC – gás natural, energia eólica, energia solar e biodiesel. Estas iniciativas estavam em concordância com o Protocolo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério de Meio Ambiente-Proteção à Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha e o Ministério de Minas e Energia do Brasil.

Com a Holanda, as tratativas estavam direcionadas ao Mercado de Créditos de Carbono em acordo com o Protocolo de Kioto, ratificado pelo Brasil. Este mercado gerava oportunidades de investimentos de empresas holandesas no estado a fim de que cumprissem suas metas de redução de emissão de poluentes e de aplicação de recursos financeiros em projetos de produção de energias renováveis. Também foi travado diálogo com empresas holandesas para investimentos no setor de reciclagem com produção de energia.

As missões à França (2004) e à Itália e Vaticano (2005) foram compostas de agendas mais caracterizadas por participação em eventos e formalidades. Na missão à França, o governador do estado participou da Inauguração da exposição de anúncios premiados e entrega de troféus “Galo de Gramado”, da Edição Paris de Festival Mundial de Publicidade de Gramado. Na missão à Itália e ao Vaticano, o vice-governador do estado, Antônio Hohlfeldt, e uma comitiva empresarial do ramo de radiodifusão participaram de encontros e seminários com segmentos da Comunicação, Tecnologia e Cultura italiana. Na ocasião também foi celebrado os 130 anos de Imigração italiana para o Rio Grande do Sul, e o vice-governador proferiu palestras sobre a importância da imigração italiana para o desenvolvimento sócio-econômico do estado. O vice-governador também teria visitado à Região de Vêneto, com a qual o estado tem Protocolo de Fraternidade e Colaboração<sup>29</sup> desde 2001.

---

<sup>29</sup> O protocolo foi assinado na gestão de Olívio Dutra.

No que diz respeito à Argentina, pelo menos quatro missões internacionais foram efetuadas ao país. Em uma delas<sup>30</sup> ocorreu a assinatura de um Protocolo de Intenções entre empresas gaúchas e a empresa argentina Latinoamericana Aviación. Esta parceria empresarial, que vinha sendo dialogada antes da celebração do protocolo, resultou no Projeto Dumont, cuja execução materializou-se na instalação de uma fábrica de aviões agrícolas no estado, a Dumont RS Indústria Aeronáutica Ltda.

A importância dada pelo estado à Argentina estava muito ligada à importância comercial desta parceria. De fato, como demonstram os documentos da missão, o estado na época era o maior estado exportador do país para a Argentina, bem como o segundo maior importador. Porém, os mesmos documentos permitem observar uma preocupação por parte dos gestores da SEDAI em saber o que estava sendo tratado entre Brasil e Argentina, pois está documentada a reunião<sup>31</sup> em Brasília, dos presidentes Lula e Eduardo Duhalde, em 2003, bem como as ações<sup>32</sup> do MDIC e da Apex – Brasil junto ao país.

Também encontrou-se registros de intercâmbio entre o estado e as províncias argentinas de Córdoba, Corrientes e Misiones. Em uma visita, ocorreu a assinatura de acordo de criação de uma comissão tripartite para a implantação da Usina Hidrelétrica de Garabi.

O Rio Grande do Sul tem um histórico intenso de relações com o Uruguai. Aliás, muito da história das duas localidades é uma história em comum, e o fato de toda a fronteira entre Brasil e Uruguai estar localizada no estado tem um peso muito grande na agenda internacional gaúcha para com este país. Por exemplo, em 2003, o governo estadual, junto à ampla comitiva empresarial<sup>33</sup>, visitou o país em razão da participação na III Reunião de Alto Nível sobre a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil- Uruguai.

Nos documentos da missão constam informações sobre a importância comercial do país para o estado do Rio Grande do Sul<sup>34</sup> e notícias do período sobre as relações políticas<sup>35</sup> e

---

<sup>30</sup> Não se teve acesso a documentos das outras missões ao país.

<sup>31</sup> Oportunidade na qual os presidentes dos dois países “reafirmaram a determinação de aprofundar a aliança estratégica entre ambos os países, de estendê-la a novos campos e de transformá-la em motor da integração da América do Sul” (MRE, Comunicado Conjunto à Imprensa, 14 de janeiro de 2003).

<sup>32</sup> O MDIC e a Apex – Brasil efetuaram missão à Argentina em 2003 com o objetivo de ampliar suas vendas para o país, que teriam sofrido regresso em cerca de um bilhão de dólares (Estado de São Paulo, 2003).

<sup>33</sup> A comitiva era composta por representantes da FIERGS, FARSUL, FEDERASUL, FECOMERCIO, FCDL, IRGA, Fedearroz, Sinduscon, MOVERGS, ETC., que foram ao Uruguai para participar de rodadas de negociações.

<sup>34</sup> Na época, o Rio Grande do Sul era o segundo estado brasileiro em volume de exportações para o Uruguai. Em contrapartida, o Uruguai era o segundo maior parceiro do estado no Mercosul.

<sup>35</sup> Por exemplo, registra-se a ocasião em que Lula recebeu o presidente Uruguiaio e na qual celebraram as boas relações entre os países e reiteraram a importância da efetivação de projetos de integração física e das cadeias produtivas na América do Sul (MRE – Comunicado à Imprensa, 12 de maio de 2003).

comerciais entre Brasil e Uruguai. De fato, as tratativas bilaterais tiveram avanços<sup>36</sup> significativos em 2002, quando Brasil e Uruguai celebraram o Acordo binacional Brasil-Uruguai, que criava uma nova agenda<sup>37</sup> de cooperação para as regiões de fronteira. Evidentemente, uma agenda de cooperação fronteiriça demandaria uma predisposição gaúcha a cooperar. Assim, a gestão de Germano Rigotto correspondeu em acordo com a nova agenda celebrada a nível binacional<sup>38</sup>.

O Rio Grande do Sul recebeu visita oficial do presidente do Uruguai em junho de 2003, ocasião na qual estabeleceram compromissos equivalentes àqueles mencionados na nova agenda de cooperação e desenvolvimento fronteiriço Brasil-Uruguai. Por exemplo, celebraram o Protocolo de cooperação técnica para estudar o potencial eólico do Departamento de Cerro Lago, nas localidades de Arbolito e Puntas Muniz, tendo em vista construção de parques de geração de energia eólica, o que concorda com o compromisso brasileiro da integração produtiva com os países do MERCOSUL.

De fato, tanto nas relações com o Uruguai quanto nas relações com a Argentina, é possível identificar a ligação destas relações com o projeto mercosulino, e os estado procurou participar de várias ações no âmbito do MERCOSUL, como do projeto de criação de Escolas Binacionais Fronteiriças, das reuniões da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil – Uruguai, etc. Também participou de reuniões do Comitê de Rotas de Integração da América do Sul (CRIAS).

Houve também um agenda intensa de missões à Ásia, com a clara intenção de promover os negócios gaúchos a novos mercados, assim como atrair investimentos dos mesmos. Foi executada missão aos Emirados Árabes Unidos em 2003. Não se teve acesso a documentos desta missão, mas pelos demais dados a que se tem acesso pode-se dizer que esta visita está relacionada aos negócios na área de tecnologia da informação.

---

<sup>36</sup> Também a legislação dos cidadãos fronteiriços foi aprovada no Uruguai, e o Brasil se comprometeu com este direito. Em 2003, o Senado aprovou a construção da ponte ligando as cidades de Jaguarão (Rio Grande do Sul) e Rio Branco, no Uruguai, também em conformidade com a nova agenda de cooperação.

<sup>37</sup> A agenda tinha como estratégia de consolidação a formação de grupos de trabalho em diversas áreas de interesse binacional: Saúde, Meio Ambiente e Saneamento, Cooperação Policial e Judicial, Educação. A agenda também previa projetos técnicos: Projeto de energia eólica; Projeto de desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão; Projeto de construção de ponte sobre o rio Jaguarão e de recuperação da Ponte Barão de Mauá; Projeto de Sistema de Saneamento Integrado na Fronteira Uruguai – Brasil (Aceguá – Aceguá) e de Recuperação Ambiental do Ecossistema do Arroyo de la Mina; Projeto Pró-Rio Uruguai – Aquífero Guarani; Projeto Integrado de fronteira em defesa sanitária animal; Projeto de Incentivo à construção de moradias em mutirão; Projeto de desenvolvimento do Turismo Cultural e ; Projeto de cooperação na área de ciência e tecnologia.

<sup>38</sup> Na Mensagem à Assembléia Legislativa de 2006 (pag. 92) consta que teriam sido promívidos seminários para definir, nos níveis federal, estadual e municipal, estratégia brasileira tendo em vistas a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Binacional Brasil-Uruguai, a ser apresentando à parte uruguaia.

Uma grande<sup>39</sup> missão à China ocorreu em 2004. Certamente o estado passou a identificar na China grandes possibilidades de intercâmbio comercial<sup>40</sup>. É importante salientar que a missão gaúcha convergiu com uma missão comercial brasileira<sup>41</sup> organizada pela Apex-Brasil e liderada pelo MDIC, e os empresários gaúchos puderam participar da programação desta missão, que incluía rodadas de negociação, seminários sobre oportunidades de negócios e aspectos culturais, visitas técnicas, etc.

Na ocasião da visita à China, o estado inaugurou um espaço em Xangai, no escritório da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). A intenção do espaço seria funcionar como uma base de operações para os empresários gaúchos que tivessem o interesse de lançar seus negócios na China. Outras ações de resultado para o estado foram: a venda de dois modelos de aviões fabricados no Rio Grande do Sul pelo Aeromot ao grupo China National Aviation Industry, além da assinatura de parceria entre ambas as empresas para produção de aviões com peças importadas da China; foram firmadas agendas de visitas de empresas chinesas ao estado, como a Shanghai Anxin Flooring, uma das maiores empresas do setor de plantio, extração de madeiras e produção de pisos do material; os empresários gaúchos reuniram-se com empresários brasileiros que já operavam no mercado chinês; travou-se contato com empresas chinesas<sup>42</sup> das áreas de infra-estrutura em energia e transporte; foi assinado um documento binacional que garantia a livre entrada da soja brasileira na China, ocasião na qual o estado teve papel ativo; ocorreu a assinatura do protocolo de intenções para implementação do projeto CTSUL - da usina termoelétrica de Cachoeira do Sul – entre o estado e a empresa chinesa China National Heavy Machinery Corporation, garantindo atração de investimento no setor de infra-estrutura e energia.

---

<sup>39</sup> Os documentos da missão apontam ampla comitiva: comitiva oficial, institucional-empresarial, comitiva de apoio governamental, comitiva empresarial, comitiva jornalística e comitiva de apoio logístico, somando um total de 60 pessoas.

<sup>40</sup> Fica claro nos documentos da missão a percepção do estado de que a China tinha tudo para se tornar uma das mais importantes parcerias econômicas: primeiro por ser uma potência econômica com crescimento médio anual de 8% nos últimos 10 anos (até 2004) ; segundo, porque as exportações do RS para a China tinham aumentando 355,8% enquanto a corrente de comércio aumentou 266% na comparação dos períodos de janeiro a abril de 2004 em relação ao mesmo período do ano anterior; terceiro, porque para o mesmo período as importações gaúchas advindas da China tinham tido um incremento de 49,8% , fazendo com que a China se tornasse o terceiro maior mercado importador da pauta gaúcha naquele ano.

<sup>41</sup> Nos documentos da missão consta que o resultado material da missão brasileira à China foi de cerca de 462 milhões de dólares fechados em negócios futuros, que representaram a inserção de mais de 100 empresários brasileiros no mercado chinês, principalmente no setor de alimentos. Neste nicho de oportunidades, acredita-se que o estado do Rio Grande do Sul pode se inserir.

<sup>42</sup> As empresas: CNTIC Trading, China National Heavy Machinery Corporation, China Civil Engineering Construction Corporation, etc.

As missões internacionais à República da Coreia e ao Japão (2005) integraram uma missão oficial brasileira para os mesmos destinos, em resposta ao convite do presidente Luís Ignácio Lula da Silva.

Como preparação para a missão, no início do mês de maio a SEDAI, em parceria com o SEBRAE e com a FIERGS promoveu o Seminário Oportunidade de Negócios Brasil-Japão<sup>43</sup>, sob elaboração do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – Secretaria de Comércio Exterior (MDIC-SECEX) e do Japan International Cooperation Agency (JICA).

Nos documentos da missão constam serem os principais objetivos da mesma o incremento das relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e os países visitados; a aproximação entre o estado e a Cidade Metropolitana de Incheon (República da Coreia), com a finalidade de estreitar o intercâmbio comercial e técnico; a prospecção e o encaminhamento de possibilidades de inserção do estado nas oportunidades geradas a partir do Protocolo de Quioto; o estreitamento das relações entre o estado e a Toyota Motor Corporation; a comemoração do 25º aniversário do Acordo de fraternidade entre Shiga (Japão) e o estado, visando a expansão da cooperação já estabelecida para a área comercial; o convite às autoridades japonesas para participarem das comemorações dos 50 anos de imigração japonesa para o Rio Grande do Sul, no ano de 2006.

Entre os resultados da missão estão: o acertamento de cooperação técnica via visita ao estado da empresa coreana Corn Pulp and Paper Inc – CP&P Co.,Ltd, da área de celulose; o incremento das relações entre o estado e a Cidade Metropolitana de Icheon; a prospectação do estado como possível destino para as empresas coreanas Hyundai, LG e Samsung, as quais no momento estudavam destinar investimento ao Brasil; abriu-se nova vertente comercial com a província irmão de Shiga (japonesa); e as tratativas para futuros projetos em parceria com o JBIC – Japan Bank for International Cooperation e o JETRO – Japan External Trade Organization.

---

<sup>43</sup> O Seminário foi parte do Programa EXPORTA RS, cujo objetivo era apoiar a inserção das empresas gaúchas no comércio internacional via estruturação e integração de redes de informação comercial, da promoção de feiras e missões e da formação de sistema de orientação e capacitação com ênfase no desenvolvimento de estratégia exportadora e prospecção de mercados. Assim, o programa visava promover uma integração efetiva do conjunto de organismos públicos e privados que atuavam nos campos do fomento empresarial, a fim de possibilitar parcerias que otimizassem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento. Mais informações disponíveis em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.desenvolvimento.gov.br%2Farquivo%2Fsecex%2Fdesproducao%2Fproexportacoes%2Farqporalegre%2Fprograma.doc&ei=0zHFU-6iOfTLsQSxroHQBQ&usg=AFQjCNEQFO\\_qJzaj6FOIBKdDzOmlZA9SQ&bvm=bv.70810081,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.desenvolvimento.gov.br%2Farquivo%2Fsecex%2Fdesproducao%2Fproexportacoes%2Farqporalegre%2Fprograma.doc&ei=0zHFU-6iOfTLsQSxroHQBQ&usg=AFQjCNEQFO_qJzaj6FOIBKdDzOmlZA9SQ&bvm=bv.70810081,d.cWc) Acesso 17/07/2014.

As autoridades gaúchas reuniram-se também com as autoridades de Shiga e puderam celebrar os laços de fraternidade entre as duas localidades. Em síntese, a missão não teve resultados imediatos para o estado, mas foi uma oportunidade de divulgar a economia e cultura gaúcha e lançar bases para futuras parcerias.

Entre os documentos da missão estavam arquivados discursos do presidente Lula na República da Coréia e no Japão. Os mesmos reforçavam a política externa brasileira de cooperação com os países do Sul, que consistia na busca por estreitar os laços com a África, o mundo Árabe e a Ásia, além da cooperação latino-americana, mas que resguardava as boas relações brasileiras com países desenvolvidos. Assim, Lula menciona a percepção brasileira de que há uma nova geografia econômica e comercial, que se traduz em oportunidades concretas que não haviam sido exploradas até então e que não são concorrentes com as boas relações que o país pretendia manter e aprofundar com as nações desenvolvidas.

De fato, a participação ativa do estado nestas novas empreitadas econômicas brasileiras demonstram uma percepção da gestão de Germano Rigotto de aproveitar as oportunidades criadas, a nível nacional, para o estado. Assim, o que se pode concluir desta gestão é que sua agenda externa teve relativa consonância com a agenda executada a nível nacional. O que se quer propor com a expressão “relativa consonância” é o fato de que a agenda gaúcha não entra em desacordo com a brasileira, mas também não parece haver um propósito de atuação que tenha em vista que suas relações internacionais estejam em conformidade com o projeto nacional de política externa.

Não se pôde aferir das informações a que se teve acesso que haveria um planejamento consistente de política internacional por parte do estado neste período. A agenda internacional do estado não tem como pano de fundo questões ideológicas, mas sim obedece à lógica da política comercial pensada pelos gestores em poder, que por sua vez responde às necessidades que o plano de desenvolvimento econômico do estado tinha em pauta, como por exemplo, atrair investimentos em infra-estrutura no setores de transporte e de energia. Em relação à esfera federal, boa parte das missões empreendidas pelo estado foram respostas a convites de missões brasileiras, e há uma clara predisposição a cooperar com as mesmas, aproveitando as oportunidades geradas pela agenda externa nacional ao estado. Mesmo assim, essa predisposição a cooperar que demonstra um diálogo fluente entre as duas esferas não é suficiente para aferir que haja uma política externa federativa no Rio Grande do Sul vinculada ideologicamente à política externa brasileira.

#### 4.2.2 A Gestão de Yeda Crusius: A priorização das relações com o hemisfério norte para atração de investimentos.

A gestão de Yeda Crusius (2006 a 2010)<sup>44</sup> também foi intensa em suas relações internacionais, embora se tenha tido, a princípio, uma visão contrária a esta pelo não comparecimento da governadora na maioria das missões internacionais do período, o que pareceu dar menor destaque a estas ações internacionais. Assim, apesar do grande número de missões internacionais registradas – pelo menos 29 só no âmbito da SEDAI –, a governadora teria comparecido a apenas quatro delas<sup>45</sup>, e este fator teve impacto negativo a respeito das potencialidades de resultado das ações internacionais do estado.

A gestão procurou dar continuidade a programas inaugurados por gestões anteriores, como o programa Exporta RS e a Sala do Exportador, o Programa de Redes de Cooperação e o Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais, que teria sido revitalizado por esta gestão, tendo em vista que no governo anterior o orçamento havia sido reduzido para 20% do valor da gestão que o implementou. Ao final do Governo os recursos haviam retornado aos patamares originais, com um número maior de feiras realizadas. Assim, o estado participou de 40 Feiras Internacionais, das quais 27 ocorreram em estados brasileiros<sup>46</sup> e 13 no exterior<sup>47</sup>.

A estratégia de promoção comercial do estado era formulada com base em pesquisas realizadas pela Sala do Exportador, com registros de quais produtos eram produzidos pelo Rio Grande do Sul e qual era o volume destas exportações, bem como quais eram os países que demandavam estes produtos. Assim eram elencados os setores prioritários<sup>48</sup> e inseridos novos setores.

Nesta mesma lógica de continuidade/resgate de ações de gestões anteriores, a gestão de Yeda Crusius investiu em recuperar algumas atividades de cooperação que haviam sido

<sup>44</sup> Formada de uma coligação PSDB/PFL (Partido da Frente Liberal).

<sup>45</sup> A explicação que se supõe, e que é endossada pelos vários gestores com os quais tivemos a oportunidade de conversar, é a história da rivalidade entre ela e o vice-governador. Há muitas reportagens que falam sobre “brigas” e “reconciliações” entre a governadora Yeda e seu vice, Paulo Afonso Feijó. Na ocasião da primeira Missão Internacional Governamental da gestão Yeda, uma série de reportagens comentam o fato de que o vice assumiria o Piratini temporariamente, com um tom de destaque. Na segunda missão, as reportagens enfatizam uma clara tensão sobre a transmissão do cargo ao vice, como é o caso da reportagem do Jornal Zero Hora (01/05/2008), sob o título de “Feijó soube que assumiria pelo rádio”.

<sup>46</sup> São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Teófilo Otoni/MG, Belo Horizonte/MG, Limeira/SP e Olinda/PE.

<sup>47</sup> Alemanha, China, França, Inglaterra, e Emirados Árabes Unidos.

<sup>48</sup> Os setores priorizados, segundo a Mensagem à Assembléia Legislativa de de 2010 (pag.127) era “o de alta tecnologia, como tecnologia da informação e comunicação, alimentos e biomedicina; Polo Naval; bioenergia (etanol, eólico, biodiesel); e madeira”.

deixadas de lado em outros governos. Estas ações muitas vezes foram critério para escolha das missões internacionais, para as quais também contava as oportunidades de atração de investimentos nos setores prioritários, principalmente a oportunidade de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para investimentos em infra-estrutura e logística; as potencialidades identificadas no que diz respeito a possíveis mercados consumidores; as oportunidades de cooperação tecnológica identificadas em acordo com a expertise dos governos e empresas dos países a serem visitados; etc. Algumas missões também ocorreram em função de parcerias governamentais e demandas formais que chegavam, como convites para eventos.

Assim, nesta gestão, o estado cumpriu uma agenda de missões internacionais ao continente americano (EUA, Canadá, Costa Rica, Colômbia, Argentina e Uruguai), ao continente europeu (Países Baixos, Alemanha, França, Suécia, Reino Unido, Itália e Rússia), ao continente asiático (Cingapura, Israel, Emirados Árabes Unidos, China e Índia) e ao continente africano (Marrocos).

O estado empreendeu pelo menos duas missões aos EUA (ambas em 2008), tendo em vista as negociações para um empréstimo junto ao Banco Mundial e a apresentação do Rio Grande do Sul para investidores. Estas missões resultaram na assinatura do contrato de financiamento com o Banco Mundial no valor de US\$ 1,1 bilhão e nas negociações para a abertura de capital do Banrisul, através da Oferta Pública de Ações (IPO), que teria resultado em um crescimento do lucro líquido, de 2006 para 2007 de 153,4%.<sup>49</sup> Além disso, também foram pleiteados recursos do fundo perdido e apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para os programas que a gestão pretendia executar. A governadora também teria marcado presença na ONU, oportunidade na qual tratou de políticas de apoio à terceira idade.

As missões<sup>50</sup> ao Canadá tiveram como principais focos de ação: a reativação do convênio de irmanamento com a Província de Manitoba, que havia ficado em *standby* desde o Governo Olívio Dutra (1997); visitas técnicas, encontros de negócios e participação na feira da Província de Saskatchewan, que possuía convênio de irmanamento com a Expointer; e negociações com empresas canadenses para a instalação no estado, principalmente dos setores de agronegócios. Assim, entre os principais resultados destas missões estariam a reativação do convênio de irmanamento com a Província de Manitoba, que se desdobrou em outros resultados: a assinatura de um Memorando para a Promoção do Desenvolvimento Econômico

---

<sup>49</sup> Estes dados foram fornecidos por umas das gestoras entrevistadas.

<sup>50</sup> A conversa com gestores do período nos permitem afirmar a existência de cerca de quatro missões a este país, embora tenha tido acesso a documentos que comprovam três delas.

entre as partes, com vigência de dois anos a partir da data de assinatura; a criação de um escritório do Canadá em Porto Alegre; e a vinda ao Rio Grande do Sul de várias missões canadenses, além do retorno da participação do país na Expointer.

As missões à Argentina ocorreram mais em função da participação do estado em eventos específicos, como as reuniões do Fórum Consultivo de Governadores e Prefeitos do Mercosul; reuniões e encontros com Governantes de Províncias da Argentina e com o grupo CODESUL-CRECENEA Argentino; e reuniões do Projeto COCAP – Cohesion social a través del fortalecimiento de las Cadenas Productivas<sup>51</sup>.

Também em função das reuniões do projeto COCAP, o estado executou missão à Costa Rica, tendo em vista participar do Seminário de Lançamento URB-AL III<sup>52</sup>. Outra missão com fim muito específico teria ocorrido à Colômbia, ocasião na qual o estado participou do Fórum Microsoft de Líderes de Governo das Américas.

Com relação ao Uruguai, embora haja registro de uma missão em dezembro de 2009, não há mais informações sobre a mesma. Porém, o contato com outros materiais permitem constatar que o intercâmbio com o Uruguai nesta gestão ficou mais restrito às Reuniões de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil – Uruguai<sup>53</sup>.

Também fez parte da agenda internacional do estado a missão executada aos Países Baixos (2008), cujo fim maior teria sido as negociações para apoio ao desenvolvimento do transporte hidroviário e a gestão dos portos gaúchos. Os documentos da missão contam com um Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Países Baixos sobre cooperação nas áreas de portos, transporte marítimo e logística. Neste sentido, a missão foi composta por uma agenda de visitas a instituições deste âmbito, como a Amports – Associação de Portos de Amsterdã, empresa com a qual o estado negociava a ampliação e aprimoramento da estrutura portuária de Rio Grande, bem como do desenvolvimento de um sistema hidroportuário no estado. Embora não haja muitas informações sobre esta missão, nos registros consta que a mesma teria sido acompanhada pela governadora Yeda Crusius<sup>54</sup>.

---

<sup>51</sup> O Projeto COCAP é um projeto financiado pela União Européia e coordenado por representantes da Região do Vêneto (Itália), cujo foco são as cadeias produtivas agroindustriais selecionadas no Rio Grande do Sul (Brasil), Misiones (Paraguai) e San Juan (Argentina), e cujos governos são co-gestores.

<sup>52</sup> É um programa de cooperação descentralizada da Comissão Européia com a América Latina, cujo objetivo é fomentar políticas públicas locais que contribuam ao incremento da coesão social das coletividades subnacionais das regiões contempladas, que possam convergir-se em modelos de referencia.

<sup>53</sup> Em junho de 2009 ocorreu a VI Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil – Uruguai, em Porto Alegre. A I Reunião ocorreu em 2002, em Montevideu, e há um histórico das reuniões nos documentos disponibilizados pela SDPI.

<sup>54</sup> Além desta missão, a Governadora partiu em Missão duas vezes aos EUA e uma ao Canadá.

O Reino Unido foi visitado pelo estado em 2009, ocasião na qual o empresariado gaúcho do ramo da viticultura participou da Feira Internacional de Vinhos de Londres, uma oportunidade de promover seus produtos no mercado internacional, em conjunto com outros empresários brasileiros do ramo no estande Wines From Brazil, programa desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Vinho em parceria com a Apex-Brasil. Em 2010 o estado voltou ao país duas vezes. Uma delas para tratar de negócios, desta vez, com ampla agenda de visitas a empresas inglesas e escocesas dos setores energético (petróleo, gás, energia eólica, energia nuclear, petroquímica, material logístico) e de comércio exterior, além da visita a estruturas portuárias, universidades e instituições governamentais. A outra visita se deu em função das tratativas para uma parceria público-privada que se daria na questão dos presídios<sup>55</sup>.

O estado também esteve na França com pelo menos três visitas, em 2008, com o propósito da participação do empresariado gaúcho do ramo alimentício no Salão Internacional Agroalimentar – SIAL. A visita ocorreu em conjunto com comitivas empresariais de outros estados brasileiros, organizados pela Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios e pela Confederação Nacional da Indústria em uma Ação Integrada de Promoção Comercial no Exterior. Na ocasião, mais de cem empresas brasileiras de alimentos e bebidas puderam divulgar seus produtos para os mercados europeu, asiático e árabe, segundo informações da Apex-Brasil agregadas aos documentos da missão. Em 2010, novas visitas ao país ocorreram em razão da participação de comitiva empresarial gaúcha na Cluster de Alimentos Vitagorae e novamente na SIAL.

Há também registros de uma missão<sup>56</sup> à Suíça, em 2010, com empresários do ramos da biomedicina, para participação na Feira VITAFOODS.

As missões à Alemanha (2008, 2009 e 2010), em geral, possuíam agendas constituídas de rodadas de negócios, visitas a instituições do governo alemão e a empresas, principalmente dos setores energético e de promoção do comércio exterior, além de participação em feiras internacionais. Em uma das missões, representantes do governo foram à Alemanha acompanhando a Missão técnica sobre Biogás e Energias Renováveis, promovida pelas empresas gaúchas CAIXARS e SULGÁS, ocasião na qual estas empresas tratariam com

---

<sup>55</sup> Consta nos documentos desta missão o objetivo do estado de conhecer as experiências europeias no assunto, bem como obter subsídios para aperfeiçoar a modelagem a ser adotada no estado, em conformidade com o projeto de Segurança Pública da gestão Yeda. A missão também passou pela Espanha e pelo Chile, com as mesmas motivações, segundo os informativos do período que constam no relatório da missão.

<sup>56</sup> Segundo documentos da missão, o objetivo da mesma era “propiciar às empresas gaúchas do setor alimentício contato com uma nova forma de desenvolver a inovação de forma agregada, através da organização e articulação local, no segmento da nutrição e dos alimentos funcionais”.

empresas alemãs a cooperação para geração de energias renováveis e a capacitação técnica no assunto. O resultado da missão foi a celebração de um Convênio de Cooperação Técnica, cujas partes foram a Agência Alemã de Energia (DENA) e a CAIXARS, e que tornou o banco gaúcho o primeiro corretor de créditos de carbono no Brasil. Os retornos do estado à Alemanha em 2010 ocorreram em função da participação na CeBIT e na Feira Industrial Hannover Messe, feiras internacionais conhecidas pela fama de as maiores exposições comerciais do mundo nos domínios dos serviços de telecomunicações digitais, Tecnologia da Informação e outras tecnologias industriais. Outros resultados diretos destas missões foram: cooperação técnica por meio da ministração de um curso para os Bombeiros gaúchos sobre inundações e contenção de enchentes<sup>57</sup> (financiado pela Alemanha); a vinda da Feira BITS ao estado; e a instalação da empresa alemã SAP em São Leopoldo.

O intercâmbio entre Rio Grande do Sul e Itália teve como principal motivação, neste período, o desenvolvimento do projeto COCAP com a Região do Vêneto, da Itália, que possuía irmanamento com o estado. O Projeto, que tinha na época um período de execução de 3 anos, fomentava o estudo e o desenvolvimento da cadeia do leite da região noroeste do estado, e os setores de vitivinícola e enogastronomia, da Serra. Em dezembro de 2010 o estado empreendeu missão ao país para participar de um curso de formação para gestores públicos sob o título de “Agentes para o Desenvolvimento Territorial nos Países da América Latina”, além de participar da Reunião do III Comitê Guia do Projeto.

A missão à Rússia, em 2008, ocorreu principalmente em função da busca do estado por atrair empresas de veículos pesados. De fato, nos documentos da missão consta uma lista de empresas russas a serem visitadas, de veículos automotivos especiais, bem como dos setores de petróleo e gás e equipamentos bélicos. Não há registros dos resultados desta missão.

A missão a China em 2008 ocorreu em função da participação do estado na China International Fair for Investments & trade, uma importante feira internacional de investimentos onde o estado teve a oportunidade de apresentar oportunidade de investimentos através de PPPs para projetos em infra-estrutura no Rio Grande do Sul. Na ocasião, ocorreram também negociações para a vinda de empresas de painéis solares para o Tecnosinos e para a continuação do convenio de irmanamento com a Província de Hubei.

---

<sup>57</sup> Seminário Técnico sobre Prevenção de Enchentes e Proteção à água Potável, um espaço de capacitação técnica. Participaram do mesmo seminário uma ampla comitiva brasileira com membros de vários estados da federação. Nesta ocasião, a comitiva cumpriu uma agenda de visitas a instituições e empresas diretamente ligadas à temática do seminário.

A missão a Singapura (2008) teve como objetivo principal apresentar oportunidades de investimentos, através de PPPs, para projetos de infra-estrutura no estado. Na ocasião, o estado participou do Fórum de Negócios Latino – Asiáticos. O evento era uma oportunidade de divulgar o estado tanto para países latino-americanos quanto para países asiáticos, por reunir empresas, autoridades e especialistas de ambos os continentes. Os documentos da missão indicam como de interesses para negócios os setores de logística, infra-estrutura e tecnologia.

A gestão Yeda realizou pelo menos duas missões a Índia (2008 e 2009), com foco na atração de investimentos. Assim, a agenda da missão era constituída de ampla lista de visitas a empresas indianas. Nesta empreitada, o estado conseguiu atrair a empresa HCL, que se instalou no Tecnosinos, em São Leopoldo. Consta entre as memórias da missão uma série de documentos retirados do site do MRE a respeito das relações entre o Brasil e a Índia, o que aponta uma percepção dos gestores da época de que a aproximação indiano-brasileira poderia representar oportunidades de negócios para o Rio Grande do Sul.

A missão ao estado de Israel (2009) acompanhou missão brasileira ao país. Com viés comercial, a visita conformou uma agenda de visitas a instituições e entidades governamentais, bem como empresas israelenses, de variados setores, dentre os quais se destacam os de tecnologia da informação e de material bélico. Assim, a missão tinha objetivos claros de promover a aproximação estratégica entre as localidades, o acesso a novas tecnologias, a transferência de tecnologias e o fomento a parcerias entre empresas gaúchas e israelenses. Objetivos mais específicos da missão eram as negociações para a permanência e ampliação da empresa israelense Elbit no RS.

O estado esteve nos Emirados Árabes Unidos pelo menos três vezes durante na gestão de Yeda Crusius. Em geral, as agendas das missões eram formadas de encontros de negócios empresariais, além de visitas ao Governo e às Instituições de promoção comercial. Na missão de 2010 o estado participou da Semana de Tecnologia – GITEX<sup>58</sup>, em Dubai. A feira, segundo documentos da missão, seria um portal para o mercado do Oriente Médio, e sua finalidade seria propiciar um espaço de intercâmbios e negócios no setor de tecnologia. Participaram com estande na GITEX, empresas gaúchas do setor de Tecnologia da Informação, com destaque para a SOFTSUL – Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software.

---

<sup>58</sup> O evento era considerado no período um dos três mais importantes do mundo para a área de Novas Tecnologias da Informação.

Ocorreu missão ao Marrocos em 2009, como resposta ao convite do Embaixador do Marrocos e da Secretaria da Agricultura do país, tendo em vista estabelecer parceria comercial e industrial na área de alimentos. O Marrocos tinha a intenção de colocar uma indústria no RS que processasse a soja para posterior exportação para o país. Não ocorreu, e a empresa optou por países cuja legislação beneficiasse mais a importação. Um aspecto interessante dos documentos desta missão é uma notícia da Agência de Notícias Brasil – Árabe (01/02/2009) que enfatiza a intenção brasileira de ampliar as relações comerciais com o Marrocos, materializada nas tratativas e assinatura de memorando de entendimento por parte do ministro brasileiro do MDIC, Miguel Jorge, e o ministro marroquino do Comércio Exterior, Abdellatif Maazouz. Os documentos também contam com uma pesquisa cultural sobre o Islã.

Nas relações com o Japão, embora não se tenha tido acesso a missões para este país, encontrou-se registros de uma retomada das atividades relacionadas ao Protocolo de irmanamento com a Província de Shiga. Por exemplo, ocorreu em Porto Alegre em razão da comemoração dos 30 anos de irmanamento, uma semana de atividades direcionadas a esta celebração e um mês de exposição de produtos típicos de Shiga, na ESPM. Estas ações teriam fomentado o intercâmbio de técnicos entre as localidades.

Entre os maiores legados da gestão, segundo os gestores contatados, estariam a ampliação do Programa de Apoio à Participação de empresas Gaúchas em Feiras Internacionais; a realização do projeto COCAP com recursos da União Européia, que financiou estudos e pesquisas e o desenvolvimento da cadeia do leite do noroeste do estado, a da vitinícola e enogastronomia da serra gaúcha; a instalação da SAP e HCL no estado; a fundação, em 2009, da joint venture entre a Hanna Micron, da República da Coreia e a Parit, empresa gaúcha, criando a HT Micron, fábrica de encapsulamento e teste de semicondutores; a obtenção do financiamento do BIRD – Banco Mundial, que possibilitou a renegociação da dívida pública; e a abertura do capital do Banrisul. Porém, como apontam os mesmos gestores, o impedimento da governadora de comparecer às missões certamente teve impacto nos resultados.

A Mensagem da Governadora à Assembléia Legislativa de 2010 aborda as limitações a que o crescimento estadual ficou sujeito pelos impactos da crise mundial iniciada nos EUA em 2007. De fato a economia gaúcha apresentava sensibilidade às alterações na economia mundial por seu elevado grau de abertura para o comércio externo. Por exemplo, o próprio comércio entre o estado e os EUA, até então o maior parceiro econômico gaúcho, teve

impacto negativo de redução em 51% registrado em novembro de 2009. As exportações gaúchas, em geral, apresentaram de janeiro a novembro de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, um decréscimo de 21,8%. Estas alterações na economia modificaram o quadro de hierarquia de principais parceiros econômicos do estado. Assim, Se até 2008, os EUA ocupavam a primeira posição, a partir de 2009 a China passou a ser a principal parceira recebendo 17,47% do total das exportações gaúchas. Apesar das dificuldades na exportação, em 2009, o estado voltou a ser o terceiro maior exportador do país (Mensagem da Governadora à Assembléia Legislativa, 2010, pag. 21, 22, 32, 36 e 37).

No que diz respeito ao intercâmbio institucional do estado com a esfera federal, é percepção de alguns gestores do período que o papel do Itamaraty passou a ser mais importante no estado, na medida em que o ERESUL – Escritório de Representação do Itamaraty no Rio Grande do Sul – foi ampliado. Com o aumento de servidores, o escritório passou a desenvolver mais atividades, e a chamar a SEDAI para auxiliar mais efetivamente no desenvolvimento de ações. Um dos exemplos teria sido a organização da Reunião da Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, realizada em Porto Alegre em junho de 2009, espaço que teve continuidade de apoio nesta gestão. Na gestão Yeda Crusius também houve intercâmbio de ações com a Subchefia de Assuntos Federativos – SAF – agora em atividade. O Governo do Estado, com a coordenação da SEDAI, procurava participar das reuniões do Foro Consultivo de Prefeitos e Governadores do Mercosul, promovida pela SAF. No âmbito da SAF, havia importante interlocução a respeito da política externa com relação ao Mercosul, que era negociada e ajustada através deste organismo. A participação do estado neste espaço demonstrava uma predisposição a colaborar com este aspecto da política externa brasileira. Apesar destas informações colhidas a respeito da participação do estado em fóruns de integração do cone sul, o foco das missões parece apontar, na verdade, para uma não priorização das relações entre o estado e os países do MERCOSUL.

Em termos de interesses comerciais, havia diálogo entre a esfera federal e estadual pela proximidade de relação com a APEX – Brasil e o MDIC. O estado procurava operar em parceria com a instituição, que tinha importante papel em apontar mercados prioritários. Assim, desenvolviam conjuntamente ações de atração de investimentos, a partir do convite da Apex para participar de diversos eventos no exterior (feiras, missões, treinamentos, etc.).

Apesar de haver diálogo institucional com a esfera federal, a agenda internacional priorizada pelo estado nessa gestão não aparenta ter intenção de vínculo com as diretrizes da

política externa brasileira do período. A clara priorização das ações relacionadas ao hemisfério norte, bem como a composição econômica das agendas expressam que a gestão da Governadora Yeda Crusius não tinha a intenção de convergir com a agenda internacional brasileira, embora também não estivesse em divergência com a mesma a prioridade dada pela gestão federal à cooperação com o hemisfério sul não implicou em uma descontinuidade das relações brasileiras com o hemisfério norte, com exceção das negociações em desacordo com o princípio da reciprocidade.

Também não foi possível identificar nesta gestão uma preocupação em elaborar uma política internacional respaldada em afinidades ideológicas, embora se possa aferir da prioridade dada às relações com países europeus e norte-americanos uma clara preferência às relações com o primeiro mundo. De fato, a divergência partidária (PT versus PSDB/PFL) entre esfera federal e estadual coopera para que se compreendam as diferentes projeções internacionais desenvolvidas.

Assim, as agendas internacionais que não tiveram como destino o hemisfério norte foram direcionadas a países que poderiam cooperar em desenvolvimento tecnológico. Fica clara a estratégia maior da gestão na área internacional, que teria sido a atração de investimentos nos setores de tecnologia e infra-estrutura. Inclusive, o teor dos documentos das missões permite afirmar que as mesmas ocorriam mais em função de demandas empresariais do que de apontamentos da própria SEDAI. As relações com o cone-sul, embora se tenha mantido a participação em fóruns e reuniões correspondentes, não parecem ter sido alvo de muita dedicação por parte do governo estadual neste período,

#### **4.2.3 A Gestão de Tarso Genro: A síntese entre as tradicionais relações internacionais do estado e a implementação de uma política externa federativa em consonância com o projeto federal**

A gestão do Governador Tarso Genro teve início em janeiro de 2011 e ainda é a vigente<sup>59</sup>. Esta gestão tem o diferencial da convergência partidária com a esfera federal e da divergência partidária com as gestões estaduais anteriores analisadas neste capítulo. O *slogan*

---

<sup>59</sup> O fato de ser esta a gestão atual possibilitou maior facilidade de acesso a informações, tanto por documentos quanto pelo contato com os gestores em poder, mas esta mesma vantagem se reverteu em desafio, pela dificuldade de administrar todos estes dados correndo-se sempre o risco de não se conseguir abarcar a todas as informações a que se pretendia. Porém, certamente o que foi possível abordar cooperará para que se tenha boa noção das ações priorizadas por esta gestão, de seus méritos e dos maiores desafios até então observados para a concretização de seus objetivos nas relações internacionais.

da campanha que elegeu esta gestão, sob o título “Rio Grande do Sul, do Brasil, do Mundo” e o Plano de Governo<sup>60</sup>, que a todo tempo colocava como meta “fazer o Rio Grande crescer no ritmo do Brasil<sup>61</sup>”, sintetiza os vários documentos que demonstram haver uma intenção consistente de agir em concordância com o projeto federal e de aproveitar a crescente visibilidade internacional do país para colocar o estado no mapa do mundo. O mesmo Plano deixa clara a concordância com o que vinha sendo feito pelos presidentes Lula e Dilma e a intenção de que o estado passasse a desfrutar mais intensamente das oportunidades colocadas pela esfera federal.

Assim, do ponto de vista institucional, as relações com a esfera federal foram intensificadas, principalmente no que diz respeito ao diálogo com a SAF. O estado procurou participar ativamente das ações da subchefia, especialmente nas que diziam respeito à integração no cone sul e à cooperação para o desenvolvimento nas regiões fronteiriças. Neste sentido, o estado criou o Núcleo Regional de Integração de Faixa de Fronteira, tendo em vista propor medidas e coordenar ações que visassem o desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação da Administração Estadual na região de fronteira, e tendo em vista que o mesmo fosse um espaço de coordenação entre as políticas do Governo Federal, Estadual e Municipal para a região da fronteira, abrindo um fórum importante de alinhamento e diálogo, tanto interno quanto externo, para com os Governos e sociedades do Uruguai e da Argentina. Por meio deste espaço, o estado elaborou, em parceria com os entes mencionados, o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF/RS<sup>62</sup>.

Com o MRE, deu-se continuidade ao histórico de parceria nas relações, principalmente tendo em vista o apoio burocrático às missões internacionais empreendidas pelo estado fornecidas pelo ERESUL e pelas embaixadas brasileiras nos países visitados. As relações também permaneceram de parceria com os demais Ministérios federais, principalmente com o MDIC e a Apex-Brasil.

A divergência partidária, por sua vez, se mostra nas reformas institucionais propostas ao estado. Na área das relações internacionais, foco deste trabalho, a SEDAI, deixou de existir, sendo substituída por outras estruturas, dentre as quais focamos a SDPI – Secretaria de

<sup>60</sup> Disponível em [http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/Programa\\_de\\_Governo\\_Tarso\\_Genro.pdf](http://www1.seplag.rs.gov.br/upload/Programa_de_Governo_Tarso_Genro.pdf) Acesso em: 31/01/2014

<sup>61</sup> Na página 3 do Plano de Governo consta a seguinte frase: “No últimos anos, o Rio Grande do Sul teve um descolamento do ritmo de desenvolvimento do Brasil, crescendo abaixo da média nacional. A maior parte do crescimento que registrou foi produzido pelas políticas econômicas, sociais e de investimento do Governo Federal”.

<sup>62</sup> Mais informações em [http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/696/?PLANO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_E\\_INTEGRA%C3%87%C3%83O\\_DA\\_FAIXA\\_DE\\_FRONTEIRA](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/696/?PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_E_INTEGRA%C3%87%C3%83O_DA_FAIXA_DE_FRONTEIRA) Acesso em: 01/08/2014.

Desenvolvimento e Promoção do Investimento e seu braço executivo, a AGDI – Agência de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, além da ACRI – Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais, vinculada ao gabinete do governador.

Para alguns gestores, a criação da SDPI representou um salto qualitativo para as ações do estado. Não teria sido só uma mudança de nome, mas uma nova sistemática de trabalho foi implantada, através da criação de um Sistema de Desenvolvimento Econômico<sup>63</sup> sob coordenação da secretaria e de seu braço executivo, a AGDI. Este Sistema é resultado da parceria com bancos de fomento – Badesul (antiga CaixaRS), Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social (BRDE), Banrisul – e outros entes da economia e da sociedade. Através do Sistema de Desenvolvimento, executou-se um minucioso diagnóstico do estado para identificar setores estratégicos para atração de investimentos, a respeito dos quais se elaborou a Política Industrial do Estado. Com base nestes dados, criou-se todo um planejamento estratégico tendo como fim os objetivos a que se pretendia atingir, e as missões internacionais realizadas pela SDPI passaram a obedecer a esta lógica. A criação da AGDI, também em 2011, teria representado também um salto qualitativo, pois significou a contratação de equipe com formação específica para atuar na promoção internacional<sup>64</sup> do estado.

A gestão atual também trouxe outra inovação institucional ao criar a ACRI, instituição ligada ao Gabinete do Governador, cujas atribuições seriam prestar assessoria ao governo do estado nos assuntos internacionais, guiando sua ação em acordo com o projeto de política internacional do estado; analisar e emitir pareceres sobre viagens internacionais de qualquer instituição do estado; prestar serviço de relações consulares para recepção de autoridades estrangeiras. De fato, a ACRI foi criada para dar viés mais político às ações internacionais do estado, ficando sobre suas responsabilidades o controle das missões internacionais de todas as secretarias, a respeito das quais deveria emitir parecer favorável ou não<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> < <http://www.sdpi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=109>>

<sup>64</sup> Como exemplo, a elaboração do Seminário “Doing Business in Rio Grande do Sul, que tem sido levado a diversos países. Uma edição do seminário ocorreu em Porto Alegre, em maio do ano vigente, na Semana da China no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/lista/1176/doing-business/oto197242>> Acesso em: 28/07/2012.

<sup>65</sup> Essa atribuição é resultado da ordem de serviço nº010/2012, de 11 de outubro de 2012. Porém, a ACRI já vinha dedicando esforços para desempenhar um papel de tomar ciência e acompanhar as missões internacionais do poder executivo do estado por meio da criação do Fórum de Relações Internacionais, espaço no qual as secretarias e departamentos eram convidados mensalmente para falar de suas ações de âmbito internacional, além de receberem assessoria sobre o assunto. Neste espaço, foi possível avançar no sentido de discutir e criar duas normativas: uma relativa aos instrumentos de cooperação (memorandos, protocolos, convênios) e outra relativa à composição e metodologia da realização das missões internacionais.

A criação destas estruturas significou um rompimento com os programas em andamento nas gestões anteriores, como a Sala do Exportador<sup>66</sup>. Uma série de novos programas foram postos em execução: Programa Competir, Programa Alicerce Econômico e Programa Exportar-RS, de apoio a promoção e a comercialização dos produtos gaúchos nos mercados nacional e internacional, para todos os níveis empresariais; Programa Nova Economia Gaúcha e Programa Inovo no RS, com vistas a desenvolver novos setores produtivos no estado, além da cultura da inovação, via atração de investimentos e estímulo ao investimento em pesquisa e tecnologia; Programa Investo no RS, para atração de novos investimentos e ampliação dos investimentos já existentes no território estadual; etc.

Alguns gestores<sup>67</sup> compartilharam sua opinião sobre as dificuldades das transformações institucionais, que em um primeiro momento teriam gerado duplicações de função e o desafio de identificar quais as atribuições de cada instituição, além da frustração de iniciar trabalhos similares a outros já executados, como a pesquisa dos setores prioritários para atração de investimentos. Apesar destes percalços das transformações, também há gestores que encararam estas transformações como necessárias para que se desse um salto qualitativo nas estratégias de desenvolvimento do estado.

O Programa de Apoio à participação de empresas gaúchas em feiras internacionais, iniciado na gestão de Olívio Dutra, teve continuidade. De fato, até o final de 2013, o estado tinha participado de 29 feiras internacionais em outros estados brasileiros<sup>68</sup> e 19 feiras internacionais no exterior<sup>69</sup>. Para este ano estavam previstas a participação em 12 feiras internacionais.

No que diz respeito às missões internacionais da SDPI, teve-se acesso a documento no qual constava terem sido realizadas quatorze missões ao exterior, sete delas com a presença do Governador, e havia a previsão de realização de mais dez missões em 2014, duas com a presença do governador<sup>70</sup>. Infelizmente estes dados não dão conta de contabilizar as missões empreendidas pelo estado. Outras fontes de informação demonstram que houveram várias outras viagens empreendidas só pelo governador a diversos países, para encontros de cunho mais político. Também se teve acesso a uma tabela de controle de missões envolvendo outras

---

<sup>66</sup> Temos a impressão de que a sala do exportador foi substituída por outro espaço, a Sala do Investidor, o que demonstra um foco maior deste governo na atração de investimentos.

<sup>67</sup> Nestes aspectos, estamos tratando de gestores de carreira, que acompanharam várias mudanças de gestão, alguns deles com mais de 20 anos de carreira no estado.

<sup>68</sup> Em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF e Recife/PE.

<sup>69</sup> Nos seguintes países: Alemanha, Inglaterra, México, Peru, França, China e Cuba.

<sup>70</sup> Estas agendas já estão em execução, mas não estão registradas de forma organizada pela SDPI, por isto, optamos por não abordar o ano de 2014 com dados muito específicos, uma vez que são dados em construção.

instituições e secretarias do estado, no qual consta o registro de mais de 270 viagens ao exterior só para os últimos 2 anos (2013/2014)<sup>71</sup>.

Dos documentos e informações a que se teve acesso, com o recorte das missões da SDPI e do Governador (em geral), pode-se dizer que o estado se fez presente no continente americano (Uruguai, Argentina, Cuba, Chile, Peru e Colômbia), no continente asiático (República da Coreia, China, Taiwan, Singapura, Japão, Indonésia, Vietnã, Israel e Palestina), no continente europeu (Itália, Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Alemanha) e no continente africano (Senegal, Moçambique, Angola e África do Sul).

Na gestão de Tarso Genro, há um diálogo intenso com o Uruguai. Há registros de várias ações e reuniões desenvolvidas em conjunto, e abordar todas elas demandaria um trabalho só para isto. O que se pode destacar em termos de missões é que a primeira com destino ao Uruguai ocorreu no início do primeiro ano da gestão, e proporcionou a reunião do governador com o presidente uruguaio José Mujica, além de outras autoridades do país e da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. No âmbito dos negócios, foram discutidas as potencialidade de parceria na produção de arroz para conquistar mercados estrangeiros, parceria esta que reforçava a proposta do MERCOSUL. Também se discutiu a proposta de construção de uma ferrovia de interligação regional, que já contaria com o apoio da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul e com um recurso já existente de 50 milhões de dólares do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL.

Tratou-se ainda da cooperação para implementação de um regime de colaboração para ensino bilíngue nas escolas gaúchas e uruguaias, tendo em vista uma aproximação cultural. O contato do governador com um projeto de inclusão digital uruguaio, o Plano Ceibal<sup>72</sup>, serviu de inspiração para a instalação de sistema semelhante em municípios gaúchos fronteiriços. Ainda do ponto de vista da integração cultural, em maio de 2012 ocorreu a Semana Cultural do Rio Grande do Sul no Uruguai, evento cuja finalidade seria estabelecer canais para ampliar o plano de cooperação entre os governos gaúcho e uruguaio<sup>73</sup>. Em síntese, há registros de uma infinidade de reuniões com a participação de gestores de ambos os países para debater

---

<sup>71</sup> Através da viagem de representantes das mais diversas secretarias e instituições ligadas ao estado, pode-se dizer que, somente entre janeiro de 2013 e abril de 2014, o estado visitou 42 países: Uruguai, Argentina, Cuba, Colômbia, Peru, México, Chile, Bolívia, República Dominicana, Panamá, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, Inglaterra, Escócia, Espanha, Suíça, Portugal, Alemanha, EUA, Canadá, França, Itália, Suécia, Holanda, Suíça, Austrália, Israel, Palestina, Tunísia, Nigéria, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Iêmen, Tailândia, China, Japão, República Tcheca, República da Coreia, Estônia, Malásia e África do Sul.

<sup>72</sup> Considerado pela ONU um modelo de inclusão digital, o Plano Ceibal (Conectividad Educativa a Información Básica para el Aprendizaje en Línea) é um programa do governo uruguaio implementado em 2008, que opera disponibilizando um computador para cada aluno da rede pública.

<sup>73</sup> Também nesta ocasião, o governador Tarso Genro esteve presente e foi recebido pelo presidente José Mujica.

acordos em vários âmbitos, e que permitem constatar que há um estreitamento das relações entre ambas as localidades nesta gestão.

Com a Argentina, o diálogo se deu mais no âmbito da cooperação com as Províncias de Misiones, Santa Fé e San Juan. Por exemplo, em 2012, foi executada missão a Misiones tendo em vista estabelecer parcerias em projetos de cooperação principalmente no que diz respeito a faixa de fronteira. Entre os principais resultados da missão, estaria a assinatura de um acordo de cooperação entre a Fundação Cultural Piratini e a Multimedios SAPEM, visando o intercâmbio de conteúdo informativo. Também foi firmado convênio voltado para a qualificação dos policiais e profissionais de atendimento nas regiões de fronteira. Com Santa Fé, as relações tem sido voltadas a cooperação no âmbito das fronteiras. Com San Juan, há um acordo de cooperação tripartite que envolve o Rio Grande do Sul e a Região Italiana de Vêneto, e fazem parte do Projeto URBAL, parte do projeto COCAP, da União Européia. Apesar de haver uma agenda de cooperação em execução entre as localidades, de fato, as relações com a Argentina não tem a mesma fluidez das relações com o Uruguai.<sup>74</sup>

A aproximação com Cuba é celebrada pela missão Governamental<sup>75</sup> ao país em 2012, mas teve como principal objetivo proporcionar o apoio a inserção dos empresários gaúchos no mercado cubano, pela concepção do governo estadual de que este seria um momento estratégico por estar a economia do país em processo gradual de abertura. A visita teria proporcionado a assinatura de acordos de Cooperação Técnica nas áreas da Cultura, Agricultura, Medicamentos e Reciclagem de Resíduos Sólidos.

O Badesul, na ocasião, abriu uma linha de crédito de 40 milhões para financiar as exportações para o país. Do outro lado, a BK Import, uma das estatais cubanas responsáveis pelas compras de equipamentos para Cuba, se comprometeu, através de memorando de entendimento, a ser a interlocutora do comércio entre ambos. Em Cuba, os negócios se mostraram mais promissores no comércio de maquinário agrícola, principalmente porque as principais marcas de tratores, que são norte-americanas, estão fora da concorrência. Inaugurou-se em Havana um loja para vender exclusivamente calçados de marcas gaúchas. Também ficou arregimentada a possibilidade de que o estado abrigasse um escritório de negócios de Cuba no Brasil, para servir de base de operações com outros países da América

---

<sup>74</sup> Esta é uma percepção dos gestores com os quais foi possível dialogar.

<sup>75</sup> A missão contou com ampla comitiva, 56 pessoas, dentre as quais 26 eram nomes do mundo empresarial, além de membros do poder executivo e legislativo do estado, representantes de entidades culturais e universitárias, e jornalistas. Por isso, o jornal Correio do Povo ressaltara que a missão não estivera no campo da ideologia, mas seu objetivo claro teria sido fazer negócios, além de fortalecer a integração latino americana (03/11/2012).

do Sul<sup>76</sup>. De fato, uma agenda de cooperação foi iniciada com Cuba por meio desta missão, e as relações tiveram continuidade com a recepção de visitas de autoridades cubanas e reuniões de negócios, principalmente nos setores de maquinário agrícola<sup>77</sup>.

Esta parceria do estado com Cuba reflete a afinidade dos projetos estadual e federal. O estreitamento das relações entre o Brasil e Cuba nos últimos anos, como mostram os documentos da missão, resultaram, em termos econômicos, no crescimento das exportações brasileiras para Cuba em pelo menos 700%. O Brasil seria o responsável pela principal obra de infraestrutura em Cuba, o Porto de Mariel (empresa Odebrecht). Outra parceria brasileiro-cubana seria o Programa Mais Alimentos, por meio do qual o BNDES<sup>78</sup> abriu crédito para financiar aquisições cubanas de produtos e serviços brasileiros.

O governador gaúcho foi em missão ao Chile em 2013, ocasião na qual participou como um dos principais convidados do VII Fórum do Progressismo, organizado pela Fundação Chile 21. Na ocasião também realizou encontros com empresários na Sociedad de Fomento Fabril (Sofofa), principal entidade industrial do Chile, e na Confederación Nacional Del Comercio (CNC). De fato, as relações entre as localidades teriam sido aprofundadas, do ponto de vista econômico, com o lançamento da pedra fundamental da expansão da Celulose Riograndense, em Guaíba, pelo grupo chileno CMPC, que previa um investimento de cinco bilhões de reais, o maior investimento privado da história do estado. Do ponto de vista político, as relações se estreitaram com as tratativas de cooperação desenvolvidas na ocasião da recepção do Cônsul-Geral do Chile pelo governador em maio deste ano<sup>79</sup>.

O estado empreendeu uma missão conjunta para Peru e Colômbia em 2012 que foi parte de uma Missão Empresarial do Brasil à América do Sul<sup>80</sup>, organizada pelo MDIC, MRE, CNI E Apex – Brasil. Conforme os documentos da missão os propósitos gaúchos na ocasião foram os de acompanhar as rodadas de negócios promovidas entre os empresários brasileiros e os parceiros colombianos e peruanos, observando a metodologia e a organização da Apex; e

<sup>76</sup> No jornal correio do povo de 01/11/2012, consta a frase do governador a respeito da instalação do escritório gaúcho em Cuba: “Seria um centro de articulação dos negócios cubanos com Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, já que nós nos consideramos o centro econômico e político do Mercosul”.

<sup>77</sup> Mais informações em:

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/841/?Assessoria\\_de\\_Relacoes\\_Internacionais\\_reuniao\\_em\\_Cuba\\_e\\_Colombia](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/841/?Assessoria_de_Relacoes_Internacionais_reuniao_em_Cuba_e_Colombia) Acesso: 01/08/2014

<sup>78</sup> Algumas informações interessantes em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403346-brasil-oferece-r-12-bilhao-em-credito-para-cuba.shtml> > Acesso em 31/07/2014.

<sup>79</sup> Mais informações em

<[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1895/?Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\\_e\\_Chile\\_firmam\\_acordo\\_para\\_reforco\\_da\\_cooperacao\\_bilateral](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1895/?Rio_Grande_do_Sul_e_Chile_firmam_acordo_para_reforco_da_cooperacao_bilateral)> Acesso: 31/07/2014

<sup>80</sup> A missão brasileira tinha por com a finalidade promover a ampliação do fluxo comercial e explorar as possibilidades de cooperação entre os setores produtivos brasileiros e os dos países parceiros na América do Sul, gerando oportunidades de diversificação de mercados para o Brasil.

promover reuniões com o SECOM – Setor de Promoção Comercial - das Embaixadas brasileiras em Bogotá e Lima e as Câmaras de Comércio, para avaliar os mercados e as condições de parcerias, com vistas à realização de novas ações de promoção comercial que o estado poderia realizar junto a esses países. A missão teve caráter mais exploratório, mas fica evidente nos documentos da mesma o reconhecimento de que havia várias oportunidades para os produtos gaúchos nesses mercados<sup>81</sup>. Também constam nos relatórios as possibilidades promissoras de estímulo aos negócios por meio da participação em feiras internacionais realizadas nos respectivos países<sup>82</sup>.

As relações do estado com o continente africano foram pontuais. Em 2011, acompanhando a missão brasileira promovida pela Apex – Brasil em parceria com o MRE e o MDIC, Angola, Moçambique e África do Sul foram visitados, tendo em vista incrementar relações comerciais e investimentos brasileiros nesses países, bem como explorar possibilidade de cooperação nos setores produtivos. No relatório da missão consta que o Rio Grande do Sul, alinhado com a política federal, via na missão uma oportunidade de buscar alianças solidárias e estratégicas para potencializar e efetivar a cooperação sul-sul. Assim, a missão gaúcha tinha como objetivo específico prospectar contatos e oportunidades para o desenvolvimento de relações efetivas de cooperação entre o estado e os países africanos, incluindo a verificação de possibilidades concretas para a constituição de uma eventual missão oficial<sup>83</sup> gaúcha a ser liderado pelo Governador do estado à África em 2012.

Foi identificado que o estado poderia oferecer cooperação em várias áreas – agropecuária, estruturação do setor público, capacitação técnica, etc. As oportunidades

---

<sup>81</sup> As maiores oportunidades identificadas foram nos setores de móveis, máquinas, tratores, reboques e aparelhos agrícolas, óleo de soja, moda (calçados e confecções) e setor alimentício (processados e desidratados, conservas, vinhos, espumantes, cachaças, etc.).

<sup>82</sup> Na Colômbia: Feira Industrial de Bogotá, AGROEXPO, COLOMBIATEX DE LAS AMÉRICAS, ALIMENTEC, GASTRONOMIA BOGOTA. No Peru: EXPOALIMENTARIA, EXPOINDUSTRIA LIMA E EXPOTEXTIL.

<sup>83</sup> Os relatórios da missão enfatizam alguns desafios identificados para que as relações com os países africanos visitados se concretizassem. Destacam a importância das parcerias com instituições federais e empresários que já atuam com sucesso nos respectivos países, pois mesmo a missão da Apex, organizada com antecedência e profissionalismo, enfrentou alguns problemas de retornos locais, como o comparecimento de apenas 30% dos empresários angolanos agendados em algumas rodadas de negócios. Como encaminhamentos da missão, formou-se um Grupo Executivo de Trabalho (GET) para planejar e executar as ações necessárias para desenvolver planos de trabalho a fim de desenvolver relações concretas e materiais com os países. Mas é dada grande ênfase a que se tome conhecimento da avaliação feita pela Apex-Brasil sobre esta missão, antes de qualquer definição de ida de Missão Oficial gaúcha. Um impasse identificado nas relações com a África do Sul em específico teria sido a respeito das exportações de carne suína brasileira versus importação de vinho sul-africano.

comerciais na áreas de suprimentos alimentares<sup>84</sup>, máquinas, implementos agrícolas e construção civil se mostraram promissora, bem como o mercado de carnes e suínos.

Nas conclusões da missão constam que a mesma confirmou-se como oportuna, adequada e propícia para concretizar a política do governo estadual de efetivar o desenvolvimento de relações internacionais de cooperação com a África, o que é endossado pela seguinte afirmativa encontrada nos documentos da missão: “ficou evidente a real possibilidade do Governo Tarso de se somar ao esforço do Governo Dilma para intensificar e fortalecer as relações sul-sul, em especial ajudar os países recém saídos da guerra, como Moçambique e Angola, na busca de condições de vida mais dignas para as suas populações”<sup>85</sup>. Também em 2011, o estado se fez presente em Senegal em razão do Fórum Social Mundial<sup>86</sup> em Dacar, com enfoque na história de resistência e luta dos povos africanos.

As relações gaúchas com Israel tiveram continuidade. Pelo menos duas missões estaduais tiveram o país como destino, uma em 2012, e a segunda, em 2013. As visitas à Israel respaldaram-se na visão da atual gestão de que o país teria a cooperar com o estado no âmbito, principalmente, da agrotecnologia<sup>87</sup>. A primeira missão tinha os seguintes objetivos: conhecer as mais recentes inovações israelenses nos segmentos de agroecologia, biotecnologia, gerenciamento de água e irrigação, estufas, laticínios, avicultura, agricultura, agricultura de precisão, sementes, mecanização, fertilizantes, pesticidas, entre outros, por meio de visitas a empresas e instituições do ramo e por meio da participação na AGRITECH - ISRAEL<sup>88</sup>; verificar oportunidades de negócios, cooperação técnica e transferência de tecnologia, com foco nas empresas israelenses do ramo da irrigação; e a entrega, pela SEAPA<sup>89</sup>, de convite ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel para participarem na EXPOINTER – 2012 e no Seminário Internacional de Irrigação e Uso

---

<sup>84</sup> Por exemplo, em produtos como arroz e trigo – nos quais a capacidade gaúcha vinha operando acima da possibilidade de absorção do mercado, como a exemplo da última safra, que teve de ser parcialmente transformada em ração animal – o mercado africano poderia absorver esta produção, se houvesse um acordo de suprimentos deste mercado.

<sup>85</sup> Embora esta citação esteja entre aspas por termos transcrito a mesma dos documentos da missão à África, não é possível referenciá-la conforme normas.

<sup>86</sup> Cabe lembrar que o primeiro FSM ocorreu em Porto Alegre, em 2001, bem como as edições<sup>86</sup> de 2001, 2003, 2005. Na ocasião, foram entregues ao Conselho do fórum, documentos que reforçavam a apreciação, por parte do estado, de que o FSM fosse realizado nos próximos anos na capital gaúcha, em 2012, em sua versão descentralizada, e em 2013, em sua edição descentralizada. A proposta gaúcha foi atendida.

<sup>87</sup> As sete secas consecutivas que o estado enfrentou nos últimos anos são o pano de fundo das tentativas de aproximação com o país, cuja natureza é adversa e demandou alta tecnologia para que lá se pudesse desenvolver a agricultura.

<sup>88</sup> Uma das maiores feiras internacionais de tecnologia para o setor de agronegócio. Durante as últimas três décadas, a feira teria reunido mais de 7.000 visitantes estrangeiros de 115 países, o que proporcionou que a feira fosse um grande espaço de encontros e negócios do setor.

<sup>89</sup> Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

Sustentável da água para Produção de Alimentos, ambos promovidos pelo governo estadual. Os possíveis desdobramentos da missão apontados pelos relatórios teriam sido: encontro com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Israel em sua vinda no mês de junho, para tratar oportunidades de negócio entre Rio Grande do Sul e Israel; contato com a coordenadora do projeto da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará Demonstration Farm<sup>90</sup> para que viesse ao estado executar uma demonstração do projeto; convite às empresas NETAFIM, BIO-BEE e NeenDanJain, que demonstraram maior propensão a negócios, a visitarem o estado; foram vislumbradas possibilidades de parceria com a instituição israelense Centro Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação na Agricultura – CINADCO, visando auxílio a entidades gaúchas na elaboração de projetos que visassem capacitação técnica no âmbito do agronegócio; etc.

A segunda missão<sup>91</sup> contou com ampla comitiva – governamental, institucional e empresarial – e seu objetivo foi fortalecer os laços políticos e institucionais com a República de Israel, aumentar a cooperação tecnológica com empresas, universidades e institutos israelenses, apresentar oportunidades de investimentos no Rio Grande do Sul e promover os produtos gaúchos no país. Na ocasião, o governador assinou memorando para a implantação de um polo aeroespacial no Rio Grande do Sul com a empresa israelense Elbit por meio da AEL Sistemas<sup>92</sup>. O primeiro projeto do MicroSatélite Multimissão Militar (MMM1) e as novas instalações para ampliação de laboratórios foram apresentados ainda em 2013. O investimento total previsto era de R\$ 43 milhões, com recursos do edital Inova Aerodefesa, da Agência Brasileira de Inovação - Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A missão também trouxe como resultado a aquisição de 2,5 mil kits de irrigação para agricultores familiares gaúchos desenvolvidos pela empresa israelense Netafim<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> O projeto é um consórcio com 5 empresas israelenses especializadas em tecnologia e produção de equipamentos de irrigação, prevendo que as mesmas se instalem no Ceará e operem no apoio à produção agrícola.

<sup>91</sup> O material da segunda missão conta com robustos dossiês no qual se faz uma avaliação qualitativa do mercado israelense e das empresas israelenses líderes nos setores de Agrotecnologia, Saúde Avançada e Medicamentos, Defesa, Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC's), Petroquímica, Carros Elétricos e Calçados. O objetivo da pesquisa seria aumentar o conhecimento sobre empresas israelenses com potencial para investir no RS e que pudessem ser contatadas para eventuais encontros ou visitas durante a Missão de 2013. Segundo os relatórios, a aproximação converge com as tratativas federais. Há um acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel, em vigor desde 28 de abril de 2010, cujo objetivo é a isenção tarifária gradual, ao longo de 8 anos para os oito mil códigos tarifários de Israel e de 10 anos para os 9.424 itens do Mercosul a que abrange o acordo. Há também um edital de cooperação para financiamento de projetos entre Brasil e Israel, desde maio de 2012.

<sup>92</sup> É uma empresa do ramo de fabricação, manutenção e suporte logístico de sistemas eletrônicos militares e espaciais para aplicações em plataformas aéreas, marítimas e terrestres.

<sup>93</sup> Estas informações estão disponíveis em <http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1723/?Vice-governador+Beto+Grill+recebe+c%C3%B4nsul+de+Israel+no+Pal%C3%A1cio+Piratini+Acesso+01/08/2014>.

Na ocasião o estado também promoveu missão à Palestina, oportunidade na qual foram assinados acordos na área de agricultura e houve a doação, pelo estado, de 50 mil toneladas de arroz aos refugiados do campo de Shu'fat, a partir do programa do Governo Federal Mais Alimento. Também foi assinado Memorando de Entendimento para ações conjuntas de cooperação no setor de olivicultura e biogás entre os governos do Rio Grande do Sul, Palestina e Jordânia. O governo promoveu em 2013 a Mostra Cinema e Paz, cuja proposta era a exibição de uma série de filmes com a finalidade de propiciar à população gaúcha uma reflexão sobre a tolerância, respeito e solidariedade entre Israel e Palestina, ocasião que contou com a participação de um premiado cineasta israelense, Amos Gitai, conhecido por pregar a coexistência pacífica entre árabes e judeus em seus filmes. Estas iniciativas refletem uma preocupação diplomática com a questão israelo-palestina e as contradições nas quais se vêem inseridos aqueles que procuram ter relações com ambos. O Rio Grande do Sul, por um lado, fechou contrato com uma empresa do ramo da indústria bélica israelense. Por outro lado, buscou mostrar apoio à causa palestina, doando toneladas de arroz a campos de refugiados.

Ocorreu missão à República da Coreia em 2011, tendo em vista estabelecer parcerias institucionais para cooperação nas áreas de política industrial e tecnológica bem como a fim de promover desenvolvimento econômico e social conjunto; atrair investimentos, principalmente nos setores de construção naval, semicondutores, setor eletrônico e automotivo; articular associações entre empresas com destaque para a área de equipamentos para a internet/banda larga; promover as exportações de empresas gaúchas. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre FIERGS e Hyundai. O Memorando de Entendimento sobre Colaboração e Intercâmbio entre a Cidade Metropolitana de Incheon e o estado, assinado em 2004 pelo governo de Germano Rigotto, pode ser reafirmado. O estado retornou à Coreia em 2012 para a renovação do protocolo assinado entre o Governo do Estado, Petrobras, Samsung C & T Coporation e Hyundai para avaliar a viabilidade da criação de um terminal de regaseificação no Estado (estimativa de investimento de um bilhão de dólares). Participou-se de reuniões do grupo de trabalho do referido Protocolo e também se pode apresentar o estado como oportunidade de negócios para empresas coreanas. Este ano (2014), foi assinado memorando de entendimento para realização de estudo de viabilidade sobre a instalação de uma planta de gaseificação do carvão mineral em Charqueadas e

Eldorado do Sul<sup>94</sup>. Em síntese, o intercâmbio com a Coreia foi intenso e se traduziu também em recepção de missões com autoridades e empresários coreanos<sup>95</sup>.

O intercâmbio com a China também se tornou mais intenso nesta gestão. Os relatórios da missão de 2012 contam com amplo material sobre as relações bilaterais. Há um histórico das relações com Hubei, província chinesa irmanada com o estado desde a assinatura do protocolo de amizade, em 2001. Em 2006, novo memorando de entendimento foi assinado durante a visita de representantes da província chinesa ao estado. Em 2007, nova comitiva chinesa foi recebida pelo estado a fim de promover a cooperação nas áreas de maquinário agrícola, plantio de arroz irrigado, produção e comércio de vinho, aquicultura de água doce, medicina chinesa tradicional e biopesticidas. Em 2012, o Estado teria recebido o prêmio de melhor província irmã da China, por sua proximidade social e econômica com o Hubei. Antes da missão que levou o governador do estado ao país, foi realizada missão precursora, com a finalidade de deixarem pré-articuladas parcerias tecnológicas com a província de Hubei. O setor de maior interesse para parceria e atração de negócios seria o automotivo (montadoras, autopeças, pneus). Entre os resultados da missão estiveram: o acerto para a instalação de uma unidade da maior da empresa privada de energia renovável da China, a Hanergy, no Parque Tecnológico Tecsinos, em São Leopoldo.

Em agosto de 2013, foi assinado pelo governador e o presidente da empresa Foton Aumark do Brasil, Luiz Carlos Mendonça de Barros, protocolo de intenções para construção de fábrica de caminhões pesados em Guaíba, com investimento estimado em 250 milhões de dólares. A indústria se instalou no estado neste ano (2014). Uma reportagem<sup>96</sup> de julho deste ano no site da ACRI afirmava que o governo estadual, em sintonia com o federal, teria incluído a China como uma das prioridades de sua política internacional, mencionando também a iniciativa estadual, junto ao Instituto Confúcio<sup>97</sup> da UFRGS e com o apoio da prefeitura de Porto Alegre, de promover a primeira edição da Semana da China no Rio Grande do Sul. De fato, foram recebidas diversas missões de empresários e autoridades

---

<sup>94</sup> Mais informações em

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1887/?Governo\\_firma\\_acordo\\_na\\_Coreia\\_para\\_estudo\\_de\\_viabilidade\\_de\\_planta\\_de\\_gaseifica%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_carv%C3%A3o\\_no\\_RS](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1887/?Governo_firma_acordo_na_Coreia_para_estudo_de_viabilidade_de_planta_de_gaseifica%C3%A7%C3%A3o_do_carv%C3%A3o_no_RS) Acesso: 01/08/2014

<sup>95</sup> Mais informações em

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1543/?Governador\\_Tarso\\_Genro\\_recebe\\_embaixador\\_da\\_Coreia\\_do\\_Sul\\_no\\_Brasil](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1543/?Governador_Tarso_Genro_recebe_embaixador_da_Coreia_do_Sul_no_Brasil) Acesso: 01/08/2014

<sup>96</sup> Disponível em

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/2034/?Empresa\\_chinesa\\_t%C3%AAxtil\\_e\\_agr%C3%ADcola\\_busca\\_parcerias\\_para\\_ampliar\\_investimento\\_no\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/2034/?Empresa_chinesa_t%C3%AAxtil_e_agr%C3%ADcola_busca_parcerias_para_ampliar_investimento_no_Rio_Grande_do_Sul) Acesso: 01/08/2014

<sup>97</sup> O Instituto Confúcio é uma organização sem fins lucrativos que dedica-se ao ensino da língua e cultural chinesa no Rio Grande do Sul. Mais informações podem ser encontradas em <<http://icufrgs.br.chinesecio.com/pt/node/223>> Acesso em: 01/09/2014

chinesas no estado durante esta gestão e nova missão gaúcha ao país estava planejada para o agosto de 2014.

Executou-se missão prospectiva também a Taiwan, em 2012, oportunidade na qual se pôde apresentar o estado como oportunidade de investimento para cerca de 80 representantes de empresas taiwanesas. Os setores de interesse eram os de alta tecnologia, principalmente na área de semicondutores e eletrônica

A ida do estado ao Vietnã em 2011 ocorreu como resposta ao convite da embaixada do Vietnã no Brasil, da União das Organizações de Amizade do Vietnã e da Associação de Amizade e Cooperação Vietnã – Brasil. A comitiva era composta por uma delegação de deputados da Assembléia Legislativa do estado, os quais tiveram a oportunidade de trocar experiências com parlamentares vietnamitas a fim de iniciar uma aproximação entre o estado e o país visitado. Durante a missão foi firmado protocolo de intenções para cooperação técnica entre o Irga e a Academia Vietnamita de Agricultura e Ciência, que previa a transferência de tecnologia em áreas como germoplasma, melhoramento genético e manejo do arroz. Na ocasião, também foi identificada a possibilidade de exportação de máquinas agrícolas gaúchas à nação oriental, considerando a fase de modernização da agroindústria vietnamita. A missão teria “pavimentado caminho” para futura missão governamental e empresarial ao país, com sugestão de que a mesma ocorresse no segundo semestre do mesmo ano. O estado não retornou ao Vietnã, mas recebeu, neste ano, visita<sup>98</sup> do Embaixador do Vietnã, com o fim de dar prosseguimento à aproximação entre as localidades.

Nesta gestão, o estado também visitou Singapura, em 2011, e Indonésia, em 2012. O foco das viagens foi criar novas oportunidades para a indústria gaúcha. Ambas missões coincidiram com o evento Asian Latin Business Forum, espaço em que o estado poderia promover-se tanto para países do bloco Asean (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja) como para os países da América Latina e do Caribe, visto que o fórum tem a finalidade de intensificar as relações comerciais, investimentos e cooperação entre estes países. Na ocasião, ficou pactuado um programa de cooperação e representação recíproca entre Fiergs, Simecs e Kadin, organização indonésia semelhante à Confederação Nacional da Indústria (CNI), além do convite para uma missão governamental e empresarial gaúcha para o final de 2012.

---

<sup>98</sup> Mais informações em

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1796/?Embaixador do Vietn%C3%A3 defende aproxima%C3%A7%C3%A3o comercial com o RS](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1796/?Embaixador%20do%20Vietn%C3%A3%20defende%20aproxima%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20com%20o%20RS) Acesso: 31/07/2014.

As relações com o Japão também progrediram. A missão de 2013 é fruto da percepção de que as relações nipo-gaúchas estão nos seus melhores momentos<sup>99</sup>. A missão tinha foco na promoção do estado e na atração de investimentos, por dois eixos: fortalecimento de parcerias já existentes<sup>100</sup> e desenvolvimento de novas parcerias nos setores automotivo, industrial naval, eletroeletrônica e semicondutores, energia e infraestrutura. Neste sentido, o relatório da missão é bem preciso e menciona exatamente as empresas a que se pretendia atrair em cada ramo, demonstrando uma especialização do estado nas estratégias de atração de investimentos. O objetivo da missão foi, portanto atração de investimentos nos setores considerados prioritários pela Política Industrial do estado a saber, o setor automotivo/autopeças, embora tenham sido executadas agendas com empresas no setor de indústria naval e oceânica, medicina avançada e medicamentos, espacial e alta tecnologia.

As missões à Alemanha executadas há muitos anos pelo estado tiveram continuidade nesta gestão, geralmente em função da participação do estado na CeBIT em Hannover, a maior feira mundial de tecnologia da Informação e Comunicação, na qual o Rio Grande do Sul tem marcado presença há anos. Outras missões à Europa foram caracterizadas pela ida à vários países ao mesmo tempo. Em 2011, uma missão<sup>101</sup> ao continente teve como destinos Itália, Portugal e Espanha. Em 2012, nova missão teve como destinos Portugal, Espanha e Reino Unido. Nesta ocasião, a agenda do governador em Portugal foi composta por um encontro com a Associação Hoteleira de Portugal, tendo em vista ampliar o fluxo de turistas entre as duas localidades; reunião com a companhia aérea TAP tendo em vista inserir o aeroporto Salgado Filho nas rotas internacionais; participação como palestrante em uma Conferência na Universidade de Coimbra, sob o título “O futuro da democracia”. Na Espanha, Madri, o governador participou de um Encontro com autoridades do País Basco sobre cooperativismo e economia solidária e do Seminário sobre a Crise de Representação e os

---

<sup>99</sup> Os documento da missão de 2013 contam com um texto que descreve as relações econômicas “nipo-gaúchas”, no qual fica evidente uma previsão de “aquecimento” destas relações. Por exemplo, de 2002 para 2012, o comércio bilateral teria avançado em quase 100% e o Rio Grande do Sul teria se tornado um destino atrativo para os investimentos japoneses por ter recebido dois dos dez mais expressivos investimentos japoneses nos últimos anos: a compra da farmacêutica gaúcha Multilab pela Takeda Pharmaceuticals, por cerca de 250 milhões de dólares; a participação da Toyo Engineering na construção de um estaleiro naval no município gaúcho de São José do Norte, um investimento de cerca de 420 milhões de dólares. Além disso, em 2013 a empresa Honda Automóveis Brasil teria anunciado a construção de um parque eólico no litoral gaúcho que traria um investimento de aproximadamente 50 milhões de dólares, e a empresa Mitsubichi Eletric Corporation teria anunciado a aquisição da empresa LG Tech Elevadores, situada no município gaúcho de Guaíba, garantindo sua atuação no mercado de elevadores e escadas rolantes que prometiam ser promissores pelos eventos esportivos da copa do mundo de 2014 e das olimpíadas de 2016.

<sup>100</sup> Toyota(montadora), Takeda Pharmaceuticals (saúde avançada e medicamentos), Fujikura (telecomunicações); Toyo Engineering (indústria naval); Mitsubishi (multisetorial – elevadores e escadas rolantes).

<sup>101</sup> Não encontramos documentos desta missão.

Desafios da Democracia no século XXI, oportunidade na qual apresentou o Sistema de Participação Popular e Cidadã gaúcho, que inclui o Orçamento Participativo e o Gabinete Digital. Também visitou os militantes do Movimento 15M na antiga fábrica de Lavapiés

Na ocasião da visita ao Reino Unido, o estado promoveu o seminário Doing Business in Rio Grande do Sul, cujo objetivo foi a atração de investimentos para projetos de infraestrutura. Entre os resultados da missão estiveram o acordo de cooperação entre o Tecnopuc e a agência britânica United Kingdom Trade and Investment, que prevê suporte para a instalação de empresas britânicas no estado e gaúchas na capital inglesa. Também se mostrou promissora a instalação de empresas europeias fornecedoras no setor automotivo no Polo Petroquímico de Triunfo, em Porto Alegre, com um investimento previsto em 250 milhões de dólares. Foi fechada parceria com a British Gas, envolvendo a UFRGS para o desenvolvimento de pesquisas na área de petróleo e gás. O governador também ministrou palestra na London School of Economics. Também como reflexo desta missão, em junho de 2012 o estado recebeu a visita do embaixador britânico Alan Charlton, encontro que serviu para estreitar as relações iniciadas entre ambas as localidades. O diplomata reforçou as potencialidades de que o estado se tornasse destino dos investidores britânicos nas áreas de petróleo e gás. Ainda em junho, o estado recebeu visita de representantes do País Basco. Ficou acertada uma missão dos setores ligados ao cooperativismo e à agroindústria ao País Basco para conhecer o trabalho da região, que possui uma das principais redes de cooperativas do mundo, o Mondragón, organização que engloba centenas de empresas e milhares de trabalhadores.

Ainda em 2012, o estado participou, na Itália, da 9ª edição do Simpósio Internacional Terra Futura, realizado em Florença, tendo como objetivo difundir as práticas mundiais de sustentabilidade social e economia ambiental. No evento, promovido pela organização italiana Cooperativa de Desenvolvimento dos Países Emergentes- COSPE e pela Fundação Cultural Responsabilidade Ética, foi apresentada a Cadeia Solidária Binacional do PET, projeto do governo gaúcho sob a coordenação da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe).

Sobre as relações franco-gaúchas<sup>102</sup>, pode-se dizer que foram ampliadas a partir da visita do governador Tarso Genro à França em 2012, ocasião na qual foi recebido pelo presidente francês François Hollande. As autoridades iniciaram tratativas de cooperação

---

<sup>102</sup> Mais informações em

[http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1905/?Governo\\_do\\_Estado\\_articula\\_miss%C3%A3o\\_oficial\\_%C3%A0\\_Fran%C3%A7a](http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/1905/?Governo_do_Estado_articula_miss%C3%A3o_oficial_%C3%A0_Fran%C3%A7a) Acesso: 01/08/2014

técnico-científica e de investimentos franceses no estado. Outras missões do estado ao país tiveram em vista desenvolver programas conjuntos de tecnologia, qualificação do quadro funcional, produção de alimentos premium. No final de 2013, o estado recebeu uma comitiva liderada pelo vice-governador de Pays de Loire, Jean Noel Gaultier, tendo em vista realizar reuniões de negócios e intensificar os projetos de cooperação. Na ocasião, ficou definida a construção de um plano de trabalho para criação de um programa binacional de doutorado.

Após as informações expostas, pode-se afirmar que esta gestão inovou na clara intenção de formulação de uma política internacional para o estado. O Plano de Governo já mencionado coloca em evidência a visão do estado de que suas relações internacionais deveriam acompanhar as mudanças na geopolítica mundial, focando-se na integração regional, na cooperação solidária e na inserção da economia gaúcha em novos mercados. Esta política externa federativa se materializaria nos seguintes propósitos colocados pelo estado no mesmo Plano: a cooperação com o MERCOSUL e a expansão desta cooperação para a América Latina; o apoio à nova inserção internacional do Brasil no mundo, pautada no multilateralismo, no respeito à soberania e ao princípio de igualdade entre os países do mundo; as alianças solidárias e estratégicas da cooperação sul-sul com Índia, China, Rússia, além do resgate das relações históricas com o continente africano e inovação nas relações com o Oriente Médio; a repactuação das relações de cooperação com a União Européia, seus países e suas regiões, que são parte da formação histórica do Rio Grande do Sul; o diagnóstico das possíveis relações com a América do Norte em cooperação técnica e econômica. (Plano de Governo – Governo de Tarso Genro – p. 7)

Está evidente, assim, as bases de uma política externa federativa gaúcha em consonância com a política externa brasileira levada a cabo pela gestão federal. Inúmeros outros documentos internos a que se teve acesso e o contato com os gestores da ACRI confirmam esta afirmativa. Inclusive era papel da própria ACRI ter o controle das ações internacionais de todas as secretarias do estado tendo em vista que as mesmas estivessem em acordo com esta política.

De fato, a agenda internacional do estado mostra que o mesmo procurou intensificar suas relações com o hemisfério Sul: procurou aprofundar suas relações com Uruguai e Argentina e estabeleceu relações com outros países da América Latina, inclusive Cuba; pela primeira vez se fez presente na África Subsaariana; intensificou o intercâmbio com a China e outros países do sudeste asiático; estabeleceu relações com a Palestina, procurando inserir-se em um dos debates mais sensíveis das relações entre mundo árabe e ocidente. Em relação ao

hemisfério norte, a cooperação com a Europa teve continuidade, e fica claro o quanto estas relações estão intimamente ligadas à história da imigração europeia para o estado. Com o norte da América, não houve priorização política destas relações. Porém, a conversa com gestores do governo atual permite dizer que houve uma intensificação da procura norte-americana em estabelecer relações com o estado. Muitas missões dos EUA foram recebidas e foi aberta uma agência consular norte-americana em Porto Alegre<sup>103</sup>.

Apesar das transformações na agenda internacional do estado, pode-se dizer que as ações implementadas ficaram ainda distantes do projeto inicial que se tinha em política externa, e esta é uma reflexão feita pelos próprios gestores em poder com os quais se teve contato. Por mais que muitas missões exploratórias tenham sido feitas, as relações com garantia de maior retorno econômico foram privilegiadas em detrimento daquelas priorizadas pelo projeto de política internacional da gestão.

Intensos debates foram travados no âmbito das secretarias do governo em razão das relações a que se deveria priorizar. A SDPI e a AGDI, instituições que resguardam os interesses econômicos elencados pelo estado, tinham preferência pelas missões cujo retorno econômico era mais certo, como nas relações com os países do sudeste asiático, claramente priorizadas nesta gestão, e que realmente tem se revertido em muitos avanços de investimentos e cooperação tecnológica para o estado. A ACRI, instituição responsável por resguardar o cumprimento do projeto político das relações internacionais do estado, esforçava-se por assessorar as secretarias do estado tendo em vista que se inclinasse para as prioridades elencadas pelo projeto de política externa do estado: MERCOSUL e América Latina, cooperação SUL-SUL, etc. Assim, o que se pode observar desta gestão, com o risco de um julgamento injusto pela desvantagem do não distanciamento histórico dos objetos alvos desta pesquisa, é que a mesma tem sido o resultado da síntese entre a implementação de uma política externa federativa em consonância com o projeto federal e as tradicionais relações internacionais do estado.

---

<sup>103</sup> Mais informações na página <http://portuguese.brazil.usembassy.gov/pt/portoalegre.html> Acesso em 01/08/2014.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Como tratamos na introdução deste trabalho, tínhamos como propósito, por meio do estudo de caso das relações internacionais do estado do Rio Grande do Sul, responder diversos questionamentos, dentre os quais o principal era se havia uma convergência entre as esferas estadual e federal com respeito aos projetos e ações em política externa executadas por ambas.

Tal questionamento tinha como base os embates inspirados nos comentários de vários autores sobre como a esfera federal percebia a inserção internacional dos entes federados, sobre como se dava a interação entre as duas esferas nos assuntos internacionais e sobre a ausência, no Brasil, de um marco jurídico que limitasse a ação desses entes em suas empreitadas internacionais. Por isso, o contato com o histórico das relações internacionais do estado estudado se mostrou uma ferramenta elucidadora para esclarecer nossas dúvidas.

De fato, desde a criação da primeira secretaria de relações internacionais do estado, em 1987, houve interação permanente entre esfera federal e estadual nos assuntos que envolviam o Rio Grande do Sul, principalmente os que tinham relação com a integração no Cone Sul e com as iniciativas federais a respeito das regiões fronteiriças. Pelo motivo de ser o estado centro geográfico dessa integração, possuindo extensa fronteira com Argentina e Uruguai, demandava do mesmo um posicionamento político em defesa de seus interesses a respeito das relações internacionais com estes países, e como vimos, foram estes aspectos que incentivaram a inserção internacional do estado em um primeiro momento.

A inserção internacional dos entes subnacionais opera justamente neste sentido: é uma estratégia de desenvolvimento. Assim, além da defesa de seus interesses no Cone Sul e nas regiões de fronteira, o estado foi progredindo em suas ações, estabelecendo relações com outros países, desta vez, tendo em vista a promoção de seus produtos e atração de investimentos identificados como estratégicos. Mais ainda, a ação internacional evoluiu para a cooperação internacional dos mais variados viéses: técnica, política, cultural, científica, tecnológica, etc., o que denotava o mundo de possibilidades abertas que são consequência de uma inserção internacional planejada estrategicamente pelos entes subnacionais.

O diálogo travado com gestores estaduais que não exitaram em generosamente compartilhar suas experiências conosco, alguns em exercício há mais de vinte anos, permitiram-nos elaborar certas observações sobre a evolução do processo de inserção internacional do estado. Quando foi criada a primeira secretaria de relações internacionais, os

instrumentos físicos disponíveis ainda eram o fax e a máquina de datilografia. Só por estes dados, já nos colocamos a imaginar como eram travados os contatos com outros países e como eram executadas as missões internacionais. Nesta época, o Itamaraty prestava um apoio fundamental para que o trabalho da secretaria fosse executado. Outras questões mais técnico-institucionais como a falta de gestores com formação adequada para as relações internacionais e a troca recorrente de titulares<sup>104</sup> foram desafios constantes que se colocaram ao aprimoramento da inserção internacional do estado. Percebemos também que, de gestão a gestão, houve uma grande dificuldade do estado em planejar e implementar uma política internacional de longo prazo, pelas limitações advindas das próprias mudanças dos partidos políticos em poder, que traziam consigo a descontinuidade das ações. Assim, com relação as três gestões estaduais que focamos neste trabalho (Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro), pode-se dizer que muitas das dificuldades supracitadas permaneceram.

As relações internacionais gaúchas na gestão Rigotto seguiram mais a lógica das oportunidades econômico-comerciais que surgiram para o estado, muitas delas propiciadas por ações do governo federal. Embora se tivesse um projeto de desenvolvimento para o estado com foco em áreas estratégicas para promoção comercial e muitas das missões empreendidas tenham tido como foco estas áreas, não observamos uma inclinação ou discurso político-ideológico que pudesse apontar para a existência de uma política externa federativa gaúcha nesta gestão. Por isto, não verificamos, em relação à esfera federal, uma convergência em política externa, embora se possa afirmar que esta gestão teve proximidade com a agenda internacional executada pela esfera federal tendo em vista as oportunidades oferecidas por esta agenda ao Rio Grande do Sul.

Com respeito a gestão da governadora Yeda Crusius, verificamos uma clara prioridade dada às relações com o hemisfério norte. De fato, as diversas missões à América do Norte e à Europa respondiam aos propósitos de atração de investimentos elencados pelo projeto de desenvolvimento estadual desta gestão. Porém, também não conseguimos identificar a implementação de uma política externa respaldada em diretrizes de cunho político-ideológico. As ações internacionais parecem obedecer mais a uma lógica empresarial, o que se comprova pelo conteúdo das missões, que em sua maioria significativa, eram dirigidas por comitivas empresariais. Não podemos dizer que há uma divergência total com a agenda internacional executada pela esfera federal, porque, como vimos, há diversas missões e ações que ocorreram em conjunto com instituições federais (MDIC e Apex – Brasil) e, apesar de ser

---

<sup>104</sup> Nos anexos deste trabalho, segue tabela de nossa autoria na qual constam os governadores abordados por este trabalho e os titulares das secretarias abordadas, por gestão.

parte da política externa brasileira a prioridade à Cooperação Sul-Sul, as relações com o hemisfério norte continuaram intensas. Porém, de fato, esta gestão dá menor atenção as relações com o Sul, inclusive com os países vizinhos, e neste ponto, identificamos maior divergência com a esfera federal.

Sobre a gestão do governo Tarso Genro, desde sua campanha eleitoral, há uma clara intenção de alinhar-se às ações do governo federal em sua política externa, o que também é consequência da própria convergência partidária que passa existir entre as duas esferas. Como foi visto, constam já no Plano de Governo desta gestão as diretrizes e prioridades que seriam elencadas em suas relações internacionais, e esta gestão criou a ACRI, uma assessoria ligada ao gabinete do governador, tendo em vista que todas as ações internacionais fossem submetidas a seus pareceres a fim de que houvesse transversalidade e coerência nas ações internacionais do estado. De fato esta gestão cumpriu uma agenda internacional de maior convergência com o governo federal. Como exemplo, pode-se mencionar a proximidade nas relações com países do Cone Sul e a realização de missões internacionais a países latino-americanos e africanos com os quais ainda não se tinha relação (Peru, Colômbia, Cuba, Angola, Moçambique e África do Sul). Outra iniciativa com forte viés político-ideológico foi a visita à Palestina, que abriu a porta para diversas iniciativas de cooperação entre as localidades. Por outro lado, a gestão intensificou as relações com países asiáticos, o que já vinha sendo feito pelas gestões anteriores, e manteve também a tradição de uma agenda intensa de cooperação com o continente europeu. Assim, verificamos que esta gestão, por mais que desde o início tivesse apresentado um projeto de política externa a ser seguido, em consonância com a política externa brasileira, teve dificuldades de colocar em prática este projeto e suas relações internacionais, por mais que tenham clara proximidade com o projeto federal, ainda ficaram aquém do que fora planejado inicialmente, pela dificuldade de priorizar em sua agenda as relações com o hemisfério sul. O que se percebe é que sua atuação internacional foi condicionada pela inércia das tradicionais relações internacionais que vinham sendo levadas a cabo pelas gestões anteriores, respaldadas na lógica dos ganhos comerciais.

Como foi mostrado ao longo do trabalho, o diálogo institucional com a esfera federal se deu por várias portas. Com respeito aos assuntos de caráter mais comercial, houve a todo tempo um trabalho de parceria entre o MDIC, a Apex-Brasil e as secretarias e instituições estaduais responsáveis pelo comércio exterior, o que se constata por meio das inúmeras missões e atividades executadas em conjunto. Foi possível verificar que boa parte das relações

entre esfera federal e estadual, no âmbito das relações internacionais, se deram neste âmbito. Esta constatação é consequência do fato de que a maior parte das relações gaúchas com outros países tem se dado no âmbito das relações econômico-comerciais.

Com o Ministério das Relações Exteriores, pelo menos três portas de diálogo puderam ser identificadas como importantes para o processo de inserção internacional do estado: a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares – AFEPA, órgão responsável por promover a articulação entre Governos estaduais e municipais e os Ministérios, a fim de prestar um serviço de assessoramento em suas iniciativas externas, atendendo às consultas formuladas pelos entes da federação; o ERESUL, órgão responsável por representar o Itamaraty em nível local, levar as demandas locais ao MRE e fornecer apoio logístico às missões internacionais das instituições da jurisdição onde estão localizados; e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável por viabilizar que os entes federados sejam inseridos em acordos de cooperação técnica mais amplos, firmados binacionalmente pelo Brasil e outro Estado.

Com respeito a estas instituições, verificou-se que a articulação maior do estado se deu com o ERESUL e a AFEPA, e estas relações dizem respeito ao caráter mais burocrático das ações internacionais estaduais. Por exemplo, todas as missões internacionais contaram com o apoio destas instituições, pois são elas que executam a conexão entre o governo do estado e as embaixadas brasileiras dos países aos quais são direcionadas as missões. Os gestores estaduais com quem conversamos enfatizaram a importância de que as missões contassem com apoio técnico e logístico do Itamaraty, que tem sido de grande peso para o sucesso das ações empreendidas.

Nos foi esclarecido, também pela conversa com funcionários do Itamaraty, que não há uma pretensão da instituição de limitar as ações internacionais dos entes federados, ao contrário do que supúnhamos ao início deste trabalho, embora se tenha o interesse de acompanhar de perto estas iniciativas e prestar o auxílio devido para que não ocorram desentendimentos diplomáticos. De fato, boa parte das ações dos entes federados independem de apoio ou aprovação do Itamaraty. A necessidade de aprovação só ocorre quando a relação demanda implicação jurídica internacional ao país, como nos casos de contratos internacionais e acordos de cooperação, que precisam ser avaliados pela ABC. Com esta

instituição, o diálogo parece mais truncado. A morosidade da mesma em responder as demandas do estado fez com que menor atenção fosse dada, até agora, ao diálogo com ela<sup>105</sup>.

Assim, no âmbito jurídico das ações internacionais do estado, o que se percebe é que não ocorre um controle sistemático pela esfera federal do que é executado pelos entes federados. Neste sentido, uma informação de grande valia a que tivemos acesso é a de que há uma minuta de decreto de um marco jurídico para as relações internacionais federativas pronta e com a expectativa de ser aprovada por decreto presidencial ainda este ano. A intenção da mesma é nortear os atores subnacionais a como firmarem acordos de cooperação técnica com contraparte estrangeira. O decreto, que vem sendo construído há cerca de três anos, é resultado dos espaços de discussão<sup>106</sup> propiciados por iniciativa da SAF nos quais participam os entes federados e instituições diversas, como a própria AFEPA e a ABC.

A SAF é um órgão do governo federal ligado à Secretaria de Relações Institucionais do Gabinete da Presidência e entre as suas funções está a do diálogo federativo no âmbito das relações internacionais. Tanto autores pesquisados como gestores com quem conversamos compartilham a opinião de que esta instituição tem tido um papel de merecido destaque no debate da paradiplomacia nacional, por seu papel protagonista nos esforços de coordenação e estímulo dos entes federados em suas empreitadas internacionais. Neste sentido, o diálogo desta instituição com as gestões estaduais focos desta pesquisa tem sido efetivo, principalmente, a partir de 2010, quando a SAF intensificou suas ações na área das relações internacionais. A partir de 2011, quando houve convergência partidária entre o governo federal e o estadual, a relação entre as esferas ficou ainda mais próxima, resultando no compromisso do estado de atuar em conjunto com a SAF em iniciativas como o fomento da integração com os países vizinhos<sup>107</sup>, as políticas de desenvolvimento para as regiões de fronteiras; etc.

Em âmbito mais geral, o que se constatou por meio desta pesquisa foi a intensificação ainda maior, desde 2010, da inserção internacional de entes subnacionais. Em conversa com

---

<sup>105</sup> Esta morosidade é explicada pelo gestores com quem conversamos pelo fato de a instituição está em constante processo de mudança de gestão, e pelo fato de haver, muitas vezes, um despreparo muito grande dos mesmos para lidar com as questões da cooperação internacional federativa.

<sup>106</sup> A fim de cooperar com uma maior articulação da paradiplomacia brasileira, a SAF tem feito um trabalho de Sistema Permanente de Reuniões, na qual os atores subnacionais são convidados para tratarem das Agendas de Cooperação. A primeira reunião ocorreu em Brasília, em 2010. Outras reuniões ocorreram em São Paulo, Recife, e a próxima está agendada para ocorrer em Macapá, nos próximos meses. O propósito destas reuniões é proporcionar um espaço de diálogo sobre o que está sendo feito e sobre as agendas permanentes que envolvem os atores paradiplomáticos.

<sup>107</sup> Por exemplo, o governador Tarso Genro foi convidado a chefiar para revitalizar a Cúpula de Governadores do MERCOSUL. Embora o plano ainda não tenha sido posto em prática, a ação denota a responsabilidade confiada pelo governo federal ao estado em executar instrumentos que fomentem a integração no cone-sul.

um funcionário da AFEPA, fomos informados de que nos últimos dois anos, a instituição vinha recebendo pelo menos dois pedidos por dia de apoio a missões internacionais de entes federados. O que aferimos dos diálogos travados com funcionários do Itamaraty e da SAF foi uma percepção deste fenômeno como positivo, pois existe uma demanda muito grande pela presença brasileira no mundo, a qual o governo federal e o MRE não dão conta de responder. Assim, a ação subnacional seria uma forma de multiplicar a presença brasileira no exterior e fortalecer a imagem do país no mundo. Porém, compete com esta visão uma percepção mais receosa ou até preconceituosa de funcionários mais conservadores destas instituições, muitas vezes pelo desconhecimento sobre o assunto e o receio pela falta de precisão a respeito dos limites e regras da ação internacional dos mesmos.

Foi possível observar através deste estudo de caso que o bom diálogo institucional entre esfera federal e estadual não significa uma convergência ideológica em termos de projetos de política externa. Assim, o fato de os quase 30 anos de atuação paradiplomática gaúcha terem sido caracterizados pela proximidade institucional com a esfera federal, que gerou convergências de agendas internacionais, não significou a construção de um projeto de política externa de longo prazo em nível estadual, que pudesse ser julgado como em harmonia ou desarmonia com o projeto federal. Também foi possível verificar que a convergência partidária entre as duas esferas tende a ter como consequência um alinhamento maior das agendas internacionais nas duas esferas, mas que a ação estadual também tende a ser condicionada pela inércia das tradicionais relações priorizadas, geralmente influenciadas pela lógica comercial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. G **From dependency to globalization: Brazilian foreign policy in the cold war and post-cold war.** Draft version chapter prepared for the forth coming book: Latin American and Caribbean Foreign Policy, edited by Frank O. Mora and Jeanne A.K. Hey, Rowman and Littlefield Publishers, 2002.

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização/** Fernando de Mello Barreto. – Brasília: FUNAG, 2012.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia Contemporânea: Trajetórias e Tendências da Atuação Internacional dos Governos Estaduais do Brasil e dos Estados Unidos. Repositório Institucional,** UnB. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/7875>> Acesso em: 01/12/2013.

Confederação Nacional dos Municípios – CNM. **Estudo: Observatório de Cooperação Descentralizada no Brasil/** Confederação Nacional dos Municípios – Brasília, CNM, 2009. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnm.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D497&ei=RLmbUrjTJrO0sASF4YGIDA&usg=AFQjCNHtdOp0nrSgZTsmkkCdmaltd6UAmQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnm.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D497&ei=RLmbUrjTJrO0sASF4YGIDA&usg=AFQjCNHtdOp0nrSgZTsmkkCdmaltd6UAmQ)> Acesso em: 01/12/2013.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2008.

CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil/** Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. – 4. Ed ver. Ampl. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2011.

ISER, Guilherme de Cruzeiro. **Os entes subnacionais nas relações internacionais: o fenômeno da paradiplomacia no Brasil.** Porto Alegre, 2013. Dissertação de Mestrado disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/81385>> Acesso em: 01/12/2013.

KLEIMAN, Alberto. **Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais.** In: Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas/ Letícia Pinheiro e Carlos R.S. Milani (organizadores). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, pag .301- 329.

LIMA, M.R.S. **Instituições democráticas e política exterior**. Contexto Internacional, v.22, n. 2, p. 265 – 303, jul./dez. 2000.

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo estado nacional: a experiência brasileira**. São Paulo. 2010. Disponível em <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=199836](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=199836)> Visualização: 01/12/2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Presidente Luís Ignácio Lula da Silva na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU**, 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-do-presidente-luiz-ignacio-lula-da-silva>> Acesso em: 02/08/2014

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso da Presidente Dilma Rouseff na Abertura do Debate Geral da 68ª Assembléia Geral das Nações Unidas**, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-24-09-2013>> Acesso em: 02/08/2014.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**/ João Pontes Nogueira, Nizar Messari. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUNES, Carmem. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005. Dissertação de Mestrado disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6142>> Acesso em: 01/12/2013.

PERUFFO, Luiza. **A paradiplomacia gaúcha e a diplomacia do Itamaraty: um paralelo no período 1987 – 2002**. Porto Alegre, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21480/000736651.pdf?sequence=1>> Acesso em: 06/05/2014.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira, 1889-2002**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, Gilberto; XAVIER, Marcos; ROMÃO, Wagner. **Cidades em relações internacionais: análises e experiências brasileiras**/ organizadores Gilberto Marcos Antonio Rodrigues, Marcos Xavier, Wagner de Melo Romão; prefácio Thiago Rodrigues. São Paulo: Desatino, 2009.

RODRIGUES, Gilberto. **Relações internacionais federativas do Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, 2008, pp. 1015-1034. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n4/07.pdf>> Acesso em: 01/12/2013.

\_\_\_\_\_. **Marco Jurídico para Cooperação Internacional Descentralizada**. Frente Nacional de Prefeitos. São Paulo, outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/f47047c64dd80128160307fc8dbe0d29doc-fnp.pdf>> Acesso em: 01/12/2013.

\_\_\_\_\_. **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros**. Resumo disponível em: <<http://paradiplomacia.org/upload/downloads/4713d9cafa1234bb867f8f4eec0f221fpoliticaexternafederativa.pdf>> Acesso em: 01/12/2013.

RUSSEL, R. **Política exterior y toma de decisiones em América Latina**. Buenos Aires, GEL, 1990.

SALOMÓN, Mónica. **A dimensão Subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas**. In: Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas/ Letícia Pinheiro e Carlos R.S. Milani (organizadores). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, pag. 269 – 329.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmem. **Governos Subnacionais no Brasil: Os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudos Comparativo de dois tipos de atores mistos**. Contexto Internacional: Rio de Janeiro, vol. 29, nº 1, janeiro/junho 2007, p. 99-147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a04v29n1.pdf>> Acesso em: 01/12/2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Federalismo e Relações Internacionais do Brasil**. In: Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v.2/ Henrique Altemani de Oliveira e Antônio Carlos Lessa (Org.). – São Paulo: Saraiva, 2006.

SEPLAG. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa – Governador Germano Rigotto**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2006. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/upload/mensagem\\_2006\\_FINAL\\_T201.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/mensagem_2006_FINAL_T201.pdf)> Acesso em: 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Mensagem da Governadora à Assembléia Legislativa – Governadora Yeda Crusius**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2010. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/upload/Mensagem\\_2010\\_RETIFICADORA\\_vers%E3o\\_final\\_protetido%281%29.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/Mensagem_2010_RETIFICADORA_vers%E3o_final_protetido%281%29.pdf)> Acesso em: 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa – Governador Tarso Genro.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2013. Disponível em:

<<http://www.scp.rs.gov.br/upload/Mensagem%20do%20Governador%202013%281%29.pdf>>

Acesso em: 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo – Governo de Germano Rigotto, período de 2003 a 2006.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Disponível em:

<<http://www.scp.rs.gov.br/upload/rigotto1.pdf>> Acesso em: 01/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo – Governo de Yeda Crusius, período de 2007 a 2010.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Disponível em:

<[http://www.scp.rs.gov.br/upload/planoGovernoYeda\\_2007\\_2010.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/planoGovernoYeda_2007_2010.pdf)> Acesso em:

01/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo – Governo de Tarso Genro, período de 2011 a 2014.** Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Disponível em:

<[http://www.scp.rs.gov.br/upload/Programa\\_de\\_Governo\\_Tarso\\_Genro.pdf](http://www.scp.rs.gov.br/upload/Programa_de_Governo_Tarso_Genro.pdf)> Acesso em:

01/08/2014.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; CINTRA, Rodrigo. **Ação Internacional das Cidades no contexto da Globalização.** Cadernos Cedec nº 80 - Edição Especial Cedec/PUC-SP - Abril 2006. Disponível em: <[http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/CAD80.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD80.pdf)> Acesso em: 01/12/2013.

VISSETINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula/ Paulo Fagundes Visentini.** – 3. Ed. – São Paulo: Editora Função Perseu Abramo, 2008.

Outras fontes:

SEPLAG: <http://www.scp.rs.gov.br/>

SRI: <http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/>

AGDI: <http://www.agdi.rs.gov.br/>

SDPI: <http://www.sdpi.rs.gov.br/>

ACRI: <http://www.relinter.rs.gov.br/>

MRE: <http://www.itamaraty.gov.br/>

## ANEXOS

**Tabela de Governadores e Titulares das secretarias SEAI, SEDAI E  
SDPI/ACRI (de 1987 a 2014).**

<b>Governadores/ANO/PARTIDO</b>	<b>Secretários (SEAI/SEDAI/SDPI-ACRI)</b>
Pedro Simon/ (1987 – 1990)/ PMDB	Ricardo Seitenfus; Paulo Triches; Luiz Gehlen; Luís Octavio Vieira.
Alceu Collares/ (1991 – 1994)/ PDT	Luiz Carlos Tomazelli; Conrado Álvares; Adão Eliseu de Carvalho; Walter Nique; Avelino Collet.
Antônio Britto/ (1995 – 1998)/ PMDB	Adolfo Antônio Fetter Júnior; Gilberto Mosmann; Nelson Luiz Proença Fernandes; Edemar Morel Ttikian.
Olívio Dutra/ (1999 – 2002)/ PT	José Luiz Vianna Moraes;
Germano Rigotto/ (2003 – 2006)/ PMDB	Luiz Roberto Andrade Ponte.
Yeda Crusius/ (2007 – 2010)/ PSDB	Nelson Proença; Luís Octavio Vieira; Márcio Della Valle Biolchi.
Tarso Genro (2011 - 2014)/ PT	Mauro Knijinik (secretário da SDPI) e Tarson Nuñez (coordenador da ACRI)

FONTE: SEPLAG; NUNES (2005)

Elaboração nossa